

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Camila dos Santos

Ambivalências e tensões de um Brasil *'in-between'*:

A narrativa da cooperação brasileira em Angola

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.

Orientadora: Prof.^a Marta Regina Fernández y Garcia Moreno

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2016



Camila dos Santos

Ambivalências e tensões de um Brasil *'in-between'*:

A narrativa da cooperação brasileira em Angola

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Marta Regina Fernández y Garcia Moreno

Orientadora

Instituto de Relações Internacionais - PUC-Rio

Prof. Paulo Luiz Moreaux Lavigne Esteves

Instituto de Relações Internacionais - PUC-Rio

Profa. Ana Elisa Saggiaro Garcia Muller

Departamento de História e Relações

Internacionais – UFRRJ

Profa. Monica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação

do Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 2016.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Camila dos Santos

Graduou-se em Relações Internacionais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em 2014.

Ficha Catalográfica

Santos, Camila dos

Ambivalências e tensões de um Brasil 'in-between' : a narrativa da cooperação brasileira em Angola / Camila dos Santos ; orientadora: Marta Regina Fernández y Garcia Moreno. – 2016.

137 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2016.

Inclui bibliografia

1. Relações internacionais – Teses. 2. Relações internacionais. 3. Cooperação internacional para o desenvolvimento. 4. Cooperação Sul-Sul. 5. Pós-colonialismo. 6. Relações Brasil-África. I. Moreno, Marta Regina Fernández y Garcia. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. III. Título.

CDD: 327

Agradecimentos

Aos meus pais, Afonso e Gilda, que sempre me incentivaram a avançar por caminhos desconhecidos. Devo ao papai o meu equilíbrio. Sua serenidade certamente tornou o ‘meu’ mundo menos caótico. Devo também à mamãe e ao seu zelo e amor incondicional, a certeza de que tive a sorte e o privilégio de crescer numa família que me permitiu enxergar o mundo pelas mais diferentes lentes. É esse amor que me impulsiona.

À Cintia e Wanderson, por terem trazido ao mundo o Bernardo, que já tão pequeno renovou minhas esperanças, trazendo alegria e momentos de descontração necessários para alcançar o fim desta etapa.

À minha orientadora, Marta Fernández, pela constante generosidade e pelo inspirador exemplo de ser humano e profissional. Seu apoio imprescindível e sua acolhida cuidadosa ampliaram minhas análises e reflexões. Sem a sua dedicada parceria e colaboração esse manuscrito final não seria possível.

Aos meus colegas do IRI, que compartilharam tantas angústias e felicidades durante todo o mestrado. À minha querida amiga Isa, cujo companheirismo amenizou as inquietações dessa jornada. Aos queridos Vinicius, Nathalia, Higor, Luísa, Manaíra, Joana, Paula e André, cuja solidariedade e amizade foram fundamentais durante os últimos dois anos. Aos professores do IRI/PUC-Rio, pelo aprendizado e incentivos constantes: Luis Manuel Fernandes, Roberto Yamato, Claudia Fuentes, Jana Tabak e Monica Herz. Em especial, à Prof.^a Maira Siman, que tão prontamente me acolheu com seu carinho e generosidade, cruciais na etapa final desta pesquisa. À Geovana Zoccal, pela constante troca de conhecimento e por me permitir acompanhar de perto sua disciplina como estagiária docente.

À toda a equipe do GSUM e do BPC, que me apoiou e incentivou ao longo do último ano. Agradeço também ao trabalho de todos os funcionários do instituto, que sempre me auxiliaram e ofereceram o suporte necessário para que este trabalho fosse realizado da maneira mais tranquila possível.

Ao CNPq e à PUC-Rio, pelos auxílios financeiros concedidos, que possibilitaram a elaboração deste trabalho.

Aos professores Paulo Esteves e Ana Garcia, por terem aceitado compor a banca examinadora desta dissertação.

Aos queridos amigos Matheus, Lívia, Éder, Julyanne, Mariáh e Yorran, por terem me acompanhado tão de perto e por me ensinarem constantemente que a amizade também requer nobreza de espírito.

Resumo

Santos, Camila dos; Moreno, Marta Regina Fernández y Garcia (Orientadora). **Ambivalências e tensões de um Brasil ‘in-between’: a narrativa da cooperação brasileira em Angola**. Rio de Janeiro, 2016. 137p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Presentes na construção de alteridades inerentes às políticas que orientam a cooperação brasileira, as dinâmicas do nexo poder-conhecimento apresentam uma heterogeneidade latente aos seus discursos e práticas, permitindo que o Brasil se coloque ao mesmo tempo como subjugado e subjugador. Isto posto, a presente pesquisa se empenha em compreender como essas políticas sinalizam a persistência de colonialismos, que, mesmo apesar de todas suas hibridizações, continuam a silenciar e subjugar vozes – posto que certas políticas de desenvolvimento são eleitas em detrimento de outras. Assim, o estudo reflete acerca das políticas e práticas de cooperação brasileira, que foram moldadas e informadas sob a influência de uma história intelectual ocidental e europeia, tratando especificamente daquelas exportadas para Angola via combinação de investimentos privados.

Palavras-chave

Relações Internacionais; Cooperação Internacional para o Desenvolvimento; Cooperação Sul-Sul; Pós-colonialismo; Relações Brasil-África; Angola.

Abstract

Santos, Camila dos; Moreno, Marta Regina Fernández y Garcia (Advisor). **Ambivalences and tensions of a Brazil 'in between': the narrative of Brazilian cooperation in Angola.** Rio de Janeiro, 2016. 137p. MSc. Dissertation – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

As a part of the construction of inherent otherness in the policies that guide Brazilian international cooperation, the dynamics of the power-knowledge nexus bear a latent heterogeneity in their discourses and practices, which allows Brazil to place itself at the same time as subjugated and subjugator. That said, this research strives to understand how these policies indicate the persistence of colonialisms, which despite all their hybridizations, continue to hush and subdue voices - since certain development policies are chosen over others. Thus, the study reflects on the Brazilian cooperation policies and practices that have been shaped and informed under the influence of a Western and European intellectual history, specifically addressing those exported to Angola via combination of private investment.

Keywords

International Relations; International Development Cooperation; South-South Cooperation; Post-colonialism; Brazil-Africa Relations; Angola.

Sumário

1. Introdução	11
2. Discutindo o desenvolvimento: uma análise pós-colonialista	20
2.1 A imposição de uma nova perspectiva temporal da história	23
2.2 Desenvolvimento como processo imanente do capitalismo mundial	30
2.3 A concepção moderna de desenvolvimento	43
2.4 A cooperação internacional para o desenvolvimento	46
2.5 Os artefatos culturais do desenvolvimento	52
2.6 O ímpeto pela mudança: reorganizando o mundo natural e social	56
3. Interpretando a identidade brasileira: a renegociação da dependência e do seu lugar na modernidade	59
3.1 O pós-colonialismo 'situado' brasileiro	62
3.2 O tradicional pensamento intelectual brasileiro: para além do culturalismo e do economicismo	75
3.3 A dupla inscrição do desenvolvimento brasileiro	93
4. Jogos de espelhos: uma análise da narrativa da cooperação brasileira em Angola	96
4.1 Reestruturando o natural e o social: a 'boa' governança e a cooperação para o desenvolvimento	97
4.2 Um breve panorama da cooperação técnica brasileira em Angola	106
4.3 Uma nova estratégia de inserção internacional	120
5. Conclusão	128
6. Referências Bibliográficas	133

Lista de Tabelas

Tabela 1	Companhias transnacionais brasileiras em Angola	112
Tabela 2	Projetos de cooperação Brasil-Angola, em execução até 2015	118

Lista de Siglas

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ACFI	Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos
AOD	Assistência Oficial ao Desenvolvimento
APEX	Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAD	Comitê de Assistência ao Desenvolvimento
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CID	Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
CNPq	Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS	Cooperação Norte-Sul
CSS	Cooperação Sul-Sul
CTPD	Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FMI	Fundo Monetário Internacional
G20	Grupo dos 20
G77	Grupo dos 77 países em desenvolvimento da ONU

IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PABA	Plano de Ação de Buenos Aires
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

1

Introdução

A narrativa do desenvolvimento envolve uma intrigante e inevitável ocultação do “*self*” nas relações com o outro, na medida em que o seu imaginário foi delineado de modo a não apenas transformar o ‘Terceiro Mundo’, mas também redefinir e reforçar as identidades e os símbolos de poder desempenhados pelas potências ocidentais europeias (e, em um segundo momento, estadunidense). Nesse sentido, a criação de tal imaginário envolveu também a criação de uma rede de conhecimentos que o reforçam e legitimam. Seu real significado quase sempre está oculto por trás de um cuidado moral em relação ao outro, moldado, sobretudo, por interesses domésticos que à primeira vista não parecem tão perceptíveis. Sua dissimulação está diretamente refletida na própria categoria de desenvolvimento, que, ao se mostrar controversa, tem sido objeto de uma vasta gama de debates acadêmicos e intelectuais, os quais não serão esgotados neste estudo. Aqui trataremos, especificamente, do desenvolvimento capitalista e das implicações de seu imaginário na vida diária das periferias mundiais.

O advento da Cooperação Sul-Sul (CSS) na década de 1980, e a intensificação de suas práticas nos anos 2000, elevaram ao cenário internacional as mais variadas críticas relacionadas à eficácia da tradicional Cooperação Norte-Sul (CNS). Com as independências das últimas colônias africanas e a aproximação do fim da Guerra Fria, o regime do desenvolvimento imposto por modelos de políticas ocidentais passou a ser questionado, tensionando as potências europeias e estadunidenses a encararem um mundo cada vez mais multipolar. Neste contexto, as políticas de CSS surgiram como um questionamento à forma através da qual a ajuda externa ocidental era empreendida, revelando como esta se fundamentou em um conjunto de hierarquias coloniais e pós-coloniais. Dessa forma, a ajuda externa “tradicional” passava a ser denunciada como uma nova forma de colonialismo, visto que, quando o Ocidente já não mais podia fundamentar e legitimar o domínio direto

das demais sociedades, o fazia indiretamente, estabelecendo modelos e normas que permitiam a dominação econômica e política no mundo pós-colonial.

Isto posto, com a ascensão das economias emergentes nos anos 2000, as políticas de cooperação entre os países do Sul apresentaram um caráter alternativo e mais flexível, menos ‘condicionalizante’ – visto que suas bases foram estabelecidas, sobretudo, na troca de um conhecimento técnico e tecnologia já testados nacionalmente. No entanto, com a intensificação das práticas de CSS e a diversificação dos atores no cenário internacional, alguns desafios continuaram a ser enfrentados. Um exemplo seria o próprio conceito de “*ownership*”, que propõe um maior domínio e capacidade de ação aos países receptores da ajuda nas gestões dos projetos empreendidos em seus territórios. Ainda hoje suscitam questões acerca da autonomia concedida aos países receptores da ajuda. Outra questão que se põe são os próprios efeitos gerados pela transferência de tecnologia e conhecimento, na medida em que esta também possibilita a ampliação dos negócios, tornando difícil a sua desassociação de iniciativas de investimento privado. Dessa forma, a dimensão comercial partiria do próprio plano estratégico dos países, a ser negociada governo a governo.

No Brasil, o nascimento de uma identidade econômica latino-americana a partir da aliança nacional-desenvolvimentista proporcionou argumentos econômicos para a articulação política dos países latino-americanos com o restante do Terceiro Mundo no início dos anos 1960. Tal movimento esteve sob a influência das teses cepalinas e da ideia de um desenvolvimento periférico desigual e dependente, comum aos países vizinhos. Para Maria Regina Soares de Lima (2013), a premissa que unificou as análises acadêmicas da época era a de que os determinantes estruturais, a carência de recursos de poder e a dependência econômica não serviriam de impedimento para ações positivas da política externa. Isso possibilitaria então, a introdução de fatores domésticos que dessem conta de suas decisões, visando conquistar eventuais espaços de manobra no sistema internacional, na tentativa de redefinir a própria inserção internacional brasileira¹.

Nesse sentido, ao escrever sobre as reformulações da política externa brasileira nos anos 1970, João Luís Ribeiro Fragoso (1981) constatou que “a virada para a África constitui, na verdade, um momento de uma nova estratégia de

¹ LIMA, L. 2013, p. 146-147.

inserção do Brasil no contexto internacional, só deste modo podendo ser estudada”². Já naquela época, Fragoso dizia que tal inserção possuía, como um dos traços principais, a tentativa de renegociação da dependência, visando dar ao Brasil “uma nova condição no interior do capitalismo mundial”³. Certamente, a política externa e o Brasil dos anos 1970 já não são mais os mesmos quarenta anos depois. Como destacado por Lima, nos anos 1990 a política externa brasileira já expressava o impacto das mudanças na política mundial, devido ao fim da Guerra Fria, à intensificação dos processos de globalização, e também à crise dos regimes autoritários na região, marcando o retorno da democracia ao Brasil. Assim, a restauração do regime democrático e a cada vez maior integração à economia global refletiram na inserção internacional do país, cujo processo de internacionalização de agentes públicos e privados se intensificou a partir daquela época, fornecendo uma base societal de apoio e oposição à política externa – o que antes não existia⁴.

Na medida em que o processo de internacionalização da ampla pauta de políticas públicas brasileiras se intensifica através de iniciativas de CSS, multiplicam-se as indagações sobre o papel dos grupos de interesse na formação das posições brasileiras, fazendo ecoar novamente as palavras de Fragoso. Não obstante, é frequente a observação da coadunação de políticas de CSS com investimentos privados, sobretudo em países da África Lusófona – região com a qual, devido às semelhanças linguísticas e a uma alegada semelhança cultural, racial, e até mesmo ‘natural-topográfica’, o Brasil tem ampliado suas relações e mercados.

Tendo em comum mais de 500 anos de história de colonialismo europeu nos respectivos continentes, Brasil e África ainda hoje vivenciam a constante transformação de seus laços, cada vez mais influenciados e fundamentados em conformidade com suas experiências pós-coloniais⁵. No decorrer dos anos 2000, a história econômica brasileira, acompanhada de seu relativo sucesso em conciliar o controle de indicadores macroeconômicos com distribuição de renda, pareceu colocar o desenvolvimento brasileiro como o modelo e caminho natural de “progresso” socioeconômico a ser alcançado pelos países africanos – um meio

² FRAGOSO, J. L. R. 1981, p.41-2.

³ FRAGOSO, J. L. R. 1981, *idem*.

⁴ LIMA, L. 2013, p.148-149.

⁵ CESARINO, L. 2012, p.98.

termo entre o subdesenvolvimento periférico e colonial, e o desenvolvimento civilizatório europeu/estadunidense. Além de apresentar o Brasil como par e conhecedor dos percalços e desafios africanos, as políticas de cooperação empreendidas também permitiram que o país se mostrasse como representante dos interesses africanos, contando inclusive com seu apoio em fóruns mundiais⁶. Não obstante, o cenário econômico brasileiro nos últimos cinco anos tem mudado, e, impactado pela crise econômica internacional e por uma disputa política interna mais acirrada, parece apontar para um fluxo menor de dispêndios para projetos de cooperação técnica, e um interesse cada vez maior por cooperações ditas financeiras e que coadunam investimentos públicos e privados.

Isto posto, neste estudo as políticas de desenvolvimento empreendidas na relação Brasil-Angola são pensadas como fruto de um pós-colonialismo presente na história do colonialismo português, e que carrega consigo um particular conjunto de análises econômicas, sociológicas e políticas⁷. A demarcação de diferenças relacionada ao tipo de CSS, estabelecida em oposição àquela CNS, parece consistir, no caso brasileiro, em uma tentativa de reduzir, renegociar e eliminar a própria subalternidade no sistema internacional. Contudo, ressalto aqui que o caso brasileiro não será abordado como exemplo de modernidade a ser seguida, mas sim como um caso específico dentre diversos outros no Sul Global. Não pretendo exaltar sua singularidade cultural perante a execução de políticas de cooperação, mas sim experiências e práticas cujas narrativas foram redefinidas e atualizadas para dar continuidade à subjugação moderna. É importante frisar, portanto, que a leitura pós-colonial aqui empreendida é apenas uma dentre as mais diversas leituras que se pode aplicar na análise da cooperação e da construção de uma identidade desenvolvimentista brasileira. Esperamos, no entanto, que suas lentes nos possibilitem vislumbrar conjunturas e esboçar conjecturas com maior clareza.

A escolha por Angola como estudo de caso se deu tendo em vista a relação de mais de 40 anos entre os dois países. Primeiro país a reconhecer a independência do vizinho africano, desde a década de 1980 o Brasil se faz

⁶ Como quando da eleição do brasileiro Roberto Azevedo para diretor da Organização Mundial do Comércio (OMC). Ver AGÊNCIA BRASIL. “*Embaixador reafirma que eleição para OMC é reconhecimento da relevância do Brasil*”. 22/05/2013. Disponível em <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-05-22/embaixador-reafirma-que-eleicao-para-omc-e-reconhecimento-da-relevancia-do-brasil>>. Acesso em janeiro de 2015.

⁷ Santos, Boaventura de S. S. 2006.

presente nos mercados angolanos por meio da participação de suas empresas nos setores de construção pesada, mineração e petróleo. Nesse contexto, a coadunação entre investimentos e cooperação técnica tem revelado um interessante campo de estudo, que, ao mesmo tempo em que tensiona incentivar políticas de desenvolvimento ‘alternativas’ e ‘horizontais’, coexiste com políticas de desenvolvimento predatórias e excludentes – reforçando e tentando renegociar, assim, a produção de hierarquias já existente.

Aqui compartilhamos do argumento de Dipesh Chakrabarty (2000), de que é impossível pensar o fenômeno da “modernidade política” – ou seja, das instituições modernas do Estado, da burocracia e da empresa capitalista – sem que se invoquem certas categorias e conceitos, sem que se utilizem genealogias profundamente entranhadas nas tradições intelectuais e teológicas da Europa. Nesse sentido, o estudo considera ainda a existência de uma “*desigualdade da ignorância*”⁸, que identifica as sociedades para além da Europa menos importantes teoricamente, servindo apenas como elementos empíricos que deveriam se encaixar nas teorias *mainstream*. Assim, o desenvolvimento será discutido a partir da criação de sua narrativa teleológica, que visa superar a fase intermediária da transição dos países menos desenvolvidos para o caminho europeu do desenvolvimento⁹.

Dito isto, buscando responder os questionamentos supracitados, e, inspirada por Michael Foucault, a pesquisa examinará ao longo dos próximos capítulos as dinâmicas do nexo poder-conhecimento. Para Foucault, a formação de domínios do saber, como as ciências humanas, se dá a partir de práticas políticas disciplinares, diretamente conectadas e articuladas com a materialidade da estrutura econômica vigente, sendo o saber, portanto, um dispositivo político. Nesse sentido, admite-se que todo conhecimento, seja ele científico ou ideológico, só pode existir a partir de condições políticas propícias para que se formem tanto o sujeito quanto os domínios de saber que o circundam¹⁰. Toda constituição de saber estaria diretamente associada ao exercício de um poder, na medida em que as instituições estão ao lado do nascimento de saberes, cuja importância é “*fundamental para justificar e legitimar não só a existência dessas instituições*

⁸ CHAKRABARTY, D. 2000, p.28.

⁹ CHAKRABARTY, D. 2000, p.30.

¹⁰ SOUZA, J. 2011, p.118.

como também o exercício de poder decorrente de seu funcionamento”¹¹. Entretanto, apesar de partir da discussão foucaultiana das dinâmicas de poder e saber, considerarei ao contrário de Foucault e tal qual desenvolvido por Edward Said (2007), a importância da dialética presente entre os textos individuais e seus autores, e a formação coletiva da sociedade em que atuam e para qual contribuem.

Presentes na construção de alteridades inerente às políticas que orientam a CSS brasileira, tais dinâmicas do nexo poder-conhecimento apresentam uma heterogeneidade latente aos seus discursos e práticas, permitindo que o Brasil se coloque ao mesmo tempo como subjugado e subjugador, como *caça e caçador*¹². Aqui a tentativa será, portanto, a de compreender como essas políticas sinalizam a persistência de colonialismos, que, apesar de todas suas hibridizações, continuam a silenciar e subjugar vozes – visto que certas políticas de desenvolvimento são eleitas em detrimento de outras. Assim, se refletirá acerca das políticas e práticas de cooperação que foram moldadas e informadas sob a influência de uma história intelectual ocidental e europeia.

Atendo-se ao discurso e às práticas políticas da CSS brasileira para Angola, a pesquisa procurou, assim, identificar e problematizar as políticas brasileiras de desenvolvimento que, através deste caso, são estimuladas e exportadas. Discutir-se-á, portanto, assumindo seus limites e generalizações, até que ponto o essencialismo presente nas políticas brasileiras de cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) pode ser considerado estratégico¹³, quando relacionado ao sistema internacional. Dessa forma, trataremos do compartilhamento cultural entre as identidades brasileira e africana via CSS, visando compreender em que medida o discurso do desenvolvimento produz relações de dominação, explorando suas condições de possibilidades e seus efeitos mais difundidos. Isto posto, o pós-colonialismo orientará a presente pesquisa como norte analítico-reflexivo, quando

¹¹ SOUZA, J. 2011, p.119.

¹² A ideia de caça e caçador é introduzida em GARCIA, A.; KATO, K.; FONTES, C. (2013).

¹³ Para além da vigilância e desconstrução incessante das políticas desenvolvimentistas engendradas, faz-se necessário recorrer ao ‘essencialismo estratégico’ de Spivak (2008), na medida em que o próprio hibridismo pode servir de base para a manipulação hegemônica, cooptando e transformando as reivindicações sociais. Por essencialismo estratégico entende-se aqui a prática analítica e teórica de “pensar a modernidade pela própria modernidade”, que reconhece e suporta uma falha parcial do ajuste na construção de sua própria estratégia, e que não pode ser considerada imune a seu próprio sistema (2008, p.48). Consiste, portanto, num exercício de não apenas desconstruir a modernidade e suas intempéries, mas também de *‘hiper-refletir’*, a partir do próprio lócus de enunciação, seus limites e generalizações, permitindo certo grau de essencialização para lidar com a realidade desigual e excludente que permeia a vida em sociedade.

da análise do sistema internacional, na qual as relações de dominação/subalternidade e de poder/conhecimento se apresentam.

Dividida em três seções, no **primeiro capítulo** a pesquisa evidenciará como o estabelecimento e a institucionalização de um imaginário eurocêntrico de dimensões espaciais e temporais permitiu a divisão da humanidade em uma linha evolutiva, marcada paralelamente pelos ideais de um mundo novo/velho, desenvolvido/subdesenvolvido. Tais mecanismos, criados a partir do encontro colonial, permitiram a classificação do desenvolvimento de uma sociedade em relação à outra, tornando a própria adoção ao sistema de Estados uma ruptura com os modelos de organização social remanescentes. Assim, veremos como a formação de um conhecimento hegemônico europeu informou a atual ordem liberal dos Estados e suas respectivas estratégias para o desenvolvimento. Discutiremos ainda, como a moderna concepção de desenvolvimento orientou seu significado central para a ideia de crescimento econômico, contribuindo para a atual compreensão do lugar do desenvolvimento na consolidação das políticas e práticas de cooperação internacional.

Em seu **segundo capítulo**, a pesquisa abordará a crítica das ambivalências produzidas pela experiência colonial, refletidas na construção constante da identidade de suas ex-colônias, especificamente no caso da colonização portuguesa e a construção identitária brasileira. Para tanto, discutiremos o “racismo culturalista”¹⁴ que permeou a construção intelectual da modernidade no Brasil, viabilizando a legitimação científica de um racismo que, ao mesmo tempo em que permite a diferenciação essencial das sociedades de acordo com seus níveis de pobreza e marginalização, oculta elementos comuns às sociedades ditas “modernas”, criando, conseqüentemente, modelos e tipos ideais de sociedades inalcançáveis. Veremos como esta construção contou com a própria contribuição da teoria da modernização para a cristalização ética e moral dos Estados Unidos como referência para as sociedades subdesenvolvidas, possibilitando a naturalização de julgamentos morais, emocionais e irracionais como características inerentes e exclusivas ao ‘Terceiro Mundo’. Assim, debateremos como a ideia de “dois Brasis” (do futuro/atraso; moderno/tradicional) tem

¹⁴ O termo “*racismo cultural*” é cunhado por Etienne Balibar e amplamente utilizado por Jessé Souza, para referir-se às práticas discriminatórias legitimadas cientificamente através da reificação de diferenças culturais. Ver BALIBAR, Etienne. Is there a ‘neo-racism’? In: BALIBAR, E.; WALLERSTEIN, I. 1991, p.26; e SOUZA, J. 2015, p.35.

influenciado a narrativa da cooperação na política externa brasileira, numa constante tentativa de renegociar sua dependência e a linha do tempo da modernidade.

Já no **terceiro capítulo**, a pesquisa se direcionará a análise do Estado brasileiro e sua formulação de políticas públicas, buscando compreender as alteridades presentes nas políticas de cooperação para o desenvolvimento, direcionadas para Angola. A pesquisa pretende analisar a cooperação estabelecida na última década pelo governo brasileiro através das estratégias narrativas perseguidas e das práticas já engendradas, explorando seus limites, ambivalências e contradições. Contudo, aqui se faz necessário ressaltar que a análise realizada neste trabalho possui um caráter preliminar. Mais voltada a discussões analíticas, as conclusões apresentadas nessa pesquisa precisarão ser desdobradas por meio de estudos empíricos. Assim, a pesquisa de campo além de desejada, consistirá no próximo passo de trabalhos futuros, de modo que possa permitir uma reflexão mais apurada acerca das práticas brasileira. Dessa forma, os próprios acordos de cooperação não serão aqui abordados em sua totalidade, mas de maneira seletiva, em uma análise qualitativa de acordo com a relevância e o destaque por eles atingido.

A pesquisa pretende ser sensível às relações de poder, desigualdade e dominação intrínsecas ao sistema internacional, visando desnaturalizar processos de exclusão e marginalização, tornando público o debate acerca das ambivalências e contradições inerentes aos processos de desenvolvimento regidos por um conhecimento eurocêntrico, modernizante, etapista e linear. Nesse sentido, a conclusão deverá indicar as lacunas presentes em suas retóricas e as ambivalências perante a produção e naturalização de hierarquias que tendem a reproduzir institucionalmente a extensão de seu poder e o alcance de sua influência, apontando o quanto as construções discursivas dizem mais acerca daquele que as constrói do que do objeto de discurso.

A compreensão de tais construções passará, portanto, pela percepção do saber cultural e de suas coerções internas, que não são necessariamente inibidoras, mas, sobretudo, produtivas¹⁵. Dessa forma, nossa estratégia se dará através da avaliação analítica de discursos, textos oficiais e documentos, bem como sua

¹⁵ SAID, E. 2007.

sobreposição em relação às práticas da cooperação brasileira. A presente dissertação procurou revelar que a construção identitária brasileira é um processo em andamento, que, influenciado por sua história colonial, se reflete diretamente nas políticas de cooperação com Angola.

2

Discutindo o desenvolvimento: uma análise pós-colonialista

Elaborada e disseminada como uma dimensão política-intelectual da consciência geopolítica acerca do que constitui o desenvolvimento, a modernização, desde o fim da Guerra Fria, tem sido reimaginada como um processo global¹⁶. De acordo com Naeem Inayatullah & David Blaney (2004), novas formas da teoria da modernização teriam emergido e se sobreposto nas Relações Internacionais (RI), evidenciando a debilidade do campo ao estender e disseminar o reconhecimento das diferenças como ato de enfraquecimento da estabilidade na ordem mundial. Ao evitar e negar persistentemente o problema histórico acerca do que pode ser feito em relação à diferença cultural, as RI teriam evidenciado a ausência de uma contribuição sólida para as teorias sociais¹⁷. Dito isto, é pensando justamente nesta lacuna e nas suas implicações para a cooperação internacional brasileira que a presente pesquisa se estrutura.

As teorias da modernização, cujas bases aludem às obras de Adam Smith e David Ricardo – e consolidam-se com “*The Stages of Economic Growth*”, publicado em 1962 por Walt W. Rostow –, projetaram um ambiente de desenvolvimento natural e universal, através do qual todas as culturas deveriam passar, e cuja velocidade da modernização poderia ser acelerada por meio da ajuda e assistência daqueles que já passaram por estágios considerados “primários” do desenvolvimento, tornando suas marcas e experiências elementos de superioridade perante aqueles que ainda não os alcançaram. Nesse sentido, as teorias da modernização se propuseram a erradicar as diferenças através de binarismos conhecidos: a demarcação espacial *inside/outside* e a sequência de desenvolvimento *tradição/modernidade*¹⁸. Para Inayatullah & Blaney, isso se deve a uma não-dialética lógica de comparação, que, ao presumir uma

¹⁶INAYATULLAH, N.; e BLANEY, D., 2004, p.84.

¹⁷ *Ibid*, p.85.

¹⁸ *Ibid*, p.86.

comunidade humana, recorre à reivindicação de sua existência, homogeneizando as diferenças culturais e garantindo demarcações espaciais da geopolítica, nas quais a diferença é contida e domesticada¹⁹. Não obstante, esta assertiva nos permite compreender como o sistema internacional por vezes é tratado como um objeto da modernização, da progressiva diferenciação, integração e universalização das características liberais da modernidade.

A naturalização inerente às narrativas modernizantes não deve, portanto, ser entendida como correspondente a um poder político efetivamente “natural”, mas sim como fruto de um poder anteriormente produzido. Tal qual exposto por Edward Said (2007), suas origens remetem à construção das narrativas ocidental e europeia, que foram moldadas em certa medida pelo intercâmbio entre os poderes **político** (de regime imperial ou colonial); **intelectual** (das ciências dominantes); **cultural** (das ortodoxias e cânones de gostos, textos, valores); e **moral** (do peso das ideias sobre o que uns podem fazer/compreender e outros não)²⁰. Logo, é o conhecimento acerca do Outro a ser subjugado que, *“torna fácil e lucrativa a sua administração; o conhecimento fornece poder, mais poder requer mais conhecimento, e assim por diante numa dialética crescentemente lucrativa de informação e controle”*²¹.

Claramente expresso no encontro colonial, é o estabelecimento de um imaginário eurocêntrico de dimensões espaciais e temporais que divide a humanidade em uma linha evolutiva marcada paralelamente pelos ideais de um mundo novo/velho, desenvolvido/subdesenvolvido. Tais mecanismos permitiram a classificação do desenvolvimento de uma sociedade em relação à outra, tornando a própria adoção ao sistema de Estados uma ruptura com os modelos de organização social remanescentes: uma ruptura com um presente que haveria de se tornar passado quase que instantaneamente. De acordo com Barry Hindess (2007), é no contexto do sistema de Estados que as sociedades, culturas e povos não europeus frequentemente são ranqueados *“according to their level of moral and institutional development”*²². Assim, *“Western social thought come to treat*

¹⁹ *Idem.*

²⁰ SAID, E., 2007, p.41.

²¹ *Ibid*, p.68.

²² HINDESS, B. 2007, p.333.

belonging to the past as a kind of moral and intellectual failure; and (...) it [has] learned to assign some of our contemporaries to the world of the past”²³.

Assim, é por meio da crítica à negação violenta da separação genealógica imposta entre modernidade e colonialismo, que discutirei aqui como a trajetória histórica do desenvolvimento está diretamente ligada à consolidação da influência intelectual e política europeia, e à conseqüente construção da ordem internacional. Tal debate se faz extremamente importante, na medida em que estes processos de exclusão nos indicam a forma através da qual as políticas de ajuda e cooperação internacional para o desenvolvimento institucionalizaram a necessidade de transição entre atrasados e modernos presentes no imaginário europeu, além de condicionar – em maior ou menor medida – a supressão das diferenças sociais, culturais e econômicas, interna e externamente ao Estado. Isto posto, no tópico 1.1 tratarei da construção de um imaginário desenvolvimentista europeu que é traduzido, naturalizado e reproduzido por meio da imposição de uma nova perspectiva temporal da história. Para tanto, o debate se fundamentará nas contribuições de Beate Jahn (1999), Dipesh Chakrabarty (2000), Ashis Nandy (1989) e Aníbal Quijano (2005).

Em sua segunda parte, já no tópico 1.2, o presente capítulo evidenciará a institucionalização das ideias de desenvolvimento e subdesenvolvimento como parte das construções teóricas intelectuais e das práticas empreendidas pelo Estado nos séculos XIX e XX, corroboradas, sobretudo, por uma intensa produção intelectual no campo da Economia Política Internacional (EPI). Assim, para tratar do desenvolvimento enquanto processo imanente do capitalismo mundial serão abordados os cânones trabalhos de Adam Smith (1776), Friedrich List (1841), Karl Marx (1848) e Vladimir Lenin (1917), bem como a sua crítica, através dos trabalhos de Douglas Lummis (1991), Michael Cowen & Robert Shenton (2005), Blaney & Inayatullah (2010), e San Juan Jr.(2004).

Em seguida, veremos no tópico 1.3 como a moderna concepção de desenvolvimento orientou seu significado central para a ideia de crescimento econômico, com a teoria da modernização de Walt W. Rostow (1962) no contexto pós-Segunda Guerra Mundial. Verificaremos ainda, no tópico 1.4, como toda essa produção intelectual dominante contribuiu para a atual compreensão do

²³ *Ibid*, p.328.

lugar do desenvolvimento na consolidação das políticas e práticas de cooperação internacional, abordando a consolidação do campo através da contribuição de Iara Costa Leite (2012), bem como a crítica da Teoria da Dependência e sua compreensão do fenômeno do subdesenvolvimento no Sul Global por meio dos escritos de Paul Baran (1957). Por fim, no tópico 1.5 exploraremos justamente as instabilidades presentes no nexos poder-conhecimento, bem como os limites e as generalizações impostas pela institucionalização das políticas de desenvolvimento, através dos estudos de Ilan Kapoor (2008).

Assim, ressaltarei – destacando seu poder na reorganização do mundo social e natural –, como as diferentes dimensões da narrativa do desenvolvimento sempre estiveram coadunadas com o processo intelectual de construção teórica e a sua execução a partir de práticas estatais, suprimindo diferenças para orientar a humanidade ao alcance máximo de uma produtividade industrial que subjuga e expropria a vida humana, numa tentativa de normalizar e gerenciar mecanismos de opressão necessários para manter desiguais as relações que permitem a dominação de recursos e riquezas nos grandes centros mundiais.

2.1

A imposição de uma nova perspectiva temporal da história

Colocando o continente como aquele responsável pela modernização, pelo desenvolvimento e pela defesa de um *telos* natural, o encontro colonial redefine não apenas a história mundial, como também a história da própria Europa. Sob o ponto de vista epistemológico, Beate Jahn (1999) nos mostra que a política europeia foi fortemente influenciada pelo encontro com os ameríndios, originando a narrativa do estado de natureza como base histórica e secular para a lei ‘natural’ que deu vida à concepção universalista da sociedade. Jahn retira o anonimato cultural da ideia de estado de natureza formado por um âmbito da vida humana socialmente indomável, mostrando como tal narrativa é fruto de construções intelectuais, sendo a sua suposta naturalidade uma concepção ilusória. Isto porque o estado de natureza deve ser entendido não como uma condição pré-existente ao surgimento dos laços sociais e culturais que dão base ao seu discurso moral; pelo contrário, ele é produto de um evento histórico particular, de uma produção

intelectual particular, originada num encontro colonial densamente carregado por significados culturais, sociológicos e éticos²⁴.

Impondo aos espanhóis um desafio ontológico, a própria definição dos povos ameríndios revela a tentativa de construção de alteridades que explicassem não apenas sua existência, como a existência de toda a Europa. Assim, questões acerca da natureza ameríndia estabeleceram, num primeiro momento, o conceito aristotélico de escravidão natural – traduzindo estes povos como seres sem razão e *dominium*, ou seja, sem poder sobre seus próprios corpos e discernimento²⁵. Jahn nos mostra, portanto, que tal visão claramente dividia a sociedade espanhola política e moralmente, uma vez que o conceito aristotélico se contrapunha ao princípio fundamental da *oikomene* cristã, a qual reforçava a crença numa origem comum da humanidade e na vontade de Deus para a perfeição do homem e do mundo, o que deveria incluir todos os povos. Assim, o debate sobre a natureza dos índios foi decidido não de acordo com as evidências encontradas em suas sociedades, mas de acordo com os dogmas teóricos cristãos²⁶.

Não obstante, a solução espanhola de fundamentar-se na natureza divina e na razão humana não resolveu o problema da diferença cultural, mas o colocou em novos termos. Afinal, se a razão foi por Deus concedida a todos os povos, não haveria como explicar os diferentes tipos de desenvolvimento observados. Assim, “*if reason meant understanding and applying the – by definition universal – laws of nature, it had surely to lead to universal norms, institutions and material achievements*”²⁷. Dessa forma, intelectuais como os teólogos Bartolomé de Las Casas e Francisco de Vitória viram nos ‘*maus costumes*’ ameríndios um produto da educação e da história de sua socialização. Ambos estabeleceram, assim, dois aspectos cruciais: primeiro, a hierarquia proveniente da suposição de que os espanhóis têm cultura, enquanto os ameríndios não a possuem, classificando a cultura europeia como a cultura ‘*correta*’ a ser cultivada; e em seguida, a criação de um objetivo político prático, na busca pela assimilação dos ameríndios para a cultura espanhola²⁸.

²⁴ JAHN, B., 1999, p. 412.

²⁵ *Ibid*, p. 413.

²⁶ *Ibid*, p. 415.

²⁷ *Idem*.

²⁸ *Idem*.

Isto posto, a redefinição ontológica da história por uma escala de tempo linear promoveu a criação de um *telos* secular que serviu de base para todo o processo histórico que se seguiu. Eticamente, serviu também de ponto de partida para a crítica do desenvolvimento das próprias sociedades europeias, bem como dos meios para reconstruir teoricamente uma comunidade política alternativa. Quando tomados em conjunto, os três níveis (epistemológico, ontológico e ético) equivaleriam a uma completa redefinição da comunidade política considerada autêntica e legítima. Ao mesmo tempo, “*the theoretical construction of a universal linear time scale and a political community built on universal natural law inevitably led to a ranking of all human societies on that linear scale*”²⁹.

Dito isto, o mito fundacional, presente no encontro com o outro (ainda que estabelecido em um mesmo tempo cronológico), permitiu que a Europa se colocasse na ponta da civilização humana, como berço da humanidade – posição fundamental para o estabelecimento de hierarquias. Além disso, na tentativa de explicar o deslocamento da humanidade de um para outro estágio de desenvolvimento, intelectuais europeus justificaram e naturalizaram o particular padrão europeu de desenvolvimento – cujos pilares remontam à construção do Estado, à propriedade privada e ao dinheiro³⁰.

Contada e recontada desde o encontro colonial, a história intelectual tem sido informada por um historicismo de modelo teleológico e etapista, que evoca todas as sociedades a necessariamente passarem por sucessivos estágios ou etapas de desenvolvimento. Dipesh Chakrabarty (2000) ressalta que o ponto final de tal trajetória histórica tem repousado no lócus europeu, na construção de um imaginário desenvolvimentista que ao ser traduzido, naturalizado e reproduzido pela própria academia, se expressa conseqüentemente nas políticas desenvolvimentistas e torna a Europa o lócus primeiro do capitalismo, da modernidade e do iluminismo – situando o resto do mundo sempre um passo atrás de uma suposta ‘primeira’ experiência.

A presente pesquisa compartilha do argumento de Chakrabarty, de que é impossível pensar o fenômeno da “modernidade política” – ou seja, das instituições modernas do Estado, da burocracia e da empresa capitalista – sem que se invoquem certas categorias e conceitos, sem que se utilizem genealogias

²⁹ *Ibid*, p.417.

³⁰ *Ibid*, p. 423.

profundamente entranhadas nas tradições intelectuais e teológicas da Europa. A existência de uma “*desigualdade da ignorância*”³¹, presente na ausência de qualquer iniciativa ou necessidade de tornar recíproca a leitura e o conhecimento de histórias feitas por sociedades para além da Europa, tem reverberado nas tentativas de produção de teorias universais que abarquem grande parte da humanidade. Ao considerar que tais sociedades seriam menos importantes teoricamente, servindo apenas como elementos empíricos que deveriam se encaixar nas teorias *mainstream*, desenvolveu-se uma narrativa teleológica que visa superar a fase intermediária da transição dos países menos desenvolvidos para o caminho europeu do desenvolvimento. Isto fez com que até mesmo o olhar mais crítico de teóricos como Marx, e historiadores como Hobsbawm e Thompson, privilegiasse o mundo europeu, já que suas teorias partem da mesma narrativa teleológica que visa *superar* a fase intermediária da transição³².

Percebidas como meras variações das tradições dominantes, as histórias caracterizam uma subalternização do conhecimento e do saber histórico produzido pelos países menos desenvolvidos, através de uma narrativa da transição que reproduz a narrativa moderna europeia – cujo conhecimento é considerado universal, transcendental e resiliente. Atentando para as diferenças entre as histórias produzidas na Europa e as histórias produzidas fora dela, Chakrabarty propõe a *provincialização* da Europa, tratando-a como um espaço ou região como todas as outras, retirando sua posição singular e problematizando o caráter ‘universal’ presente no imaginário de suas correntes filosóficas³³. Assim, a Europa passaria a ser vista como a expressão de uma modernidade, e não a única modernidade possível ou existente, privilegiando, portanto, a existência de modernidades alternativas que não foram logradas apenas pelo imperialismo, mas que contaram com a contribuição do próprio Terceiro Mundo³⁴. Dessa forma, aqui a modernidade europeia não será pensada como ‘o modelo’ devido à sua inadequação espaço-temporal, já que é datada e tem seu berço na Europa iluminista. Entretanto, ela também não será um elemento dispensável, uma vez que suas marcas permanecem latentes nas teorias ocidentais – tais quais as que

³¹ CHAKRABARTY, D., 2000, p. 28.

³² *Ibid*, p.30.

³³ *Ibid*, p.XIII.

³⁴ *Ibid*, p.43.

aqui serão utilizadas –, tornando impossível a fuga plena da modernidade já habitada.

A separação genealógica imposta entre modernidade e colonialismo viabilizou a ascensão de doutrinas de progresso social e teorias da modernização, criando, como identificado por Ashis Nandy (1989), um paralelo entre masculino/feminino, primitivismo/infância e crescimento/desenvolvimento. Políticas desenvolvimentistas frequentemente apresentam certa preocupação em tutelar seu receptor, assegurando que estes sejam vistos como uma tabula rasa – na qual aqueles considerados adultos masculinos, evoluídos e desenvolvidos, poderiam inscrever seus códigos morais, tornando-se responsáveis pela ‘salvação’ das sociedades consideradas primitivas e detentoras de um Estado relapso (ou de nenhuma estrutura estatal).

A partir desses códigos e valores institucionalizados e compartilhados, colonizou-se não apenas política, mas intelectual e sentimentalmente, o modo de agir e pensar das sociedades consideradas subdesenvolvidas. Isto porque o colonialismo, em sua essência, é um *estado mental*, fruto de um compartilhamento cultural que não termina com o fim do sistema político e das regras coloniais. Afinal, o sistema colonial se perpetuou através de punições e recompensas econômicas e psicológicas, de modo que suas categorias cognitivas e suas normas sociais fossem aceitas, ainda que por vezes de maneira inconsciente³⁶. Assim, diante de situações opressivas, as teorias do progresso se tornavam o outro lado da moeda: constituíam a legitimidade ontogenética para a defesa do ego, frequentemente utilizada em ambientes de dependência para confrontar a supremacia inescapável daqueles considerados legitimamente ‘adultos’ e substancialmente mais poderosos³⁷. Apesar da alteridade inerente ao ‘Eu’ colonizador e ao ‘Outro’ colonizado, a intimidade existente entre as duas identidades – cujo *self* é fragmentado e ambivalente –, ressalta a dimensão psicológica e dependente que fora compartilhada no encontro colonial e que até hoje reflete na escolha por políticas públicas.

Ao gerar uma nova perspectiva temporal da história, os intelectuais europeus re-situaram os povos colonizados, suas histórias e culturas, estabelecendo uma associação entre o etnocentrismo colonial e a classificação

³⁶ NANDY, A., 1989, p.3.

³⁷ *Ibid*, p. 7.

racial universal, que se expressou diretamente “numa operação *mental* de fundamental importância para todo o padrão de poder mundial, sobretudo com respeito às relações intersubjetivas que lhe são hegemônicas e em especial de sua perspectiva de conhecimento”³⁸. Nesse sentido, Aníbal Quijano (2005) afirma que “a ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América”³⁹. Conforme a própria configuração das relações sociais passava a ser traduzida em relações de dominação, as identidades construía-se de maneira constitutiva e associada às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes ao padrão de dominação que se impunha. Assim, através da codificação da cor de acordo com os traços fenotípicos dos colonizados, raça e identidade racial serviram como instrumentos de classificação social básica da população – configurando-se como uma categoria mental da modernidade.

Isto posto, se por um lado a codificação das diferenças na ideia de raça permitia situar biologicamente qualquer estágio ‘natural’ de inferioridade entre colonizadores e colonizados; por outro, esta ideia, revestida pela autoridade de um conhecimento biológico-científico, tornou-se o principal elemento constitutivo e fundacional das relações de dominação exigidas pela colonização. Possibilitado por esse novo padrão de poder, o ranqueamento da população da América – e posteriormente, do mundo –, articulou a hierarquia étnica-racial com a divisão internacional do trabalho, na qual todas as formas históricas de controle do trabalho, como seus recursos e produtos, passaram a girar em torno do capital e do mercado mundial⁴¹. Novas identidades históricas e sociais foram produzidas e combinadas com uma distribuição racista do trabalho e das formas de exploração do capitalismo colonial. Segundo Quijano, tal característica está claramente expressa “numa quase exclusiva associação da branquitude social com o salário e logicamente com os postos de mando da administração colonial. Assim, cada forma de controle do trabalho esteve articulada com uma raça particular”⁴².

Não obstante, o trabalho gratuito de índios, negros e mestiços permitiu aos brancos europeus o alcance de uma privilegiada posição no controle do ouro, da prata e de outras mercadorias. Além disso, sua vantajosa localização no Atlântico mostrou-se crucial para a sua primazia no controle do comércio mundial,

³⁸ QUIJANO, Aníbal. 2005, p.121. *Grifos meus*.

³⁹ *Ibid*, p.117.

⁴¹ *Idem*.

⁴² *Ibid*, p.119.

reforçando e consolidando sua expansão⁴³ – em outras palavras, “como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, *da produção do conhecimento*”⁴⁴.

A dominação da América inicia um universo de novas relações materiais e intersubjetivas. Quijano afirma que o conceito de modernidade não se refere somente ao que ocorre com a subjetividade, mas também “dá conta, do mesmo modo, das alterações na dimensão material das relações sociais”⁴⁵. É, portanto, por meio desses processos que se iniciam com a constituição da América, do novo padrão de poder mundial e da integração dos povos de todo o mundo, que “um novo espaço/tempo se constitui, material e subjetivamente”⁴⁶, dando forma à ‘*mentira da modernidade*’ – à promessa de um tempo futuro em aberto, passível de modificação e projeções evolutivas.

Nesse sentido, políticas desenvolvimentistas são pensadas a partir da cotidiana imposição de uma alteridade colonial pela modernidade. Isto permite a constante classificação da modernidade como uma exclusividade europeia e do colonialismo como exclusividade do terceiro mundo. Entretanto, ambos se dão de forma simultânea, pois são partes de uma mesma história, da criação de um imaginário europeu – que acaba por moldar a geopolítica do conhecimento, permitindo uma colonização epistemológica etnocêntrica e eurocêntrica⁴⁷. Assim, a colonialidade do saber e do poder nos conduz “à ideia de que [os problemas que nos afligem] *devem ser superados por mais modernização, olvidando-se que modernizar é colonizar*”⁴⁸.

Se a colonização passa a ser vista, portanto, como ‘mal necessário’ indispensável para o alcance da maturidade de tais sociedades, o desenvolvimento também pode ser lido na mesma chave, enquanto elemento fundamental para torná-las mais éticas, produtivas e racionais. Não obstante, foi com a coadunação entre teoria e prática que a ideia de desenvolvimento passou a permear os círculos intelectuais europeus e as sociedades por estes impactados, bem como também se refletiu na construção e consolidação do Estado. Dito isto, observaremos a seguir

⁴³ *Idem.*

⁴⁴ *Ibid.*, p.121.

⁴⁵ *Ibid.*, p.124.

⁴⁶ *Ibid.*, p.125.

⁴⁷ Ver MIGNOLO, W. D., 2003.

⁴⁸ GONÇALVES, Carlos Walter Porto. 2006, pp. 141. *Grifos meus.*

como se deu a conjunção do discurso intelectual europeu dominante com as práticas estatais levadas a cabo nos séculos XIX e XX.

2.2

Desenvolvimento como processo imanente do capitalismo mundial

Conceito central para a forma societal na qual estamos organizados e através da qual nos habituamos a nos organizar, o desenvolvimento tem sido, por muito tempo, objeto de desejo e disputa. Cowen & Shenton (2005) apontam para as diversas formas nas quais o desenvolvimento é interpretado, sendo por vezes tratado como “um processo de alargamento das escolhas pessoais”; ou como elemento de reforço para “processos da democracia participativa” e das capacidades das pessoas de terem “uma palavra a dizer nas decisões que moldam suas vidas”; bem como de fornecer aos seres humanos “a oportunidade de desenvolver todo o seu potencial”; e de permitir que pobres, mulheres, e camponeses se organizem “para trabalhar para si e em conjunto”⁴⁹.

Fundamental para o debate teológico e filosófico europeu, o estabelecimento de distinções entre o desenvolvimento como um processo imanente e uma prática intencional, tem permitido pensá-lo, simultaneamente, “*as the means to ‘carry out a nation’s development goals’ and to promote economic growth, equity and national self-reliance*”⁵⁰. Não obstante, é na Inglaterra do século XIX que a ideia de desenvolvimento aparece como contraponto complementar à ideia de progresso, sendo utilizado como medida de medicação e reparo para questões que o progresso não conseguiu solucionar – tais como o problema da superpopulação, apontado por Malthus; e a questão social e a miséria urbana, abordada por Marx ⁵¹. É também durante a Revolução Industrial inglesa que movimentos democráticos ganham forma. Assim, se por um lado o desenvolvimento passa a ser idealizado como condição necessária para a democracia, por outro, ele se mostra extremamente antidemocrático e autoritário. Entretanto, é importante sublinhar que, ainda que a ideia de uma evolução etapista e linear já permeasse os escritos das produções teóricas clássicas aqui abordadas,

⁴⁹ COWEN, Michael; e SHENTON, Robert. *Ibid*, p.26.

⁵⁰ *Idem*.

⁵¹ *Ibid*, p. 27.

estas não utilizavam a categoria do “desenvolvimento”, sendo este um termo explorado amplamente apenas no século XX.

Douglas Lummis (1991) lança luz ao conceito de desenvolvimento econômico, que, ao contrário do que se tem habituado a pensar, não significa o desenvolvimento das várias formas com que os diferentes povos têm alcançado a manutenção da vida, mas sim a *eliminação* da maioria dessas práticas, por meio de sua substituição por práticas historicamente específicas, originadas na Europa⁵².

O surgimento do desenvolvimento econômico enquanto conceito se referiu a um fenômeno histórico específico, a uma forma particular de organizar o arranjo de poder na sociedade. Na medida em que a economia tem determinado o ordenamento básico das sociedades, seu sucesso deve-se à ocultação de seu caráter político, uma vez que é através de processos econômicos que, de modo a gerenciar a vida das pessoas, diversas culturas são abolidas ou reestruturadas, o meio ambiente é destruído e explorado, o trabalho é organizado e a riqueza transferida. Dito isto, o desenvolvimento econômico significou exatamente “*the extension and strengthening of this particular mode of economic power, order and rule*”⁵³, centrado em um aspecto particular da vida humana: o trabalho. A face antidemocrática do desenvolvimento repousaria, portanto, não apenas na produção de normas antidemocráticas na esfera política, mas sim na própria constituição de sua esfera⁵⁴, na dissimulação de seus termos técnicos e científicos. Nesse sentido,

the point is that to make people do unnatural kinds of work for unnaturally long hours under unnatural working conditions it is necessary either to force them or to implant in their minds some ideology under which they will force themselves. (...) In addition, it turns people’s attention away from political goals and struggles, and replaces them with economic goals⁵⁵.

Assim, o conceito de desenvolvimento econômico transforma a dominação política (para a qual a democracia é a solução), em dominação econômica (para a qual é necessário a submissão na forma de trabalho disciplinado); cujo desfecho eventualmente levaria à tão alegada prosperidade. Dessa forma, ele “*expands a sphere of life from which democracy becomes excluded, in principle*”⁵⁶, tornando-

⁵² LUMMIS, Douglas. 1991, p.31.

⁵³ *Ibid*, p.32.

⁵⁴ *Idem*.

⁵⁵ *Ibid*, p.33-34.

⁵⁶ *Ibid*, p.34.

se, não obstante, o principal critério pelo qual novos meios de produção são determinados. Isto posto, se o progresso fazia parte da evolução linear da humanidade, o desenvolvimento seria aquilo que permitiria suas curvas, promovendo o alcance de estágios que nem mesmo os próprios países europeus partilhavam entre si. Ainda que o discurso do desenvolvimento tenha sido acompanhado por uma violência brutal, na expropriação e exploração dos povos não europeus, sua ideia central nunca foi desacreditada: se algo saísse errado, certamente seria porque o desenvolvimento nunca haveria sido de fato alcançado⁵⁷. Sua conceitualização também trouxe à tona a ideia de subdesenvolvimento, e por muito tempo se permitiu que o problema ‘se resolvesse’ através da colonização e da curatela, políticas centrais para o projeto histórico do império europeu.

Tal empreitada já havia sido lançada no século XVIII, quando a primeira teoria econômica do desenvolvimento, presente no texto cômico “*A Riqueza das Nações*”, de Adam Smith (1776), finca as bases da ideia de uma atividade econômica humana em evolução. Influenciada, sobretudo, pela ética protestante dominante na Grã-Bretanha daquela época, a teoria de Smith privilegiou o comportamento privado, individual e desinteressado, uma vez que o trabalho deveria dignificar o homem e a sociedade em que este vive, e cujo crescimento dependeria diretamente de forças impessoais e espontâneas que operam o mercado.

Propondo-se a moldar uma teoria que partisse da empiria, e de padrões e leis consideradas por ele “naturais à vida social”, Smith deu origem a escola da economia política liberal. Através da sistematização de uma estrutura composta por uma infinidade de ações caóticas, identificou uma ordem sistêmica que governa as leis da natureza e dos homens, e que requer a menor (ou nenhuma) intervenção política e econômica possível para o seu bom funcionamento e o futuro/consequente alcance da paz. Assim, seus escritos já demonstravam a ideia de evolução da atividade econômica por meio de quatro estágios, começando com a caça e a pesca, progredindo através do pastoreio e da agricultura, e culminando no comércio e na indústria manufatureira⁵⁸. Isto porque os hábitos de “*ordem, economia e cuidado, para os quais a profissão do comércio naturalmente molda o*

⁵⁷ *Ibid*, p.35.

⁵⁸ COWEN, Michael; e SHENTON, Robert. *Ibid*, p.29.

comerciante, o tornam muito mais apto a executar, com lucro e sucesso, qualquer projeto de desenvolvimento”⁵⁹.

Não obstante, foi o uso de uma etnologia comparativa e da teoria de progresso humano que permitiu que Smith insulasse a sociedade comercial de uma crítica ética. David Blaney & Naeem Innayatullah (2010) enfatizam a influência do papel dos ameríndios através das leituras do padre jesuíta François Lafitau no trabalho de Smith, destacando como os recursos éticos utilizados pelo canônico autor refletem no atual capitalismo global. Desde o encontro colonial, os intelectuais europeus batalharam por definições que pudessem enquadrar distintas sociedades e continentes na clássica autoridade bíblica que os guiavam, recorrentemente representando os indígenas como fonte da diferença em suas emergentes teorias filosóficas civis e morais. Foi assim que Lafitau incorporou a presença dos ameríndios na tradicional concepção bíblica sobre a singular origem da espécie humana⁶⁰. Traçando vários paralelos entre as antigas religiões, governos e práticas sociais europeias, Lafitau produziu movimentos que ultrapassavam o tempo e o espaço, degenerando qualquer estrutura linguística, religiosa, e moral ameríndia. Tais movimentos eram realizados sob a premissa de uma sistemática pesquisa de campo científica, baseada em experiências pessoais, domínio das línguas locais e testemunhos confiáveis⁶¹. Assim, as possíveis similaridades entre europeus e ameríndios eram traçadas e explicadas por sua origem comum, pelo pertencimento à raça humana; suas diferenças, por outro lado, eram vistas como um movimento de decadência ou degeneração, que se colocavam distantes dessa mesma origem⁶².

O método comparativo de Lafitau permitiu um deslocamento temporal que se sobrepunha à distância geográfica, na tentativa de estabelecer um parentesco comum entre as pessoas⁶³. Entretanto, o problema central da diferença entre europeus e ameríndios permanecia latente, na medida em que as teorias empreendidas até então não explicavam os diferentes tipos de desenvolvimento presentes em ambas as sociedades. Assim, a forma por meio da qual se poderia ranquear os diferentes níveis de desenvolvimento ganhou, nas mãos de Smith,

⁵⁹ SMITH, Adam. 1996, p.400.

⁶⁰ BLANEY, David; INAYATULLAH, Naeem. 2010, p.29.

⁶¹ *Ibid*, p.33.

⁶² *Ibid*, p.31.

⁶³ *Ibid*, p.33.

uma nova temporalidade, entendida como um esquema filosófico e abstrato que localizava os ameríndios no início da existência humana⁶⁴.

Influenciado pelos escritos de Lafitau, Smith adicionou à sua teoria um elemento crucial: a ideia de que a natureza humana por si só contém um ímpeto pelo progresso. Assim, se para Lafitau a diferença significava uma distância espacial entre os ameríndios e o centro cristão; para Smith e o iluminismo escocês, a diferença era vista como uma distância temporal entre ameríndios e o ápice do progresso humano. Deste ponto de vista, as diferenças que perpassavam as sociedades passariam a ser pensadas como produtos de um desenvolvimento desigual⁶⁵. Isto porque para Smith o tempo progressivo era pensado em estágios, envolvendo fases claramente discerníveis e ascendentes. Neste sentido, as variações das leis que governavam a sociedade correspondiam aos modos de subsistência que caracterizavam as diferentes eras que separavam a humanidade – sendo a defesa da propriedade privada a mais importante das leis, por meio da qual os modos de produção e subsistência humana gradualmente se desenvolveriam⁶⁶.

Para Blaney & Innayatullah, é a combinação de três elementos metodológicos que permitiram a formação de tal “história conjectural”: (1) o uso de comparações sistemáticas; (2) o uso de hipóteses baseadas na assimilação dos povos antigos e os contemporâneos “selvagens” ameríndios, como uma única e coesa categoria; e (3) a equação da infância humana como categoria da selvageria. Por meio deste três métodos (dos quais 1 e 2 são heranças de Lafitau) padrões comuns de comparação foram desenhados, facilitando o ranqueamento das relativas (e diferentes) conquistas sociais nas mais diversas áreas⁶⁷. O estabelecimento de uma analogia entre infância e selvageria permitiu que Smith – e diversos outros autores iluministas – tratassem os materiais disponíveis sobre os indígenas como “evidências” de uma infância da humanidade⁶⁸, traçando a partir de então métodos e estratégias de desenvolvimento que deveriam levá-los da infância para a maturidade. Assim, não surpreende que a subsistência dos povos selvagens seja classificada por Smith como insignificante, cuja falta de

⁶⁴ *Ibid*, p.29.

⁶⁵ *Ibid*, p.38.

⁶⁶ *Ibid*, p.39-40.

⁶⁷ *Ibid*, p.40.

⁶⁸ *Ibid*, p.42.

abundância repousaria justamente na ausência de uma desenvolvida divisão do trabalho – explicada em parte pela falta de humanidade dos povos indígenas, centrada na polarizada oposição que estes representam em relação aos povos europeus civilizados e seu desenvolvido comércio. Assim,

such nations, however, are so miserably poor, that from mere want, they are frequently reduced, or, at least, think themselves reduced, to the necessity sometimes of directly destroying, and sometimes of abandoning their infants, their old people, and those afflicted with lingering disease, to perish with hunger, or to be devoured by wild beasts. Among civilized and thriving nations, on the contrary, though a great number of people do not labor at all, many of whom consume the produce of ten times, frequently of a hundred times more labour than the greater part of those who work; yet the produce of the whole labour of the society is so great, that all are often abundantly supplied, and a workman, even of the lowest and poorest order, if he is frugal and industrious, may enjoy a greater share of the necessaries and conveniences of life than it is possible for any savage to acquire⁶⁹.

Ao propor uma história universal da moral, Smith expande os fundamentos religiosos para incorporar toda a vida social humana, identificando leis invisíveis que forneciam as bases para as práticas morais que deveriam guiar as sociedades e seus encontros. O uso de sua teoria dos quatro estágios traduz a repressão do espaço geocultural no tempo desenvolvimentista: ao definir que os estágios de desenvolvimento estão a cargo das “nações”, Smith descreve de maneira coesa e unitária organizações sociais que se dividem em distintas formas – sejam elas tribos, Estados, Impérios, etc. Ao explicar as diferenças na riqueza associada à distância temporal entre povos selvagens e nações civilizadas, Smith apresenta o presente como uma realidade purificada do passado, cujo tempo é dividido pela formação do Estado nacional, por políticas econômicas características do desenvolvimento Westphaliano. Assim, tempo e espaço operam como um conjunto de fronteiras onde se delimita o Estado, fazendo com que o presente ‘civilizado’ seja protegido “*from the critical values and visions of ‘past’ forms of society*”⁷⁰.

Mais tarde, já no século XIX, Friedrich List (1841) se tornaria precursor da ideia de que os países devem buscar a superação de seu atraso econômico em relação aos demais Estados, e de que esse desenvolvimento estaria diretamente atrelado a sucessivas etapas que dependem fundamentalmente do incentivo estatal – principalmente em relação à proteção alfandegária da indústria nacional. Sua

⁶⁹ SIMTH, Adam. *Apud* BLANEY, David; INAYATULLAH, Naeem. *Ibid*, p.42

⁷⁰ BLANEY, David; INAYATULLAH, Naeem. *Ibid*, p.45.

crítica ao liberalismo de Smith o levaria a afirmar que a prosperidade de uma nação está condicionada à medida que esta desenvolve suas forças de produção. Aqui a industrialização é colocada como caminho crucial para o desenvolvimento, já que se faz necessário uma consolidação prévia do mercado interno via protecionismo para que depois ocorra a exportação. Dessa forma, List enfatiza que *“para permitir a liberdade de comércio operar naturalmente, as nações menos adiantadas devem primeiro, por medidas artificiais, serem levadas ao estado de cultura ao qual foi levada artificialmente a nação inglesa”*⁷¹.

Dito isto, dois seriam os objetivos centrais de List: (1) a união nacional das forças produtivas, agrícola e manufatureira; e (2) a união internacional através da cooperação das forças produtivas nacionais. Baseando-se nos relatórios de Alexander Hamilton acerca da introdução das manufaturas nos EUA, List entendia ser tarefa da economia política realizar o desenvolvimento econômico das nações, preparando-as individualmente para serem admitidas em uma futura sociedade universal⁷². O cosmopolitismo liberal ‘possível’ se daria, então, através do desenvolvimento dos países que podem se industrializar, mas ainda não o fizeram, necessitando da intervenção e proteção estatal para sua concretização. Entretanto, o desenvolvimento previsto por List não é possível para todos; sua visão eurocêntrica determina que apenas aqueles Estados constituídos enquanto nação, civilizados e livres da selvageria é que encontrariam nas políticas intervencionistas a possibilidade da modernização – diferentemente das colônias e demais territórios cuja formação política (ou a ausência dela) se diferenciava do tradicional Estado-nação europeu, tornando-os apenas destinos necessários para a promoção e fornecimento de matérias-primas para os países desenvolvidos.

Se o otimismo de Smith permitia que se imaginassem possibilidades de progresso tanto para países ricos quanto para pobres – ainda que suas condições iniciais se mostrassem profundamente desiguais –, estas eram oferecidas por um sistema natural de liberdade comercial, que List veementemente refutava. Com List, *“progress was telescoped through the constructive, intentional intervention of the state”*⁷⁴. Assim, apesar de oferecer uma visão contra-hegemônica ao pensamento liberal smithiano da época, List se assemelhou à Smith justamente na

⁷¹ LIST, Friederich G. 1989, p. 96.

⁷² *Ibid*, p.124.

⁷⁴ COWEN, Michael; e SHENTON, Robert. *Ibid*, p.33.

própria leitura do desenvolvimento enquanto um processo linear, etapista e eurocêntrico.

Em clara oposição aos pensamentos liberal e nacionalista/intervencionista elaborados até então, Karl Marx construiria mais tarde uma teoria que iria além da preocupação com o desenvolvimento das forças produtivas, problematizando suas causas e efeitos nas relações sociais⁷⁵. No célebre “*Manifesto do Partido Comunista*” (1848), escrito em parceria com Friedrich Engels, Marx capta a gênese da modernidade, cuja ruptura se daria a partir da Revolução Industrial e da consolidação do capitalismo como modo de produção dominante. Produz ainda uma análise simultânea da modernidade enquanto sistema duplo, que se torna ao mesmo tempo transnacional e internacional, desde a consolidação do Estado nacional. Assim, identifica a globalização como processo fruto da própria gênese do capitalismo, constituinte da nação e do mercado mundial⁷⁶. Isto porque foi na transição do feudalismo para o sistema capitalista, que, com o estabelecimento da indústria e do mercado mundial, a burguesia “*conquistou finalmente o domínio político exclusivo no Estado representativo moderno*”⁷⁷.

A naturalidade exposta nas teorias liberais seria, para Marx, fruto de seguidas tentativas de legitimar o uso coercitivo e violento da força estatal, centralizando politicamente as sociedades em torno de ideais como os de nação, governo, e interesse nacional. Assim, “*implantou-se a livre concorrência, com uma constituição política e social apropriada, com o domínio econômico e político da classe burguesa*”⁷⁸. Isto posto, sendo a unidade de análise de Marx as classes sociais, sua crítica é concebida a partir do individualismo metodológico do pensamento liberal, na medida em que rejeita a tese liberal da natureza humana. No entanto, sua crítica ainda pode ser compreendida, dentre muitas outras leituras, como uma crítica que se dá a partir do indivíduo, na medida em que a humanidade é concebida como fruto de seu tempo e história, sendo o homem o principal agente da transformação moderna. Nesse sentido, a crítica pós-colonialista aponta para a criação marxista de ‘leis naturais’ do capitalismo, que assim como Smith, partilha da ideia de que os ‘mais desenvolvidos’ mostrariam o caminho para os

⁷⁵ MARX, Karl. 1986, p.164-195.

⁷⁶ FERNANDES, Luis Manuel. 1998.

⁷⁷ MARX, K; ENGELS, F. 2000, p. 47.

⁷⁸ *Ibid*, p.50.

‘menos desenvolvidos’⁷⁹ – uma vez que o desenvolvimento torna-se fator necessário para a então transição do capitalismo para o comunismo.

Ainda assim, é a partir da contribuição de Marx que a EPI passou a perceber o desejo do capital nacional de se expandir para além de suas fronteiras como fruto e consequência de suas próprias contradições⁸⁰. Marx revoluciona os estudos da EPI ao explicar uma de suas contradições mais importantes, analisando a fundo a diversidade presente na composição orgânica do capital. Identifica a origem da acumulação primitiva, no processo de transformação do dinheiro e da mercadoria em capital⁸¹, como resultado da expropriação de todas as garantias da subsistência humana, sendo a expropriação da terra para a constituição do Estado a mais violenta delas – na medida em que se formavam grandes exércitos industriais de reserva cuja força de trabalho poderia ser transformada em capital, mantendo desde então a propriedade privada sob o poder de poucos⁸². Entretanto, para Marx o desenvolvimento nunca foi um projeto, mas sim um agente inconsciente, uma consequência não intencional da busca burguesa por lucro. Assim, se por um lado o desenvolvimento capitalista era aclamado como uma grande conquista e avanço das capacidades e atividades humanas; por outro, havia gerado um mundo baseado em uma brutal exploração, cuja racionalidade era expropriada, tornando qualquer bem-estar proveniente do desenvolvimento algo não intencional⁸³.

Através das obras de Marx e da influência de nomes como John A. Hobson e Rudolf Hilferding, Vladimir Lenin (1917) desenvolveu sua tese acerca do imperialismo e do desenvolvimento desigual propiciado por este. Fortemente impactado pelo contexto da época em que vivia, oferece novos elementos à tese de Marx, na esperança de melhor explicar o fenômeno da colonização e da partilha mundial em meio a iminência da Grande Guerra. Uma vez que o papel histórico e progressivo do capitalismo seria o de agente do desenvolvimento, Lenin afirma que o imperialismo surge “*como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral*”⁸⁴. Este, no entanto, só se tornaria ‘imperialista’ ao atingir determinado grau elevado de

⁷⁹ BLANEY, David; INAYATULLAH, Naeem. *Ibid*, p.156.

⁸⁰ *Ibid*, p. 193.

⁸¹ MARX, Karl. 1996, p.340.

⁸² *Ibid*, p.341.

⁸³ LUMMIS, Douglas. *Ibid*, p.37.

⁸⁴ LENIN, V. I. 2011, p.216.

desenvolvimento, sendo fundamental para tal transformação a ascensão de uma nova fase do capitalismo, na qual a livre concorrência é substituída pelos monopólios – que, por sua vez, concentram e acumulam capital a tal ponto que se torna inevitável a transição para uma etapa superior.

Expressão última dessa fase monopolista do capitalismo, o imperialismo de Lenin possui cinco características centrais: (1) a concentração do capital a níveis elevados, proporcionando a criação de monopólios; (2) a fusão do capital industrial e bancário, e a posterior fusão destes com o capital financeiro dado a magnitude da concentração e acumulação de capital alcançada; (3) o aumento da relevância da exportação de capitais (“capitalismo moderno”) em detrimento da exportação de mercadorias (“velho capitalismo”), e o conseqüente aumento do contraste entre as duas fases do capitalismo que estas atividades representam; e (4) a formação de uniões capitalistas que disputam a partilha do mundo entre si através do; (5) impulso econômico sofrido pelas potências capitalistas mais importantes⁸⁵. Em função desses cinco itens, o advento do imperialismo traria novas características à luta de classe, ao intensificar sua exploração e aproximá-la de sua revolução.

A intensificação da superexploração do trabalho, dado o aumento de uma acumulação rentista, e, portanto, não industrial ou produtora de mercadorias, acarretaria também numa intensificação do desenvolvimento desigual e da subalimentação das massas, que “*são as condições e as premissas básicas, inevitáveis, deste modo de produção*”⁸⁶. Seus escritos teorizaram como os particulares movimentos de libertação nacionais poderiam, sob certas circunstâncias, tornarem-se caminho para a universalização do socialismo. Nesse sentido, Lenin forneceu as bases para que outra vertente de luta ganhasse força no século XIX, pautada pelo princípio da autodeterminação dos povos: a luta de independência nacional, que cada vez mais sentia, no advento do capitalismo financeiro, uma intensificação das assimetrias de poder nas conquistas de mercado em territórios coloniais e periféricos.

A teoria crítica marxista cumpre, portanto, um papel de extrema importância na demanda por justiça social no âmbito da sociedade capitalista. O *insight* fundamental na contradição entre forças e relações de produção, manifestadas na

⁸⁵ *Ibid*, p.218.

⁸⁶ *Ibid*, p.181.

luta de classes e no fenômeno do desenvolvimento desigual teanalizem servido, como elucidado por E. San Juan, Jr. (2004), “*as a fertile framework of inquiry – an exploratory paradigm, if you like – in which to raise questions and clarify problems of social change*”⁸⁷. No entanto, como elucidado por Blaney & Inayatullah, Marx herda um problema de Smith e Hegel: enquanto condena a violência do capitalismo moderno, ele também faz uso dela. O progresso, e posteriormente, o desenvolvimento, trariam consigo a tragédia humana – mas esta seria uma tragédia necessária. A conquista colonial, por sua vez, é descrita por Marx como um momento necessário no processo histórico, que nos leva além da sociedade civil. Assim, Marx nos oferece um projeto histórico totalizante e assimilativo, que utiliza diversos estágios para explicar a diversidade de formas na economia política. Enquanto a teoria marxista refuta o argumento smithiano acerca da concepção de uma sociedade comercial como ponto de partida, assim como Smith, Marx apaga as diferenças por meio da inevitabilidade do movimento histórico⁸⁸.

Uma vez influenciado pelas ideias burguesas e iluministas de igualdade jurídica e direitos políticos, Marx compreende a história a partir da capacidade humana de modificar seu habitat. Onde não há mudança, não há história, e o homem “*remains a purely natural being*”⁸⁹. A própria categorização da ideia de trabalho, por sua vez, combina os temas iluministas de liberdade jurídica e o conceito de humanidade universal e abstrata que carrega tal liberdade⁹⁰. Nesse sentido, Marx nos apresenta um duplo movimento: ele apóia e inverte a narrativa do progresso moderno presente em Smith e Hegel. Ao mesmo tempo em que considera que a acumulação capitalista expande as possibilidades humanas e contribui para o desenvolvimento de uma rica individualidade, Marx compreende que isto só se torna possível à custa da destruição da dependência pré-capitalista, das necessidades não desenvolvimentistas, das capacidades produtivas limitadas. Assim, a “*evolução*” humana vem também com uma completa exploração e alienação social, que alia capacidades progressistas e degenerativas⁹¹.

⁸⁷ JR., E. San Juan. 2004, p. 225.

⁸⁸ BLANEY, David; INAYATULLAH, Naeem. *Ibid*, p.148.

⁸⁹ AVINERI, Shlomo *apud* BLANEY, David; INAYATULLAH, Naeem. *Ibid*, p.150.

⁹⁰ CHAKRABARTY, D. *Ibid*, p.50.

⁹¹ BLANEY, David; INAYATULLAH, Naeem. *Ibid*, p.149.

Por um lado, o capitalismo presente no pensamento de Marx só permite que pensemos em formas sociais ‘não capitalistas’ em um tempo histórico *anterior* ou *posterior* ao próprio capitalismo⁹², suprimindo assim, diversas outras formas de organização social que sobrevivem e resistem aos anseios do capital. Por outro, se a resistência para Marx não se dá no encontro do capitalismo moderno com o pré-capitalismo, ela torna-se notável na própria lógica do capital. Uma vez que a crítica pós-colonialista reside na ausência da relação entre formas pré-capitalistas e capitalistas, Chakrabarty propõe que o espaço da diferença se encontre justamente entre o *ser* e *tornar-se* capitalista, ou seja: no momento de sua transição. Isto porque é impossível a reprodução exata das condições capitalistas enfrentadas pelos países desenvolvidos. As pré-condições necessárias para ‘*ser*’ capitalista formam a estrutura da história do ‘*tornar-se*’ capitalista. Tal processo abre espaço para histórias não necessariamente cruciais para *tornar-se* capitalista, incluindo práticas antigas que podem ser transformadas, subjugadas, convertidas ou anexadas dentro da lógica do capital. Assim, apesar das limitações originárias de sua influência iluminista, Marx abre espaço para a discussão da diferença na intimidade do capital e de suas relações plurais, fazendo com que a resistência varie da neutralidade à oposição, como algo intrínseco às relações estruturais do capital⁹³.

Nesse sentido, a falha marxista estaria justamente no seu movimento de historização, ao não contextualizar o seu próprio conteúdo histórico/teórico antes de propor sua universalização. Ainda que muitas das conquistas sociais sejam impensáveis fora do legado do iluminismo europeu, e ainda que seus conceitos (como cidadania, igualdade, etc) sejam apropriados pelas lutas sociais, outros valores importantes para outras culturas não são levados em consideração – o que dificultaria a análise num âmbito de produção em que se insiram elementos religiosos e espirituais, como é o caso indiano, por exemplo. Isto porque, tal como elucidado por Chakrabarty, os chamados ideias universais produzidos a partir do Renascimento até o período Iluminista, nunca poderiam ser considerados conceitos completamente universais e puros. Sua própria linguagem e as

⁹² *Ibid*, p.163.

⁹³ *Ibid*, p.168.

circunstâncias de sua formulação sugerem a importação de histórias pré-existentes, únicas, pertencentes aos vários passados da Europa⁹⁴.

Por mais que as narrativas de EPI aqui abordadas, tenham sido internalizadas pelas sociedades consideradas subdesenvolvidas, elas não são, de maneira alguma, homogêneas ou unitárias. Suas contribuições para a análise material do processo de desenvolvimento capitalista certamente são muito mais extensas e notórias do que as citadas aqui. Analiticamente, no entanto, nossas diferenças culturais, históricas, espaciais e temporais correm o risco de serem suprimidas, na medida em que nenhuma sociedade humana pode ser considerada uma tabula rasa – uma vez que *“the universal concepts of political modernity encounter pre-existing concepts, categories, institutions, and practices through which they get translated and configured differently”*⁹⁵. Nesse sentido, torna-se necessário trabalhar com e contra a crítica marxista: com, quando esta revela as dimensões de contradições latentes nas lutas da vida diária em sociedade; contra, quando suas categorias analíticas se pressupõem absolutas, impossibilitando a manifestação das diferenças.

Isto porque as afirmações pós-colonialistas, quando preocupadas apenas com as diferenças culturais, acabam por reproduzir a si mesmas, *“as an inverted Eurocentrism that cannot resolve the crisis of inequality”*⁹⁶. Como elucidado por E. San Juan, Jr., sozinhos, os paradigmas de hibridismo e ambivalência são incapazes de oferecer quadros de inteligibilidade que analisem e critiquem as contradições internas incorporadas em uma realidade neoliberal e sua ideologia do livre mercado⁹⁷. Assim, cultura e materialidade não devem ser confrontadas e utilizadas como termos desassociados, mas sim de maneira que o pós-colonialismo não se torne uma ferramenta submetida à fragmentação analítica neoliberal, que reifica concepções céticas e nominalistas de subjetividade e agência. Tal qual exposto por Chakrabarty, o argumento não deve ser *“against the idea of universals as such but emphasized that the universal was a highly unstable figure, a necessary placeholder in our attempt to think through questions of modernity”*⁹⁸.

⁹⁴ CHAKRABARTY, D. *Ibid*, p. VIII.

⁹⁵ *Ibid*, p. XII.

⁹⁶ JR., E. San Juan. *Ibid*.p.229.

⁹⁷ *Idem*.

⁹⁸ *Ibid*, p. VIII.

2.3

A concepção moderna de desenvolvimento

Antecessora imediata da economia do desenvolvimento moderno, a economia colonial europeia fundamentou o estágio comercial licenciado pelas atividades empresariais agrícolas e de mineração como exclusivo aos países subdesenvolvidos. Em sua fase posterior, a gestão das economias coloniais era pensada não apenas visando a exploração para o benefício da metrópole, mas também alegavam ter como objetivo os interesses da população nativa, assumindo a forma de tutela. Dessa forma, de acordo com Jan Pieterse (2010), se o termo “desenvolvimento” foi usado em tudo, ele se refere principalmente à gestão dos recursos coloniais, primeiro tornando as colônias rentáveis e mais tarde construindo recursos econômicos, visando sua independência nacional. Assim, a industrialização, que inicialmente não fazia parte da economia colonial, reduz a própria vantagem comparativa das colônias à exportação de matérias-primas para as indústrias nos países metropolitanos⁹⁹.

Isto posto, se no século XIX o desenvolvimento é tido como um processo imanente do capitalismo mundial e ferramenta fundamental para uma história supostamente linear, progressiva e universal; é no final do século XX que a entrega confiante dos ‘meios de desenvolvimento’, tutelada por aqueles considerados desenvolvidos, perde parte de sua convicção¹⁰⁰. Após o advento da ideia de autodeterminação dos povos, a impossibilidade em se manter a relação colonial permite que, enquanto doutrina, a curatela consista numa suposta tentativa pós-1945 de melhorar os padrões de vida das pobres colônias e nações através da administração estatal¹⁰¹. Para além da colonização política, no entanto, seus efeitos psicológicos e culturais permitiram ainda que as relações de poder e conhecimento fossem transferidas e institucionalizadas no seio dos novos Estados independentes.

Assim, é no período pós-Segunda Guerra Mundial e em meio à Revolução Cubana (1959), que a moderna concepção de desenvolvimento orientou seu significado central para a ideia de crescimento econômico. Com o passar do tempo, a mecanização e a industrialização promovidas pelas forças de mercado

⁹⁹ PIETERSE, Jan N. 2010, p.6.

¹⁰⁰ COWEN, Michael; & SHENTON, Robert. *Ibid*, p.33.

¹⁰¹ *Ibid*, p.27.

tornaram-se parte deste conceito, tendo suas bases na teoria da modernização presente em “*The Stages of Economic Growth*”, escrito por Rostow (1962).

Com Rostow, o desenvolvimento passa a ter cinco etapas - são elas: (1) a *sociedade tradicional*, cuja estrutura se expande limitadamente, baseada em ciências e tecnologias pré-newtonianas, com dedicação elevada de recursos a agricultura; as (2) *pré-condições para o arranco*, que residem na dualidade do desenvolvimento existente entre os setores tradicionais e modernos, oferecendo mudanças iniciais às estruturas tradicionais como o incremento do comércio e a formação de Estados nacionais; o (3) *arranco*, no qual o setor moderno passa a predominar nas sociedades, com o desenvolvimento superando a tradição (expansão industrial e modernização da agricultura se dão através da acumulação de capital fixo e evolução tecnológica); a (4) *marcha para a maturidade*, que consiste no intervalo de progresso flutuante, no qual a economia demonstra capacidade de avançar para além das indústrias iniciais; e o (5) *consumo em massa*, com o predomínio do consumo de bens duráveis, de maior valor agregado, culminando na elevação da renda real (com os Estados Unidos sendo os primeiros a começarem a sair desta fase – simbolizada pelo desenvolvimento tecnológico no período fordista –, enquanto a Europa Ocidental e o Japão começavam a experimentá-la).

As políticas de modernização defendidas por Rostow deveriam, portanto, trabalhar para acelerar o predomínio do setor moderno sobre o setor ‘*tradicional*’ e ‘*arcaico*’ dessas sociedades duais. No entanto, para Rostow não era a intervenção do Estado que impulsionaria o seu desenvolvimento, mas sim as forças de um mercado liberal. Imaginando captar o sentido geral da evolução econômica em um mundo tomado pela Guerra Fria, Rostow definiu o processo de modernização econômica como um processo universal, pelo o qual todas as sociedades passariam. Assim, partindo da ideia de que as diferentes sociedades estão sempre submetidas a um estado de natureza selvagem, e que o futuro destas dependem da intervenção estatal em prol da liberalização do mercado como fator acelerador da modernização por ele construída, possibilita-se a normalização da modernização, naturalizando não apenas o capitalismo, mas oferecendo uma visão linear acerca das relações de poder presentes no sistema internacional.

Não obstante, sua teoria exerce forte influência na África e América Latina dos anos 1960, uma vez que a tentativa de suplantando o setor tradicional dessas

economias consistia também na tentativa de evitar a disseminação do comunismo na região. Dessa forma, ao se ampliar o pensamento desenvolvimentista para abranger a modernização, combinou-se também crescimento econômico com modernização política. Isto é: orientou-se a conquista para a construção da nação e a modernização social, através da promoção de um espírito empresarial e empreendedor¹⁰². Como elucidado por Marta Fenández y Garcia Moreno (2011), isto ocorre porque ambos os pensamentos da tutela e da teoria da modernização estabeleceram hierarquias temporais na humanidade, cuja diferença passa a ser entendida como atraso. Assim, “*a idéia de progresso é o que permite que, com o passar do tempo, a razão humana se atualize com a ajuda daqueles que se encontram na vanguarda civilizacional/modernizadora*”, criando “*as condições de possibilidade para as práticas da tutela e/ou aconselhamento externo, vistas como necessárias para que estes progridam na escala temporal*”¹⁰³.

As possibilidades políticas e éticas da vida moderna repousariam, portanto, em cima de uma tensão entre *o todo* e *as partes* dentro da teoria do progresso. De acordo com Inayatullah & Blaney (2015), por um lado, com a civilização ocidental moderna os desenvolvimentos político e econômico passam a ser vistos como algo isomorfo. Isto tornaria a modernidade muito mais do que apenas um modelo; mas um presságio do futuro de todos os espaços culturais. Por outro lado, o desenvolvimento cultural, político e econômico estaria também relacionado com o princípio da soberania; um princípio que separa os espaços políticos e econômicos, e supostamente permite que cada Estado encontre sua própria versão significativa de desenvolvimento¹⁰⁴.

As teorias *mainstreams* das RI, por sua vez, concentrariam-se exclusivamente em apenas um lado desta tensão, ao focar na delimitação espacial do mundo entre nações, povos e Estados civilizados que seguem ou são capazes de seguir o pioneiro caminho que os Estados e as instituições internacionais ocidentais criaram. Desde este ponto de vista, a realização das promessas da modernidade, como o desenvolvimento político e econômico, dependeria exclusivamente do caráter do desenvolvimento (ou da ausência dele), próprio das unidades políticas. Nesse sentido, o nível de análise individual escolhido pelas

¹⁰² PIETERSE, Jan N. *Development Theory*.p.6.

¹⁰³ MORENO, Marta Regina F. Y G. 2011, p.83-84.

¹⁰⁴ INAYATULLAH, Naeem; BLANEY, David. 2015, p. 903.

teorias dominantes das RI suprimem “*from our thinking the larger context of historical structures/interactions that follow from seeing down from the whole – suppress a fuller comprehension of the structuring of the whole*”¹⁰⁵.

Assim, passando ainda pela consolidação e institucionalização da narrativa do desenvolvimento em organismos internacionais no contexto pós-Segunda Guerra Mundial e na então iminente Guerra Fria, a aparição de políticas de ajuda ao desenvolvimento ocorreu enquanto resultado e resistência às dinâmicas históricas de poder-conhecimento que deram forma ao sistema internacional contemporâneo. Estas residem especialmente na confrontação Leste-Oeste e seu bipolarismo, bem como no processo de descolonização e no embate Norte-Sul, além das dinâmicas da globalização e a paulatina integração da economia mundial¹⁰⁶.

2.4

A cooperação internacional para o desenvolvimento

Como vimos até aqui, a narrativa desenvolvimentista tem apresentado suas bases para além do século XX, munindo-se de artefatos culturais e econômicos desde o encontro colonial. Entretanto, Wolfgang Sachs tem chamado de a “*Era do Desenvolvimento*” o período histórico que se iniciou em 20 de Janeiro de 1949, na ocasião do discurso de posse do então presidente estadunidense Harry Truman – no qual pela primeira vez o hemisfério Sul é retratado como uma região ‘subdesenvolvida’¹⁰⁷. Aqui argumento que a ocasião do discurso de Truman parece indicar não o começo de uma era, mas sim o anúncio da institucionalização – ainda mais forte – de sua narrativa.

A criação do Grupo Banco Mundial (GBM) e das organizações que o compõem – tais como o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), e a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID)¹⁰⁸ –, evidenciaram a conexão inerente à rede de instituições formadas em

¹⁰⁵ INAYATULLAH, Naeem; BLANEY, David. 2015, p. 905.

¹⁰⁶ AYLLÓN, Bruno. 2006, p.11.

¹⁰⁷ SACHS, Wolfgang. 2010, p. XVI.

¹⁰⁸ A própria AID, criada em 1960 para concessão de créditos em longo prazo para países pobres e suas instituições públicas, oferecia baixíssimas taxas de juros àqueles que não possuíam acesso aos mercados de capitais ou não eram elegíveis para o financiamento do Bird. No entanto, como

Bretton Woods (1944), uma vez que tornar-se membro destas exigia atender a condicionalidades pré-estabelecidas, como por exemplo, vincular-se ao Fundo Monetário Internacional (FMI)¹⁰⁹. Assim, no período pós-guerra, o avanço econômico dos Estados Unidos aliado à intensa produção teórica das teorias da modernização, permitiu a intensificação das práticas de ajuda internacional. Assim, as conjecturas propostas por Rostow tiveram papel crucial na consolidação de programas de desenvolvimento que viabilizavam a construção de normas institucionalizadas para a regulação das relações externas dos países, de acordo com os interesses defendidos pela hegemonia estadunidense no contexto da Guerra Fria.

O discurso de Truman deu-se, portanto, num cenário em que os Estados Unidos necessitavam encontrar uma saída para seu capital de investimento. Oculto em sua narrativa estaria uma emergente ideologia do desenvolvimento, calcada no convencimento de que as atividades capitalistas no Terceiro Mundo possuíam não mais um desejo de exploração, mas sim de levá-las à prosperidade. Assim como destacado por Lummis, *“it has enabled development economists to write about all of this without using any of the old vocabulary of colonialism and imperialism as if they not only existed, or if they did, did not matter”*¹¹⁰.

Configurada inicialmente como objeto de disputa bipolar, a cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) contribuiu, em um segundo momento, para a formação deste regime internacional, profissionalizando o desenvolvimento através da regulação de agências e organismos internacionais. Assim, entre as décadas de 1940 e 1950, seus esforços foram centrados na melhoria da infraestrutura dos países em desenvolvimento. Suas estratégias eram pensadas a partir da compreensão do desenvolvimento enquanto crescimento econômico e aumento da renda nacional, o que consequentemente implicava na defesa de uma rápida industrialização¹¹¹. Tal qual exposto por Iara Costa Leite

contrapartida ao crédito oferecido, configurou instrumento primordial no estabelecimento de práticas e políticas macroeconômicas ortodoxas que garantissem o ‘bom comportamento’ dos países periféricos. O resultado de tais medidas tornaria-se evidente mais tarde, principalmente nas economias dos países africanos e latino-americanos na década de 1980, considerada por muitos analistas uma “década perdida”; e na década de 1990, marcada pela intensa adoção das práticas neoliberais presentes no receituário ortodoxo estabelecido pelo FMI. Ver PEREIRA, João Márcio Mendes. 2010, p.49.

¹⁰⁹ *Ibid*, p.39.

¹¹⁰ LUMMIS, Douglas. *Ibid*, p.45.

¹¹¹ LEITE, Iara C. 2012, p.9.

(2012) “*a causa do subdesenvolvimento era atribuída à escassez de capital e de conhecimentos técnicos para a industrialização, cabendo aos doadores, como havia acontecido no caso do Plano Marshall, suprir essas lacunas*”¹¹².

Com a Conferência Afro-Asiática (1954), um ano antes de Bandung (1955), já se anunciava a primeira ação de cooperação para o desenvolvimento entre os países do Sul, sem a presença de representantes dos EUA, URSS e Europa¹¹³. Ainda sofrendo com o número reduzido de participantes, com a redução temática imposta pela Guerra Fria e pelos problemas enfrentados com a descolonização, além da escassa complementariedade de suas economias, os países do Sul viram a agenda da Cooperação Sul-Sul (CSS) se limitar, naquele momento, ao combate ao imperialismo e ao racismo, e à defesa do multilateralismo e da autodeterminação dos povos¹¹⁴.

Própria dos anos 1960-1970, a discussão sobre o desenvolvimento é instigada em meio a intensificação da narrativa da teoria da modernização, e em direta oposição a ela, fazendo ascender na periferia mundial teorias que visavam compreender o fenômeno do subdesenvolvimento e da dependência no Sul global. Não obstante, durante as décadas de 1950 e 1960 os países latino-americanos se viram influenciados pelas estratégias econômicas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que, através das contribuições de Raúl Prebisch e Celso Furtado, prezava pela industrialização para a substituição de importações, numa tentativa de modernizar de maneira mais rápida os países da região.

Por sua vez, a Teoria da Dependência – cujas bases remetem aos escritos de Paul Baran (1957) em “*A Economia Política do Desenvolvimento*” – surge como uma contraposição às teorias cepalinas, nos acrescentando a ideia de que o desenvolvimento desigual se polarizava cada vez mais, engessando o desenvolvimento nas colônias e semicolônias. Com Baran, a tese de Lenin foi ampliada, uma vez que o autor percebe a reprodução das estruturas desiguais de origem pré-capitalista nas periferias, onde as oligarquias se entrelaçavam com o capitalismo, direcionando a maior parte do excedente econômico produzido para um consumo de luxo próprio, sem que este necessariamente fosse reinvestido na

¹¹² *Idem.*

¹¹³ *Ibid.*, p.14

¹¹⁴ *Idem.*

produção nacional. Tal característica evidenciaria, portanto, a forma por meio da qual a expansão do capital seria feita pelo imperialismo nos países dependentes: em aliança ou entrelaçamento com as estruturas de dominação, ou seja, estabelecendo uma aliança entre as elites do centro e aquelas da periferia. O desenvolvimento desigual envolveria, portanto, uma inescapável polarização do mundo entre economias centrais e periféricas, intimamente amarradas às intrínsecas contradições entre trabalho e capital definidas pela divisão internacional do trabalho, cujas fronteiras foram delimitadas pela história do colonialismo europeu e, posteriormente, pelo capital monopolista e financeiro¹¹⁵.

Apesar de suas aspirações demonstrarem-se contrárias à universalização e naturalização do desenvolvimento em etapas pré-definidas que não se aplicavam à realidade das colônias e ex-colônias, na teoria da dependência o significado central do desenvolvimento permaneceu do mesmo modo centrado no crescimento econômico ou na acumulação de capital. Suas diferenças residem na forma distorcida em que a acumulação leva o desenvolvimento ao subdesenvolvimento, através de um “*desenvolvimento dependente e associado*”¹¹⁶. Além disso, a ‘*política da cultura*’ tem sido negada em seus quadros de análise, de modo que as políticas de representação no Terceiro Mundo não sejam de fato levadas em consideração, suprimindo discussões de gênero e raça. Isso porque, apesar da intenção de fazer o contrário, a hierarquia discursiva criada através dos binômios desenvolvidos/subdesenvolvidos, centro/periferia, metrópole/satélite, contribuem para a perpetuação de uma dominação psicológica da dependência na periferia, resultando na reificação do etnocentrismo ocidental. Por sua vez, a agência disponível para aqueles considerados dependentes e periféricos só parece tornar-se possível no momento das lutas por independência nacional; após tal conquista o Terceiro Mundo por vezes é retratado de maneira ‘romantizada’: sem resistência, passivo ao jogo imperial/capitalista¹¹⁷.

Em 1964, a própria criação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em Genebra, na Suíça, representou o alargamento da aliança dos países do Sul, ao mesmo tempo em que agregava à agenda da CSS a ideia de que o comércio internacional seria o instrumento

¹¹⁵ JR., E. San Juan. *Ibid.*p.230.

¹¹⁶ PIETERSE, Jan N. *Idem.*

¹¹⁷ KAPOOR, Ilan. 2008, p. 10-14.

pimordial da promoção para o desenvolvimento econômico¹¹⁸. Posto que tal iniciativa se dava no contexto das discussões de liberalização do comércio do GATT, as atividades desses países se restringiam às barganhas coletivas *vis-à-vis* os países industrializados, o que originou o Grupo dos 77 (G-77) países latino-americanos, africanos e asiáticos, engajados na busca por um desenvolvimento menos desigual. Neste contexto, suas articulações acabaram por resultar na declaração pelo estabelecimento da Nova Ordem Econômica Mundial (NIEO), em 1974, pautada pela solidariedade entre povos desenvolvidos e em desenvolvimento através de uma cooperação internacional mais igualitária¹¹⁹.

Contudo, a segunda metade da década de 1970 deu outros rumos ao desenvolvimento vislumbrado pelo Sul global. O primeiro choque do petróleo, e a inflação cambial por ele provocada no mercado mundial, em 1974, abriu passagem para que políticas neoliberais de ajuste e reestruturação econômica tomassem conta da agenda internacional. Quando a Reserva Federal dos EUA aumenta suas taxas de juros, dá-se início à crise da dívida no Sul global. Assim, o FMI finalmente pode dar forma ao seu neoliberalismo financeiro, cujas ideias já estavam postas na década de 1940, com o Consenso de Washington. Ao impor sua disciplina e, eventualmente, o regime de reformas estruturais, o FMI permitiu que as grandes empresas estadunidenses mantivessem sua rentabilidade, movendo-se para áreas de baixos salários de operação, localizadas nos mercados sulamericanos¹²⁰. Dessa forma, as economias de livre mercado que tiveram lugar nas décadas de 1980 a 2000, produziram uma aguda quebra na tendência à articulação entre os países do Sul. Agora, o crescimento econômico vinha atrelado à um aumento ainda mais acentuado da desigualdade dentro e entre os países¹²¹, na medida em que o neoliberalismo se tornava hegemônico nas organizações multilaterais.

Não surpreende, portanto, que o Plano de Ação de Buenos Aires (PABA) – cujo documento apresenta pela primeira vez o termo “cooperação horizontal” – assinado pelos países do Sul em 1978¹²², tenha permanecido ‘congelado’ até a década de 2000. Isso ocorreu ainda que países como o Brasil, Índia e China

¹¹⁸ LEITE, Iara C. *Ibid*, p.14.

¹¹⁹ *Ibid*, p.15.

¹²⁰ PIETERSE, Jan N. 2004, p. 3.

¹²¹ PIETERSE, Jan N. 2014, p. 26.

¹²² HIRST, M.; ANTONINI, B. 2009, p.23.

passassem a considerar, gradualmente, a expansão dessa atividade –estruturada a partir de princípios como a horizontalidade e a não imposição de condicionalidades, e orientada pelas demandas e necessidades externas – como uma importante ferramenta da política externa e da projeção internacional de seus países¹²³.

Após décadas de debate acerca da dependência gerada nas periferias, o desenvolvimento voltaria a ser visto enquanto alternativa, ao ser compreendido a partir da ideia de capacidades e direitos, concebida por Amartya Sen na década de 1980. Visando a ampliação dos espaços de liberdade, a teoria do desenvolvimento de Sen oferecia uma visão holística e plural acerca da ideia de desenvolvimento humano. Assim, estabeleceu uma relação em que a superação da desigualdade se dá a partir das *unfreedoms* (restrições às liberdades humanas e individuais) – por meio da realização de liberdades essenciais (básicas), e da forma na qual elas deveriam dar espaço a outras formas de liberdade, numa relação que se reforça mutuamente¹²⁴.

Foi, portanto, sob a prerrogativa do alargamento das escolhas pessoais, que o argumento de Sen acabou por influenciar as definições dos núcleos de desenvolvimento de diversos organismos, como os relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)¹²⁵. Por outro lado, Stephen Gill (2002) aponta que o entendimento de um direito igualitário sob a proteção da lei da vida e da propriedade privada, tem contribuído para a criação de uma nova civilização de mercado e para a intensificação de um neoliberalismo disciplinador. Sob a orientação de instituições como o FMI e o GBM, além de outras agências do capitalismo mundial, novos arranjos institucionais neoliberais foram idealizados de maneira similar à arquitetura de governança econômica européia, separando a política da economia. Dessa forma, a gradual institucionalização de uma estrutura de restrições constitucionais foi *“theoretically designed to maximize the efficiency of a now potentially global capitalism”*¹²⁶. Assim, torna-se cada vez mais nítida a vinculação do Estado de Direito à noção de igualdade do domínio protegido nas discussões de justiça distributiva, traduzidas no

¹²³ RENZIO, Paolo de; GOMES, Geovana Z.; FONSECA, João M. E. M.; e NIV, Amir. 2013.

¹²⁴ SEN, Amartya. 2000.

¹²⁵ PIETERSE, Jan N. 2010, p. 7.

¹²⁶ GILL, Stephen. 2002, p.49.

aprofundamento da alienação, mercantilização e desigualdade nas políticas mundiais¹²⁷.

2.5

Os artefatos culturais do desenvolvimento

Nas análises *mainstream* de Relações Internacionais, o domínio da cultura tem sido constantemente marginalizado. Como bem exposto por Ilan Kapoor (2008), na medida em que a cultura e a política são pensadas separadamente nas políticas de desenvolvimento, deixa-se de considerar que o processo de formulação de políticas tem, ele próprio, dimensões culturais. Isto porque a própria construção e institucionalização da política envolve práticas representacionais – já que fazer política é também imaginá-la, falar e escrever sobre ela, discutí-la e debatê-la, além de vê-la implementada ou ser visto implementando-a. Não obstante, as políticas de desenvolvimento são “*semiotically mediated, that is, it is culturally embedded and transacted, involving the production and systematization of particular languages, images, rhetorics*”¹²⁸.

Uma vez que as políticas de desenvolvimento priorizam o desenvolvimento econômico baseado nas experiências de industrialização do Ocidente, a cultura tende a ser ignorada nos estudos econômicos neoclássicos. Isto implica, portanto, na predominância de estratégias que visam apenas ganhos materiais, sem que se faça quaisquer considerações acerca da cultura por trás da política focada no crescimento, como se este fosse um objetivo culturalmente neutro, passível de ser transportado para qualquer lugar ao redor do mundo¹²⁹. A teoria da modernização, por outro lado, tem feito da cultura uma área central de preocupação. Isto porque aqui, o desenvolvimento implica atingir valores, atitudes e instituições de níveis modernos – através do cultivo da auto-motivação, do empreendedorismo, de crenças científicas, econômicas, de investimento, e de uma comunicação social livre e próspera¹³⁰. Assim, a infraestrutura cultural das sociedades não ocidentais seria ela mesma culpada, em parte, por seu atraso socioeconômico – visto que as

¹²⁷ *Ibid*, p. 52.

¹²⁸ KAPOOR, Ilan. *Ibid*, p. 19.

¹²⁹ *Idem*.

¹³⁰ *Ibid*, p.20.

práticas ‘tradicionais’ de suas sociedades (superstições, etnias, religião, casta) são vistas como um obstáculo à modernização, que precisam ser superadas para que o crescimento tome seu lugar¹³¹.

Enquanto processo dinâmico, escorregadio, instável, plural e híbrido, a cultura presente nas políticas de desenvolvimento é “*negotiated and constructed rather than a ‘given’*”¹³². Assim, sua construção semiótica envolve uma “vontade de poder” na sistematização do conhecimento e na sua disseminação, o que requer o desenvolvimento de estratégias discursivas que se utilizam da construção/repetição/reificação de imagens e esteriótipos de poder. As políticas de desenvolvimento, por sua vez, não se apresentam como uma ferramenta neutra, uma vez que os contornos políticos da cultura podem ser precisamente e objetivamente definidos. O desenvolvimento é, portanto, um “*artefato cultural*”¹³³, na medida em que as políticas emergem de tempos e espaços específicos, e são enquadradas de acordo com as narrativas institucionalmente geradas – como bem vimos no tópico 1.2.

A ambivalência presente nas narrativas desenvolvimentistas é ressaltada por Kapoor através da influência dos trabalhos de Gayatri Spivak e Homi Bhabha, demonstrando certa abertura para narrativas alternativas e conferindo maior possibilidade de agência e resistência aos indivíduos. Baseado no conceito de *self-reflexivity* cunhado por Spivak, o autor resalta a importância em se mostrar como construções discursivas estão intimamente ligadas às posições socioeconômica, geográfica, histórica, institucional e de gênero daqueles que as proferem¹³⁴. Afinal, o enquadramento do conhecimento produz relações de poder que aprofundam ainda mais a desigualdade social¹³⁵.

Dessa forma, a desconstrução do discurso desenvolvimentista pode também ser vista como um ato de “autorreflexão”, uma vez que “falar para”, “falar sobre” ou “representar” o subalterno nem sempre é suficiente para conferi-lo voz, e mesmo quando o é, falar apenas não basta – é preciso ouvi-lo¹³⁶. Assim, pode-se dizer que há ainda um encontro do desenvolvimento entre Norte e Sul, marcado por suas ambivalências, hibridismos, mimetismos e contradições, que revelam um

¹³¹ *Idem.*

¹³² *Ibid*, p.21.

¹³³ *Idem.*

¹³⁴ *Ibid*, p.42.

¹³⁵ *Ibid*, p.51.

¹³⁶ *Ibid*, p.54.

processo de descolonização não terminado, cuja internalização dos efeitos da colonização nas práticas individuais, locais, culturais, linguísticas e políticas se estende às relações Sul-Sul (S-S). Na medida em que os países ditos de “Terceiro Mundo” apresentam não apenas graus e níveis distintos no processo de desenvolvimento, mas procuram elaborar políticas alternativas ao modelo tradicional e Ocidental, ambas as trajetórias de cooperação N-S e S-S não devem ser vistas como descoladas, ou completamente antagônicas: mas sim como projeções duplas, híbridas, que se assemelham e diferem, criando consensos que tornam possível sua aceitação – uma vez que a dominação nunca é completa e oferece espaços para a criação de significados dissidentes.

Através das contribuições de Bhabha, Kapoor ressalta que a agência possível em relação aos discursos desenvolvimentistas encontra-se justamente na “*dupla inscrição*” de sua performance, altruísta e interessada, evolutiva e desigual. Sua repetição torna visíveis as ambivalências e contingências de autoridade, permitindo des-naturalizar histórias e estereótipos criados. A agência no momento do encontro muda as inflexões em um espaço não dialético, de negociação da polarização entre duas esferas, sem necessariamente optar pelas reivindicações fundamentais de uma ou outra¹³⁷. Assim, ainda que um discurso de poder seja hegemônico, ele não é inatingível ou absoluto, sendo sempre passível de uma resistência não antecipada. Entretanto, por mais que haja a mimetização e transformação do discurso e da ação do outro como forma de agência, um resquício de autoridade e poder permanece inscrito nas relações, o que indica alguns dos limites impostos pela desigualdade material à negociação subalterna – tornando necessário, portanto, que estudos culturalistas e materialistas não sejam vistos como caminhos fundamentalmente diferentes, mas necessariamente complementares.

Nesse sentido, uma predisposição tática para se manter vigilante sobre as manifestações híbridas de uma hegemonia é requerida, na tentativa de perceber como sua autoridade é construída e enunciada através do discurso, bem como para procurar suas brechas e contradições, explorando as instabilidades do poder. Assim, a vigilância e sua abordagem tática devem ter maior alcance e impacto do que a performatividade radical sugerida por Bhabha, tornando-se praticamente

¹³⁷ *Ibid*, p.121.

uma regra. Isso porque Bhabha pressupõe uma resistência momentânea e de caráter emergencial, inconsciente¹³⁸, e insuficiente quando se reflete sobre políticas de resistência a nível global, com possibilidade de mudanças estruturais¹³⁹.

Visto que o discurso está sempre em trânsito, é no “terceiro espaço” proposto por Bhabha que se revelam as contradições do hibridismo, possibilitando a criação de novos discursos e práticas. Isso porque é neste espaço que se constituem as condições discursivas da enunciação, que asseguram que os significados e símbolos culturais não tenham unidade e/ou solidez primordial, que asseguram que seus signos possam ser apropriados, traduzidos, re-historicizados e lidos novamente¹⁴⁰. É justamente neste espaço de *indecidibilidade* que também podem se originar novas leis que reorientem as políticas dominantes.

Sob este ponto de vista, analiso o surgimento de políticas como a CSS como uma tentativa dos países do Sul em reorientar as práticas de ajuda e cooperação para o desenvolvimento – ainda que suas próprias estratégias sejam pensadas, sobretudo, a partir de suas elites, visando uma maior inserção no capitalismo global sem que a participação de suas sociedades na escolha de suas políticas se dê de maneira realmente inclusiva e democrática.

A subjugação do Terceiro Mundo na busca pelo desenvolvimento não se dá, portanto, apenas nas relações assimétricas entre Norte e Sul, mas também entre os próprios países do Sul, na medida em que estes são orientados por um imaginário desenvolvimentista linear e eurocêntrico, que permite que uns sejam reconhecidos como mais desenvolvidos que outros. Isto posto, não se propõe aqui a produção de descrições teóricas universais, mas sim generalizações temporárias, que levem em consideração o contexto histórico, econômico, político e cultural na produção de subalternidades, na medida em que sua produção consistente torna-se cada vez mais indispensável para transpor as limitações e desigualdes já postas. Caso contrário, os resultados dos mais diversos estudos tornar-se-iam “*abruptos e*

¹³⁸ De acordo com Bhabha, “*the production of meaning requires that these two places be mobilized in the passage through a Third Space, which represents both the general conditions of language and the specific implication of the utterance in a performative and institutional strategy of which it cannot ‘in itself’ be conscious*”. Ver: BHABHA, H. K. 1994, p. 36.

¹³⁹ KAPOOR, Ilan. *Ibid*, p.135.

¹⁴⁰ BHABHA, H. K. *Ibid*, p.37.

*inconclusivos, quase como uma série de adiamentos em algum projeto empírico*¹⁴¹.

2.6

O ímpeto pela mudança: reorganizando o mundo natural e social

Culture is simultaneously the fruit of a people's history and a determinant of history, by the positive or negative influence which it exerts on the evolution of relationships between man and his environment, among men or groups of men within a society, as well as among different societies (...) Nor must we forget that culture, both as a cause and an effect of history, includes essential and secondary elements, strengths and weaknesses, merits and defects, positive and negative aspects, factors both for progress and stagnation or regression, contradictions, conflicts . . . Culture develops unevenly at the level of a continent, a 'race,' even a community¹⁴².

Este capítulo abordou a ideia de desenvolvimento como produto de um processo intelectual específico, construído desde o encontro colonial, que passou pela equação da infância humana como selvageria para possibilitar o ranqueamento racial das sociedades e consolidou-se com a eliminação das diferenças através da formação do Estado Nação. A institucionalização de sua narrativa foi possibilitada e revigorada com o apogeu das teorias de modernização, cujas bases teóricas remetem à constituição de uma economia política que torna o desenvolvimento um processo imanente do capitalismo mundial. Aqui, tentei ressaltar como suas dimensões sempre estiveram coadunadas com o processo intelectual de construção teórica e a sua execução a partir de práticas estatais.

A narrativa do desenvolvimento, seja ela textual ou discursiva, tem destacado um poder inerente àqueles que a representam: o de reorganizar o mundo natural e social para o alcance da máxima produtividade industrial¹⁴³. Na medida em que o homem – masculino, branco, europeu – é concebido como o único agente dotado de uma força motriz extraordinária, ele também é o único capaz de promover mudanças profundas. Tal ímpeto pela mudança, originado a partir das ideias iluministas eurocêtricas, tem retirado da humanidade a responsabilidade pelas consequências de seus atos. Assim tem sido observado nas mais diversas

¹⁴¹ SPIVAK, G. 2008, p. 50.

¹⁴² CABRAL, Amílcar *apud* JR, E. San Juan. *Ibid*, p.233-234.

¹⁴³ LUMMIS, Douglas. *Ibid*, p.48.

tragédias em nome da modernização e do desenvolvimento, seja no rompimento das barragens em Mariana (MG, Brasil), seja na superexploração de trabalhadores nas produções de tijolos em Catmandu (Nepal).

Isto posto, é preciso ressaltar que as dimensões culturais do desenvolvimento também fazem parte desse processo de categorização e ranqueamento, produzindo uma força brutal que se manifesta na colonização não apenas das economias e sociedades, mas também – e sobretudo – das mentes. O neocolonialismo presente nas políticas mundiais de desenvolvimento é latente; tem doutrinado os mais diferentes povos, ensinando-os a se vêem como obstáculos ao desenvolvimento, retirando destes a possibilidade de definir suas próprias formas de vida social¹⁴⁴. O neocolonialismo arraigado nas sociedades pós-coloniais tem ainda redefinido o próprio significado do desenvolvimento, transformando-o em objetivos puramente econômicos, retirando sua conotação política e inculcando uma racionalização da expropriação e superexploração, numa tentativa de normalizar e gerenciar mecanismos de opressão necessários para manter as relações desiguais que permitem a dominação dos recursos e riquezas pelos grandes centros mundiais.

Vimos, portanto, que visões de mundo alternativas e diferenças coloniais são constatemente hierarquizadas e subjugadas como resultado do processo histórico de expansão do Ocidente, em uma negação das múltiplas modernidades que se apresentam. Assim, a abordagem pós-colonial proposta na presente pesquisa deve concentrar-se em pensar não apenas contra, mas também através das múltiplas modernidades existentes. Para tanto, tentarei coadunar cultura e materialismo como elementos essenciais para a análise social. Aqui, a tentativa é de evitar que a confrontação de ideias iluministas com o telos utilitarista capitalista e seu encapsulamento historiográfico, nos leve a uma concepção nominalista e cética da subjetividade e da agência humana¹⁴⁵.

Nesse sentido, o caso brasileiro será abordado a seguir, partindo de suas particularidades e ambivalências, como sua característica dupla colonização (portuguesa e dos impérios que a sucederam no cenário internacional), na qual o próprio colonizador português é considerado subalterno em relação à colonização indireta britânica no sistema internacional – o que dividiu o Brasil em dois

¹⁴⁴ LUMMIS, Douglas. *Ibid.*, p.49.

¹⁴⁵ JR., E. San Juan. *Ibid.*, p.230.

mitos de origem possíveis para o desenvolvimento: aquele do excesso de passado (do atraso), e aquele do excesso de futuro (da promessa de futuro)¹⁴⁶.

¹⁴⁶ SANTOS, Boaventura de S. 2006, p. 247.

3

Interpretando a identidade brasileira: a renegociação da dependência e do seu lugar na modernidade

O entrelaçamento das trajetórias do Brasil e da África Lusófona se deu, historicamente, por mais de 500 anos de colonialismo europeu nos respectivos continentes. Ainda hoje, a constante transformação de seus laços ocorre entre as linhas fundamentalmente moldadas por suas experiências pós-coloniais¹⁴⁷. Dito isto, suas experiências de Cooperação Sul-Sul (CSS) devem ser pensadas como fruto de um pós-colonialismo situado, presente na história do colonialismo português, que carrega um particular “conjunto de análises econômicas, sociológicas e políticas sobre a construção dos novos Estados, sua base social, sua institucionalidade e sua inserção no sistema mundial”¹⁴⁸.

No caso brasileiro, a demarcação de diferenças – especialmente aquela relacionada ao tipo de cooperação S-S estabelecida em oposição àquela N-S –, parece consistir em uma tentativa de reduzir, renegociar e eliminar a própria subalternidade no sistema internacional. Se na identidade subalterna a declaração da diferença “é sempre uma tentativa de apropriar uma diferença declarada inferior de modo a reduzir ou eliminar sua inferioridade”¹⁴⁹, a análise da especificidade do colonialismo português será crucial para compreender a atual demarcação de diferenças nas políticas de desenvolvimento brasileiras, especialmente as de CSS.

No entanto, é importante ressaltar que o caso brasileiro não será aqui abordado como exemplo de modernidade a ser seguida, mas como um caso específico dentre diversos outros no Sul Global. Ao ressaltar sua especificidade, minha intenção é a de lançar luz aos elementos particulares que dão forma ao seu discurso e práticas, mesmo diante de outras experiências coloniais lusófonas, como as vividas por Angola e Moçambique. Não pretendo, portanto, exaltar uma singularidade cultural, mas sim experiências e práticas cujas narrativas foram redefinidas e atualizadas para dar continuidade à subjugação moderna. Veremos, então, que apesar de também ter sido profundamente marcada e influenciada pela

¹⁴⁷ CESARINO, Letícia Maria C. da N. 2012, p.98.

¹⁴⁸ SANTOS, Boaventura de S. *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*. Editora Cortez, São Paulo, 3ª edição, 2006, p. 234.

¹⁴⁹ SANTOS, Boaventura de S. *Ibid*, p. 250.

modernidade europeia, a construção intelectual da narrativa brasileira permitiu uma particular ressignificação e transformação de práticas opressoras. Nesse sentido, a análise pós-colonialista aqui proposta deverá ressaltar a crítica da ambivalência e não a reivindicação desta, uma vez que a crítica consistirá “em distinguir formas de ambivalência e hibridização que efetivamente dão voz ao subalterno (as hibridações emancipatórias) daquelas que usam a voz do subalterno para silenciá-lo (hibridações reacionárias)”¹⁵⁰.

Isto posto, neste capítulo veremos como a construção intelectual da modernidade no Brasil viabilizou a legitimação científica de um “racismo culturalista”, que, ao mesmo tempo em que permite a diferenciação essencial das sociedades de acordo com seus níveis de pobreza e marginalização, oculta elementos comuns às sociedades ditas “modernas”, criando, conseqüentemente, modelos e tipos ideais de sociedades inalcançáveis. Não obstante, a própria contribuição da teoria da modernização para a cristalização ética e moral dos Estados Unidos como referência para as sociedades subdesenvolvidas, possibilitou a naturalização de pressupostos culturais que agrilhoam o Terceiro Mundo à julgamentos morais, emocionais e irracionais. Assim, ainda que centro e periferia possuam diferentes tipos de estrutura social, o pano de fundo oferecido pela teoria da modernização continua a ensejar uma espécie de ‘prisão contextual’, que “só nos dá olhos para a experiência concreta e imediata e nos cega em relação às relações mais abstratas e mais gerais que conformam todos os contextos particulares”¹⁵².

À luz dos escritos de Boaventura de Souza Santos (2006) observaremos, na primeira parte deste capítulo, os traços do pós-colonialismo situado brasileiro. Para tanto, discutirei a relevância da posição periférica de Portugal no sistema mundial capitalista moderno, datada desde o século XVII, para a formação da identidade e do Estado brasileiro. Construído a partir das influências de um duplo poder colonial (português) e capitalista (britânico), o próprio mito das origens e possibilidades para o desenvolvimento do Brasil tem refletido na ambivalente inserção brasileira no sistema mundial, mesmo 80 anos após sua criação. Assim, por meio da contribuição de André Cicalo (2012) e Leticia Cesarino (2012), veremos como a ideia de “dois Brasis” (do futuro/atraso; moderno/tradicional)

¹⁵⁰ SANTOS, Boaventura de S. *Ibid*, p. 244.

¹⁵² SOUZA, Jessé. *Ibid*, p.164.

tem influenciado a narrativa da cooperação na política externa brasileira, numa constante tentativa de renegociar a dependência e a linha do tempo da modernidade.

Uma vez analisando o Estado brasileiro a partir de sua dupla colonização, investigarei em seguida como a ideia de desenvolvimento é permeada pela contínua construção intelectual de uma identidade social, que se divide entre a ativa promoção de políticas modernizantes e a engendrada incapacidade de superação de problemas, alimentada, sobretudo, pela articulação da ideia de sociedade miscigenada. Discutirei, por meio da contribuição da obra de Laura Lima (2011), o papel dos intelectuais no Brasil a partir do estabelecimento de seu lugar político como agentes da modernização no país entre os séculos XIX e XX. Em seguida, veremos com Jessé Souza (2015), duas tradições de pensamento brasileiras – (1) “*o culturalismo conservador*”, e, (2) “*o economicismo*” – que têm, ao longo da história, colonizado nossa produção intelectual através de sua institucionalização nas práticas estatais.

Isto posto, a presente pesquisa reforçará a ideia de que a dominação via conhecimento é utilizada como tentativa de reprodução de suas condições de possibilidade, cujas contradições e ambivalências são intrínsecas à sua própria estrutura e refletem no estabelecimento de políticas públicas. Aqui observaremos como as ideias que informaram os intelectuais brasileiros desde a constituição e consolidação do Estado nos séculos XIX e XX são tão dependentes de uma identidade nacional; e como qualquer desafio a essas visões específicas e institucionalizadas se depara com um “*grande obstáculo cognitivo e emocional*”¹⁵³. Por fim, isso nos sugerirá que a alteridade constituída nas relações Brasil-Angola é também parte e fruto dessa construção identitária inicializada, reproduzida e constantemente ressignificada pela narrativa intelectual e pelas políticas de produção de conhecimento institucionalizadas¹⁵⁴.

¹⁵³ SOUZA apud LIMA, 2011, p. 46.

¹⁵⁴ LIMA, 2011, p.75.

3.1

O pós-colonialismo 'situado' brasileiro

Promovida pela cooperação horizontal para o desenvolvimento, a contemporânea aproximação entre os países do Sul global – tratada aqui especialmente em relação àquela praticada pelo Brasil em direção à Angola –, tem nos convidado a revisitar a literatura da construção do Estado-nação bem como sua articulação entre os processos de colonialismos interno e externo¹⁵⁵.

Se pelo menos desde a independência em 1822, as elites intelectuais e políticas do Brasil têm lutado com o desafio de construir um Estado-nação, Leticia Cesarino (2012) identifica no início da República, em 1889, o avanço de ensaios de interpretação do Brasil, sob a forma de um gênero erudito literário-político híbrido, caracterizado pela busca da singularidade do Brasil enquanto nação, ao mesmo tempo em que diagnosticava obstáculos e propostas para a formulação de seu próprio objeto¹⁵⁶. Encapsulando uma série de clivagens particulares à experiência histórica do Brasil, tais produções teóricas dividiam o país entre o moderno e o tradicional, em descontinuidades espaciais *urbano-rural* e *costa-sertão*¹⁵⁷, entre passado e modernidade, numa clara alusão e adaptação ao movimento linear oferecido pela teoria da modernização e sua progressiva diferenciação, integração e universalização das características liberais da modernidade, conforme observamos no capítulo anterior.

Assim, a partir da constituição desta nova hegemonia intelectual nacional, o Nordeste passou a ser visto como uma região tradicional, enquanto o Sul/Sudeste do país era retratado como o futuro da modernização. Gilberto Freyre, símbolo de maior autoridade de tal movimento intelectual, cuja obra principal – *Casa Grande & Senzala* (1933) – tentaria elevar o regionalismo nordestino à cultura nacional, acoplou sua narrativa a um lusotropicalismo de alternativa transnacional¹⁵⁸, baseado em uma suposta unidade cultural e potenciais civilizacionais nacionais que estariam à altura, ou por vezes até mesmo superiores, àqueles potenciais portugueses e europeus.

¹⁵⁵ CESARINO, Leticia. *Ibid.*, p.85.

¹⁵⁶ CESARINO, Leticia. *Ibid.*, p.88-89.

¹⁵⁷ CESARINO, Leticia. *Ibid.*, p.89.

¹⁵⁸ CESARINO, Leticia. *Ibid.*, p.90.

De acordo com Cesarino, a coexistência dos dois “Brasis” nas produções intelectuais da época não apenas ajudou na identificação de obstáculos à modernização do Brasil, mas perturbou os próprios fundamentos nos quais a modernidade foi pensada como possível nas periferias. Nesse sentido, a literatura do Estado-nação “*paved the way for rendering problematic, always in an ambivalent fashion, the very epistemologies of central ideologies and institutions – thus presaging future postcolonial moves*”¹⁵⁹.

Dependendo, em cada caso, das articulações entre o regional e o nacional, e o local e o universal, as ideias da modernidade brasileira são, para Cesarino, *multifacetadas*. No entanto, a autora considera que a maior parte dos estudos dirigidos à tais questões lutam pela hegemonia de sua própria versão de projeto modernizante, limitando-se quase que exclusivamente às elites nacionais, intelectuais, ou aos movimentos sociais organizados. Aqui o subalterno não existiria como um sujeito coletivo bem definido, detentor de uma identidade explícita, delimitada. Assim, para Cesarino a ausência de um espaço para a subalternidade neste enquadramento tornaria as abordagens para a América Latina capazes apenas de trabalhar contra a contradição, a ambiguidade e a indeterminação.

Isto posto, a autora argumenta em prol de uma abordagem pós-colonial que pense não contra, mas através da modernidade, de modo a conferir sentido à subjetividade subalterna. Para tanto, defende o uso dos argumentos de Boaventura de Souza Santos (2006) sobre as particularidades do colonialismo português e do hibridismo original de sua cultura; defendendo a concepção do colonialismo português como um colonialismo subalterno (*vis-à-vis* o britânico); defendendo o fato de que a sua empreitada foi mais colonial do que capitalista; e que, dada a incompletude do processo de construção da nação portuguesa *per se*, a cultura portuguesa tornou-se uma “*cultura de fronteira*”, onde a sua forma prevaleceria sobre o seu conteúdo¹⁶⁰.

Nesse sentido, no domínio dos discursos coloniais, Santos identifica o problema de autorepresentação dos países lusófonos como inerente à situação periférica de Portugal, uma vez que a história do colonialismo foi escrita em inglês e não em português – o que confirmaria sua subalternidade, implicando na

¹⁵⁹ CESARINO, Leticia. *Ibid*, p.91. *Grifos meus*.

¹⁶⁰ CESARINO, Leticia. *Ibid*, p.96.

construção de uma identidade fragmentada. O teórico compreende que as relações coloniais protagonizadas por Portugal possuíam características que tornariam seu colonialismo específico, na medida em que estas impregnaram profundamente as configurações de poder social, político e cultural não apenas das colônias, mas inclusive de sua própria metrópole. Assim, “*se o poder capitalista moderno foi sempre colonial, em Portugal e suas colônias ele foi sempre mais colonial do que capitalista*”¹⁶¹. Isto porque o colonialismo português

foi ele próprio semiperiférico, um colonialismo com características subalternas, o que fez com que as colônias fossem colônias incertas de um colonialismo certo. Esta incerteza decorreu tanto de um déficit de colonização – a incapacidade de Portugal para colonizar segundo os critérios dos países centrais – como de um excesso de colonização, o fato de as colônias terem estado submetidas, especialmente a partir do século XVIII, a uma dupla colonização: por parte de Portugal e, indiretamente, por parte dos países centrais (sobretudo a Inglaterra) de que Portugal foi dependente (por vezes de modo quasi-colonial)¹⁶².

De acordo com Santos, a posição semiperiférica ocupada por Portugal no sistema internacional desde o século XVII refletiu-se nas práticas e discursos que caracterizaram o seu colonialismo e que, por sua vez, entranharam os regimes identitários construídos nas suas sociedades coloniais. Dessa forma, a grande assimetria estaria assentada no fato de que a Grã-Bretanha vivenciou uma conjunção direta entre capitalismo e colonialismo, e, portanto, posicionou-se desde o início como ‘colonialismo-norma’, impondo sua normatividade no sistema mundial. Já o caso português, assentou-se num completo desequilíbrio entre um “*excesso de colonialismo e déficit de capitalismo*”¹⁶³, o que caracterizou um colonialismo dessincronizado, retroativo, manipulado de acordo com as exigências e conjunturas políticas.

A norma imposta pelo colonialismo britânico definiria em grande parte o colonialismo português, ocasionando uma perificidade dupla, tanto no domínio das práticas quanto dos discursos coloniais. Assim, é justamente por meio da sobreposição desse poder colonial (português) e capitalista (britânico), que Santos identifica a continuidade à reprodução das formas de hierarquização e subalternidade no sistema internacional. Isto porque, ainda que Portugal tenha liderado o mais longo ciclo colonial europeu, cuja duração alcançou três séculos, é apenas com a consolidação de um colonialismo de caráter capitalista no século

¹⁶¹ SANTOS, Boaventura de S. *Ibid*, p. 228.

¹⁶² *Idem*.

¹⁶³ SANTOS, Boaventura de S. *Ibid*, p. 230.

XIX que se definiriam as regras da prática colonial, asseguradas na Conferência de Berlim (1884) e no *Ultimatum* inglês (1890) – memorando britânico que pressionou Portugal a se afastar de vários territórios africanos¹⁶⁴. Para Santos, a ampla e estreita vinculação do capitalismo industrial com o colonialismo condenou, portanto, a longa temporalidade do colonialismo português à uma dupla anacronia: a de ter existido *antes* e de ter continuado a existir *após* a consolidação de um colonialismo hegemônico e capitalista¹⁶⁵. No entanto, se por um lado a relação colonial tornou-se uma das relações de poder desigual fundadora do capitalismo moderno, por outro, ela não foi a única: coexistiu lado a lado e de maneira articulada com outras relações de poder, como o racismo, o sexismo e a exploração de classe¹⁶⁶.

Ao caracterizar a identidade do colonizador português como dupla, Santos defende que esta “*não se limita a conter em si a identidade do outro, o colonizado por ele*”¹⁶⁷. Isto significa dizer que a identidade portuguesa é, ela própria, colonizada enquanto colonizadora de outrem; a dupla ambivalência de suas representações afetou e afeta não apenas sua identidade enquanto colonizador, mas também as identidades de seus colonizados. O problema no argumento de Santos é que, ainda que a dupla identidade portuguesa tenha influenciado os processos identitários e políticos nas colônias, sua manifestação não é e nem pode ser vista como *singular*. A cumplicidade entre as classes políticas da metrópole e das colônias não consiste num fenômeno isolado, mas numa realidade concreta, basilar à todas as experiências coloniais. Dessa forma, o caráter do colonizador português é essencializado e romantizado, na medida em que os efeitos psicológicos do colonialismo tornam suas fronteiras hostis cada vez mais nebulosas. Assim, a dimensão “*indecidível*” do colonizador não é restrita a Portugal, já que a colonização inglesa – tipo ideal referencial para Santos – também é ambígua e, sobretudo, psicologicamente *íntima*¹⁶⁸.

A codificação das diferenças na ideia de raça, por sua vez, permitiria que os portugueses proclamassem a miscigenação como triunfo humanista, ao mesmo tempo em que a mesma miscigenação era vista pelas demais potências coloniais

¹⁶⁴ SANTOS, Boaventura de S. *Ibid*, p. 232.

¹⁶⁵ SANTOS, Boaventura de S. *Ibid*, p. 233.

¹⁶⁶ SANTOS, Boaventura de S. *Ibid*, p. 242.

¹⁶⁷ SANTOS, Boaventura de S. *Ibid*, p. 245.

¹⁶⁸ NANDY, A. 2009.

européias como motivo de repulsa, tornando a instalação portuguesa no espaço-tempo europeu uma tarefa incômoda. Santos elucida como o regime de inter-identidade permitia que os portugueses transitassem da civilização (do esteriótipo do Próspero) à selvageria (Caliban), caracterizando a cultura portuguesa como uma heterogênea cultura “*de fronteira*”, cujos enfrentamentos acerca da diferença foram tanto consensuais quanto conflituosos, confundindo definições de tradição e modernidade¹⁶⁹. Assim, se a racialização promoveu a hierarquização do sistema mundial através da articulação étnica-racial com a divisão internacional do trabalho¹⁷⁰, os portugueses “*cafrealizados*”¹⁷¹ – que se desvinculavam de sua cultura para viverem nas colônias, adotando os modos de vida locais – eram recorrentemente desqualificados, distanciados e ranqueados na semiperiferia mundial, numa recusa de sua própria origem europeia.

Isto porque a ausência de uma presença mais forte e estruturada da autoridade colonial portuguesa em alguns territórios africanos, até os finais do século XIX, colocou os portugueses na posição de negociador, de um colonizador que, na ausência de uma relação institucional mais forte, “*se viu frequentemente na contingência de prestar vassalagem como qualquer nativo às estruturas políticas (reinos) locais*”¹⁷². A própria legalidade colonial levou à uma autogestão e à constituição de um sistema jurídico paralelo, que aplicava seletivamente a legalidade oficial da Coroa com outras legalidades locais, no que Santos classifica como o primeiro exemplo de pluralismo jurídico. Instaurava-se, do ponto de vista da Coroa portuguesa, um sistema de desobediência que não era, nem poderia ser, assumido como tal. As leis que chegavam de Lisboa eram substancialmente ignoradas, ou adotadas tardiamente, de modo que na medida em que as circunstâncias se alteravam, o seu não cumprimento se justificava. Dessa forma, a economia política colonial portuguesa teria impacto direto na forma com que os portugueses se hibridizaram, no modo com que tiveram de conviver com as mais diversas práticas culturais¹⁷³.

É preciso ressaltar, no entanto, que apesar da fragilidade da sua institucionalização, e, salvo seu caráter periférico e híbrido, a colonização

¹⁶⁹ BHABHA, H. 1994.

¹⁷⁰ QUIJANO, Aníbal. 2005.

¹⁷¹ SANTOS, Boaventura de S. *Ibid*, p. 257.

¹⁷² SANTOS, Boaventura de S. *Ibid*, p. 260.

¹⁷³ SANTOS, Boaventura de S. *Ibid*, p. 261.

portuguesa não foi mais branda ou menos violenta – física e/ou psicologicamente – que as demais colonizações, inclusive quando comparada com a colonização hegemônica britânica evidenciada por Santos. Apesar da curta duração de sua hegemonia colonial no século XVI, as representações e os sistemas de signos inscritos na colonização portuguesa duraram tanto tempo que acabaram por originar estereótipos e mitos “*que se pertencem e se anulam mutuamente*”¹⁷⁴. No caso brasileiro, por exemplo, Santos afirma que a duplicidade instaurada ocasionou uma fratura que até hoje divide os brasileiros entre dois mitos de origem possíveis para o desenvolvimento: aquele do excesso de passado (do atraso), e aquele do excesso de futuro (da promessa de futuro)¹⁷⁵.

Foi em grande parte devido às violentas relações estabelecidas durante a colonização portuguesa – e aliado à posição semiperiférica da metrópole –, que o neocolonialismo português divergiu da norma de descolonização hegemônica. A indecidibilidade característica do colonialismo português estaria explícita no próprio contexto de transformações políticas na metrópole colonial, no qual tanto a independência brasileira quanto a dos países africanos ocorreram em momentos políticos cruciais para a sociedade portuguesa, com a Revolução Liberal de 1820 e a Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974, respectivamente. Assim, Santos afirma que diferentemente das potências europeias, Portugal viu nos seus processos de descolonização a manifestação concomitante de profundas transformações progressistas no seio de sua sociedade. Em ambos os processos, tanto para Portugal quanto para suas colônias, haveria um sentido partilhado de libertação, que possibilitou a criação de “*alguma cumplicidade entre a nova classe política portuguesa e a classe política dos novos países, sobretudo no caso das independências africanas*”¹⁷⁶.

No entanto, a normalização proposta por Santos não parece suficiente para que se reclame uma excepcionalidade *sui generis* da colonização portuguesa. Esta ainda permanece semelhante às demais colonizações – britânica, francesa, espanhola, etc – em tudo aquilo que elas possuem de mais cruel: todas reforçaram os binômios paralelos entre as ideias de masculino/feminino,

¹⁷⁴ SANTOS, Boaventura de S. *Ibid*, p. 256.

¹⁷⁵ SANTOS, Boaventura de S. *Ibid*, p. 247.

¹⁷⁶ SANTOS, Boaventura de S. *Ibid*, p. 274.

primitivismo/infância e crescimento/desenvolvimento¹⁷⁷, conforme vimos no primeiro capítulo. Na medida em que a colonização gera efeitos para o próprio colonizador, a indecidibilidade torna-se um processo comum às representações estabelecidas; torna-se parte da construção e do estabelecimento de um *self* que é sempre fraturado, ambíguo e híbrido¹⁷⁸, que possibilitou justamente a existência de espaços para agência e resistência nos movimentos de independência.

Assim, é diretamente relacionado às brechas institucionais presentes nas narrativas e práticas do colonialismo de que se libertaram, que as grandes ex-colônias portuguesas criaram condições para que um colonialismo interno sucedesse o colonialismo externo no qual outrora tiveram de lidar. Não obstante, a independência brasileira deu-se sob a forma da monarquia. Angola e Moçambique, por sua vez, adotaram regimes revolucionários que, no contexto da Guerra Fria, os posicionavam no extremo oposto à Portugal – ainda que as vicissitudes por que passaram nos últimos trinta anos (fim da Guerra Fria, guerra civil, processos de paz) “não nos permitam avaliar em que medida o colonialismo interno irá caracterizar novos países”¹⁷⁹.

Ao acreditar que as debilidades do sistema colonial português – quando comparado com a normatividade britânica – teve sua continuidade permitida e ditada pelos países capitalistas centrais, Santos defende que o momento de prosperidade português foi “*excessivo em relação às suas condições de possibilidade*”¹⁸⁰, já que Portugal não poderia romper inteira e definitivamente com as relações que constituíram sua inter-identidade. Dessa forma, mesmo quando pode se juntar ao seletivo grupo de economias que controlavam o capitalismo mundial, Portugal foi classificado como inconsequente e subdesenvolvido¹⁸¹. Assim, ao mesmo tempo em que pretendia-se império, tanto quanto Inglaterra e França, Portugal escondia o medo de ser absorvido ou incorporado por suas colônias. Tal temor – caracterizado sobretudo no período em que a coroa portuguesa estabeleceu a capital do Império no Brasil –, possibilitou rupturas simultâneas que, quando combinadas com a posição semiperiférica portuguesa, permitiram “minimizar” as sequelas neocolonialistas

¹⁷⁷ NANDY, A. 2009.

¹⁷⁸ BHABHA, H. 1994.

¹⁷⁹ SANTOS, Boaventura de S. *Ibid*, p. 248-249.

¹⁸⁰ SANTOS, Boaventura de S. *Ibid*, p. 271.

¹⁸¹ SANTOS, Boaventura de S. *Ibid*, p. 272.

no período pós-independência¹⁸², graças à própria internalização do sistema colonial no seio de suas colônias.

O próprio Brasil desempenhou por vezes papel de “colônia colonizadora”, suprindo Angola com enormes contingentes de imigrantes brancos¹⁸³, criando uma forte dependência econômica entre as duas colônias. Se por um lado a débil organização da colonização portuguesa inviabilizou expressões mais fortes do neocolonialismo, por outro, facilitou a reprodução interna das relações coloniais mesmo depois do fim de tal sistema político. No entanto, a diferença crucial na reprodução de tais relações, por vezes implícita nas contribuições de Santos, se faz justamente no império absoluto da instituição mais importante presente nas colônias portuguesas: a escravidão. Assim, a verdadeira “herança ibérica” advém da institucionalização de uma sociedade escravocrata, a qual não existiu em sua plenitude em Portugal. A escravidão no Brasil, ao contrário do que se passava em Portugal, “*era a instituição que comandava a vida de todos, inclusive dos homens livres, os quais não eram nem senhores nem escravos*”¹⁸⁴.

Diferentemente de Santos, Cesarino ressalta a forma como ao longo da história colonial do Brasil, as relações com a África foram fundamentalmente moldadas pelo tráfico de escravos no transatlântico, no qual portugueses e brasileiros desempenharam um papel proeminente. Não obstante, impasses nas relações entre as duas regiões foram marcados por movimentos livres e forçados de retorno de escravos e seus descendentes para a África Ocidental em meados do século XIX, quando a Inglaterra de fato consegue coibir o tráfico negreiro. Como bem elucidado por Cesarino, isto se deu ao mesmo tempo em que o Estado brasileiro ocupava-se com o seu próprio processo de colonização interna e unificação territorial, substituído no século XX pela industrialização. Apenas bem mais tarde, nesse mesmo século, que o continente Africano inauguraria suas lutas de independência, fazendo com que diplomatas e empresários brasileiros renovassem seus interesses no Atlântico Sul.¹⁸⁵

Desempenhando um papel crucial no Brasil do início do século XX, a África frequentemente foi vista através do espelho-imagem da construção de ideologias nacionais brasileiras. Assim, a África, juntamente aos ameríndios e

¹⁸² SANTOS, Boaventura de S. *Ibid*, p. 274.

¹⁸³ SANTOS, Boaventura de S. *Idem*.

¹⁸⁴ SOUZA, Jessé. *Ibid*, p. 41.

¹⁸⁵ CESARINO, Leticia. *Ibid*, p.96.

portugueses, protagonizou a imagem “freyreana” de uma sociedade miscigenada, desprovida de segregação e racismo¹⁸⁶. É, portanto, a partir da fantasia de uma “civilização lusotropical” que círculos de política externa no Brasil começaram a rogar por um compartilhamento de características semelhantes entre a experiência colonial brasileira e as experiências das demais colônias portuguesas¹⁸⁷, num aparente resgate tardio de Freyre. Fantasia essa que o próprio Santos por vezes se deixa levar, ao tentar elevar a especificidade do colonialismo português à normatividade britânica; e cuja produção supostamente ‘científica’ não é problematizada por Cesarino, apesar da autora classificar o lusotropicalismo como uma “supposed cultural unity and superior civilizational potentials of the ‘Portuguese world’”¹⁸⁸.

Em todo caso, apesar de não contestar a romantização proposta por Santos, Cesarino compreende que a política externa brasileira para a África tem refletido nos últimos anos a inserção ambivalente no sistema mundial que emergiu após a conquista da América. Ela defende que, em parte, a ambivalência de tal inserção se explica no privilégio quase automático das relações com os antigos impérios de Portugal, da Europa Ocidental e os EUA; ao mesmo tempo em que corre na direção oposta, na busca por um alinhamento “terceiromundista”, mais próximo de outras nações em desenvolvimento no Sul global¹⁸⁹. O estreitamento mais agressivo das relações com a África em momentos de emergência da economia brasileira não seria, portanto, meramente casual. Foi assim durante o “milagre econômico” nos anos 1970, e, recentemente, durante os dois mandatos do Presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010). Dessa forma, ao tornar-se um provedor de cooperação internacional, o Brasil dirige-se tanto aos seus “parceiros” do Sul como às potências do Norte, almejando o seu reconhecimento enquanto importante *player* global¹⁹⁰.

Não obstante, Cesarino defende que a periferização da América Latina e da África durante a ascensão hegemônica do Ocidente permitiu a posição dominante do último, principalmente em dimensões sociais consideradas “mais densas”, como a economia industrial-capitalista, as instituições políticas liberal-

¹⁸⁶ CESARINO, Leticia. *Ibid*, p.99. *Grifos meus*.

¹⁸⁷ CESARINO, Leticia. *Ibid*, p.100.

¹⁸⁸ CESARINO, Leticia. *Ibid*, p.90.

¹⁸⁹ CESARINO, Leticia. *Ibid*, p.100.

¹⁹⁰ CESARINO, Leticia. *Ibid*, p.101.

democráticas, e o conhecimento técnico-científico. Assim, o terreno adequado para as relações do Sul Global reposou nas esferas mais subjetivas da religião, da cultura, e etc¹⁹¹, o que de certa forma justificaria o engajamento do governo brasileiro na construção de similaridades através de experiências históricas e culturais. Cesarino identifica nas atividades de cooperação um discurso padrão do Itamaraty (MRE) sobre a cultura brasileira, que tende a seguir as linhas ‘freireanas’ de miscigenação racial e harmonia – ainda que tal discurso hegemônico tenha sido cada vez mais contestado por movimentos raciais brasileiros nos últimos 10 anos¹⁹². Isto porque a suposição de semelhanças não estaria limitada ao domínio social, incluindo também a geografia como elemento central. Um exemplo dessa “naturalização” seriam as declarações no mundo da cooperação Brasil-África, de que a costa brasileira e da África Ocidental se encaixam perfeitamente, como em um quebra-cabeça, unidos “como uma vez foram” antes da existência do Oceano Atlântico. Tal discurso justificaria, para Cesarino, a aplicação de tecnologias agrícolas brasileiras, que seriam mais facilmente adaptadas para a África Sub-Sahariana, devido o compartilhamento de condições geoclimáticas tropicais¹⁹³.

No entanto, se Cesarino ressalta a influência de uma missão civilizatória brasileira e “lusotropical” nas políticas de cooperação, André Cicalo (2012) enfatiza os altos e baixos de sua narrativa. Cicalo ressalta como o compartilhamento de suposições sobre o patrimônio cultural comum entre os dois continentes e os discursos de uma “africanidade brasileira” recentemente têm colocado menor ênfase na miscigenação nacional e na harmonia racial do Brasil. Seu argumento é de que o Itamaraty, em seu esforço para resolver as ambiguidades controvertidas da democracia racial do Brasil, está pela primeira vez pondo os discursos de desigualdade racial histórica em primeiro plano. Ainda que aspectos deste discurso culturalista perdurem até hoje, sobretudo quando a África aparece retratada como “berço da civilização brasileira”¹⁹⁴, Cicalo defende que novas nuances são estrategicamente projetadas na política internacional do Brasil. Assim, desde o governo Cardoso, mas sobretudo com a intensificação das políticas de CSS no governo Lula, os primeiros elementos desta nova tendência

¹⁹¹ CESARINO, Leticia. *Ibid*, p.102.

¹⁹² CESARINO, Leticia. *Idem*.

¹⁹³ CESARINO, Leticia. *Ibid*, p.103.

¹⁹⁴ CICALO, André. 2012, p.10.

remetem à declaração oficial do ex-presidente da Silva, de que o Brasil teria uma “*dívida histórica*” a honrar com a África, devido ao seu passado escravista.

Embora a mistura cultural/racial e a categoria “morena” tenham sido tradicionalmente consideradas representativas para a identidade nacional no Brasil, Cicalo argumenta que o país está cada vez mais discursando sobre sua negritude, tanto nos cenários nacional e internacional. De acordo com o autor, isto ocorreria exatamente em um momento histórico em que programas e políticas de ação afirmativas começaram a dar resultados no Brasil, o que de alguma forma se coadunou com a expansão de seus interesses geopolíticos e econômicos na África, por meio da CSS¹⁹⁵.

Existiria assim, uma contratendência às abordagens diplomáticas anteriores, que evitavam o tópico ‘problemático’ da escravidão na promoção das relações Brasil-África. Dessa forma, o ato de “pedir desculpas” à África, ainda que simbólico, representaria um momento sem precedentes na história das relações entre os dois continentes. O deslocamento do discurso ‘civilizador’ de uma fictícia democracia e harmonia racial dos anos 1960 e 1970, para a narrativa da dívida histórica, visa apresentar oficialmente relações que compartilham um relativo nível de igualdade e reciprocidade. Ao menos nos discursos do Itamaraty, o Brasil aparece *menos* como uma “ponte entre os pobres do Sul” e os “ricos civilizados do Norte”; e *mais* como um “parceiro” que, em conjunto com a África, pode construir um caminho mais justo para o desenvolvimento¹⁹⁶.

Isto posto, a mudança mais radical na linguagem das missões africanas que se deu a partir do governo Lula, colocou o Brasil como “o país que tem a maior população negra do mundo depois da Nigéria”, e foi combinada com o uso de dados demográficos para reafirmar a população brasileira de mais de 76 milhões de afro-descendentes¹⁹⁷. Tal movimento, tensionou transmitir uma imagem oficial de um país que supostamente se considera negro, e não apenas “marrom” ou “moreno”, já que as definições raciais estipuladas pelo censo do IBGE mudaram para opções mais ‘objetivas’, como pretos e pardos. Não obstante, o censo de 2010 aponta que a soma dos pardos e pretos ultrapassou o limiar de 50%. Para Cicalo, o discurso de negritude nacional, objetivado pelas considerações

¹⁹⁵ CICALO, André. *Ibid*, p.1.

¹⁹⁶ CICALO, André. *Ibid*, p.11.

¹⁹⁷ CICALO, André. *Ibid*, p.12.

demográficas, representa um bom jogo para a agenda brasileira na África, ao mesmo tempo que parece se distanciar das anteriores utilizações culturais da “mestiçagem” em assuntos externos do Brasil¹⁹⁸.

Defendendo que o crescente interesse brasileiro na África coincide com a afirmação da negritude “em casa”, bem como a nível transnacional, Cicalo sugere que existem continuidades e descontinuidades na forma em que os discursos oficiais sobre as relações raciais no Brasil se cruzam com a agenda diplomática do país¹⁹⁹. O que o autor pouco faz, apesar de levantar a questão em sua conclusão, é investigar até que ponto a imagem de uma negritude “unificada” sob o Estado brasileiro não substitui a mitológica democracia racial, na medida em que mais da metade dos homicídios no Brasil tem como alvo jovens negros de 15 a 29 anos, totalizando 77% dos casos²⁰⁰. Além disso, apesar do conteúdo racial ter mudado de conotação na narrativa diplomática brasileira, a aproximação por assimilação continua a ter seu lugar. Assim, tal narrativa abre espaço para a ocultação de práticas autoritárias, na medida em que o “outro” africano é visto como um espelho de si mesmo. Isto posto, se agora a narrativa brasileira propõe que “para cada problema africano existe uma solução brasileira²⁰¹”, vemos emergir um novo discurso, que, apesar de todos os hibridismos e adaptações, mascara em seu cerne uma missão civilizatória.

Neste contexto, além das semelhanças raciais²⁰² e topográfica-naturais²⁰³ fundamentarem-se numa relevante vantagem *vis-à-vis* os demais doadores tradicionais e emergentes, sua naturalização seria também articulada com uma *dimensão temporal*: se Brasil e África podem engendrar uma parceria de cooperação potencialmente promissora, é porque, como um país tropical em desenvolvimento, o Brasil já sofreu com, e venceu muitos, dos problemas que assolam as nações africanas hoje. Isso implicaria, portanto, num *rearranjo* da linha do tempo desenvolvimentista da modernidade²⁰⁴.

¹⁹⁸ CICALO, André. *Ibid*, p.13.

¹⁹⁹ CICALO, André. *Ibid*, p.14.

²⁰⁰ Dados disponíveis em ANISTIA INTERNACIONAL. *Campanha “Jovem negro vivo”*. Ver <<https://anistia.org.br/campanhas/jovemnegrovivo/>>. Acessado em Janeiro de 2016.

²⁰¹ JUMA, Calestou *apud* AMORIM, Celso. “A África tem sede de Brasil”. *Carta Capital*, 28/05/2011. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/politica/a-africa-tem-sede-de-brasil>>. Acessado em Fevereiro de 2016.

²⁰² CICALO, André. 2012.

²⁰³ CESARINO, Leticia. 2012.

²⁰⁴ CESARINO, Leticia. *Ibid*, p.105.

Visto que tal *rearranjo* é proposto por meio de políticas de CSS, torna-se cada vez mais necessário compreender a narrativa das políticas públicas que lhe dão embasamento e que atualmente parecem guiar Angola, e toda a África Lusófona, através de um imaginário particular do desenvolvimento brasileiro. Neste contexto, será extremamente útil ao estudo aqui proposto, as ideias de uma inserção dupla e ambivalente no sistema internacional²⁰⁵; de descontinuidades na narrativa “racial” diplomática brasileira²⁰⁶; e, sobretudo, da tentativa de reduzir, renegociar e eliminar a própria subalternidade no sistema internacional por meio de um *rearranjo* da linha do tempo da modernidade²⁰⁷.

Não obstante, para avançarmos na real compreensão da identidade brasileira e dos consequentes problemas que permeiam as políticas de cooperação, devemos ainda passar pela retirada de sua singularidade cultural. Dito isto, veremos a seguir como a própria construção da identidade brasileira em torno da ideia de desenvolvimento, parte do debate acerca do mito das origens freyriano. Discutiremos assim, o que os três autores até aqui expostos não o fazem, observando – com a ajuda das obras de Laura Lima (2011) e Jessé Souza (2015) –, como a atividade intelectual no Brasil foi moldada sob as bases de um mito, que, ainda nas primeiras décadas do século XX, se pressupôs científico e permitiu a consolidação de tradições do pensamento que até hoje são dominantes e problemáticas para a academia e a vida social e política brasileira.

Aqui, a esperança é de que o exercício analítico de reconstrução das matrizes institucionais da narrativa da cooperação brasileira nos guie à compreensão das atuais relações engendradas em direção à África. Assim, esperamos que ao fim deste capítulo possamos perceber, com maior clareza, como o processo de transnacionalização dos capitais brasileiros e sua associação com políticas públicas para Angola tem consistido em uma particular tentativa de rearranjo temporal e espacial do próprio desenvolvimento, permitindo a constante transformação e redefinição da própria identidade brasileira.

²⁰⁵ SANTOS, Boaventura de S. 2006.

²⁰⁶ CICALO, André. 2012.

²⁰⁷ CESARINO, Leticia. 2012.

3.2

O tradicional pensamento intelectual brasileiro: para além do culturalismo e do economicismo

Compreendendo as ‘ideias-forças’ que informaram os intelectuais brasileiros nas ciências sociais como dependentes de uma identidade nacional mitológica, em sua Teoria Emocional da Ação (TEA) Jessé Souza (2015) defende que qualquer visão que vá de encontro as bases conservadoras culturalistas e economicistas institucionalizadas pelo Estado brasileiro se deparará com grandes obstáculos cognitivos e morais²⁰⁸. Ao revelar as tradições de pensamento que influenciaram e influenciam até hoje a contínua construção identitária brasileira, Souza lança luz à característica classificação pré-moderna que é atribuída à nação, expondo como um discurso que pretende manter intacta a singularidade de um passado ibérico tem se relacionado com os processos de modernização e inserção internacional do país. Aqui, Souza nos fornecerá re-leituras que nos permitirão refletir acerca de obras clássicas do pensamento social brasileiro. No entanto, ressaltamos de antemão que estas consistem em uma visão e interpretação específicas, que não esgotam as discussões acerca do tema, mas nos oferecem interessantes pontos de partida para a compreensão da narrativa da cooperação brasileira.

De acordo com Souza, duas seriam as tradições do pensamento brasileiro dominante: (1) *o culturalismo conservador*, no qual o Brasil é retratado como mais uma sociedade “orientalizada”, cujas características pessoal, corporal e emotiva fincariam eternamente o país em um estágio ‘pré-moderno’ de desenvolvimento, criando mitos nacionais explicativos; e (2) *o economicismo*, cuja inserção brasileira no sistema capitalista mundial é percebida apenas na dimensão econômica (tratando especialmente da troca de mercadorias/fluxo de capitais), sem que se discuta a reprodução simbólica do capitalismo no dia a dia do brasileiro, abrindo caminho para que o culturalismo conservador busque a legitimação externa e interna para seus mitos²⁰⁹. Juntas as duas tradições permitem a manipulação de uma violência simbólica diária, que, através de

²⁰⁸ SOUZA apud LIMA, 2011, p. 46

²⁰⁹ SOUZA, Jessé. *Ibid.*, p. 144-143.

pressupostos ditos “científicos”, legitima a dominação da sociedade de maneira análoga às grandes religiões do passado.

Tendo como base as categorias sociológicas weberianas, Souza revela a construção de uma oposição substancial entre os ‘avançados’ países do centro e as sociedades ‘atrasadas’ da periferia mundial, sob a égide do exemplo ideal da Europa ocidental e dos Estados Unidos. Assim, afirma que diversas categorias científicas têm sido utilizadas veladamente na academia brasileira, sem que seu caráter efetivo torne-se explícito, atuando como um equivalente funcional à ideia de racismo. Para Souza, tal produção intelectual faz parte de uma versão “*culturalista*” do racismo, pois utiliza do discurso cientificista para fundamentar-se em uma suposta superioridade do *estoque cultural* ocidental perante as demais culturas. Como vimos anteriormente, tal ponto de fraqueza está presente mesmo nas teorizações de acadêmicos renomados, como é o caso de Santos (2006), na medida em que este constrói a singularidade da colonização portuguesa como contraponto ao tipo ideal britânico, reificando a excepcionalidade de sua colonização e por vezes dela retirando a brutalidade e a violência que lhe são inerentes, ainda que permeadas pela indecidibilidade de sua posição periférica.

O termo “*racismo cultural*”, que permeia o debate proposto por Souza, foi cunhado por Etienne Balibar (1991) e refere-se à racionalização intelectual e acadêmica de teorias racistas que mimetizam a discursividade científica. Trata-se da capacidade de produzir doutrinas aptas a fornecer chaves interpretativas imediatistas para todo o mundo social, como se evidenciasse algum ‘mistério’ da condição humana – o que torna ainda mais difícil a crítica ao seu conteúdo, e ainda mais importante a sua influência na academia²¹⁰. Consiste, portanto, numa forma indissociável de um fatalismo implícito, que insiste em aprisionar o senso comum a um alegado infantilismo ‘natural’²¹¹.

De acordo com Balibar, o ‘novo racismo’ é o racismo da era de descolonização; é aquele que precisa lidar com uma nova divisão da humanidade, agora residente de um único espaço político. Assim, seu tema dominante já não é mais a hereditariedade biológica, mas a insuperabilidade das diferenças culturais; um racismo que, à primeira vista, não postula a superioridade de determinados grupos ou pessoas em relação aos outros, mas defende a nocividade das fronteiras,

²¹⁰ BALIBAR, Etienne. *Ibid*, p.19.

²¹¹ BALIBAR, Etienne. *Ibid*, p.20.

a incompatibilidade de estilos de vida e tradições²¹² – fazendo com que as concepções biológico-científicas deixem de ser o único meio de naturalizar o comportamento humano e as afinidades sociais.

Nesse sentido, Souza afirma que as categorias weberianas que dão base às tradições do pensamento brasileiro foram instrumentalizadas de maneira a garantir o prestígio científico que permitiu a atribuição de uma ‘universalidade’ às análises sociais referentes aos países do centro, e de uma ‘particularidade’ ou ‘regionalidade’ às análises direcionadas às sociedades periféricas²¹³. Tal instrumentalização seria parte e fruto da adequação da academia brasileira (e dos subsequentes problemas sociais do país) à narrativa teleológica europeia, na tentativa de superar a fase intermediária de transição ao caminho europeu do desenvolvimento, conforme vimos no primeiro capítulo²¹⁴. Isto teria viabilizado a retirada das ambiguidades presentes na obra de Weber, sejam elas sobre a mesquinhez capitalista ou sobre a hipocrisia do protestantismo norte-americano e seu destino manifesto, acabando por mitificar a sociedade estadunidense como exemplo de perfeição capitalista²¹⁵.

A constante classificação das sociedades desenvolvidas como mais racionais e moralmente superiores, implica na cristalização de uma oposição qualitativa que, além de ranquear as sociedades subdesenvolvidas no fim da linha evolutiva da modernidade²¹⁶, as constrói sob uma dimensão cognitiva e moral negativas – fazendo com que estas sejam percebidas como sociedades ‘afetivas’, ‘passionais’, ‘personalistas’ e ‘particularistas’; bem como inculcando a ideia de uma suposta ‘neutralidade’, ‘racionalidade’ e ‘impessoalidade’ universais como característica inerente às sociedades do centro²¹⁷.

Visto que a essencialização de supostas heranças culturais tem sido feita de maneira semelhante à essencialização das diferenças raciais, enquanto a codificação das diferenças raciais foi permitida por um conhecimento biológico-científico que dominava a academia e a sociedade há cem anos atrás, a essencialização das heranças culturais brasileiras passaram a ser legitimadas pela noção de estoque cultural moralmente superior – cuja perpetuação se intensificou

²¹² BALIBAR, Etienne. *Ibid*, p.21.

²¹³ SOUZA, Jessé. *Ibid*, p. 20-21.

²¹⁴ CHAKRABARTY, Dispesh. 2000.

²¹⁵ SOUZA, Jessé. *Ibid*, p. 27. *Grifos meus*.

²¹⁶ JAHN, Beate. 1999.

²¹⁷ SOUZA, Jessé. *Ibid*, p. 23.

graças às tradicionais teorias da modernização e seu ápice teórico no pós-Segunda Guerra Mundial²¹⁸. Ao custo do abandono aparente de seu modelo hierárquico, a cultura também pode pretender-se como natureza, e pode, em particular, funcionar como uma maneira de bloquear *a priori* indivíduos e grupos em uma genealogia, em uma determinação que é imutável e intangível em sua origem. Passou-se assim, de uma teoria de raças, ou, da luta entre as raças na história humana a uma teoria das “*relações raciais*” no seio da sociedade, que não naturaliza o pertencimento racial mas sim o seu comportamento racista²¹⁹.

Não surpreende, portanto, que por trás desta argumentação repousem variantes da ideia de que as culturas históricas da humanidade podem ser divididas em dois grupos principais, um que se supõe universalista e progressista, e outro que é suposto como irremediavelmente particularista e primitivo²²⁰. Mesmo com seu aparente declínio após décadas ‘perdidas’ – de endividamento e recessão por toda a América Latina, nos anos 1980 e 1990 –, a teoria da modernização “*só morre para se transformar no pano de fundo não tematizado das grandes teorias sociais*”²²¹. De acordo com Souza, os efeitos políticos desse modelo hegemônico de pensar o mundo são: (1) uma acomodação ‘*para dentro*’, que isenta a sociedade estadunidense de qualquer mudança desejável, na medida em que esta é tida como exemplo pleno e perfeito de modernidade realizada; e (2) uma consequente legitimação e dominação completa dos Estados Unidos, já que sua modernidade representa um positivo “conjunto unitário e homogêneo de orientações valorativas”²²².

Nesse sentido, num resgate da obra de Edward Said (2007), Souza afirma que a sociedade brasileira, na medida em que naturaliza esse sistema classificatório opressor, exerce o papel de um “perfeito exemplo do ‘orientalizado’ oposto ao Ocidente”²²³. Em sua crítica humanista, Said expõe campos de conflito ao revelar os latentes debates e rotulações antagônicas, que possuíam como fim comum a criação de uma identidade coletiva acerca do Oriente anteposta à troca intelectual e à sua compreensão. Ao debruçar-se sobre o modo de abordar o Oriente como um lugar especial na experiência ocidental

²¹⁸ SOUZA, Jessé. *Ibid*, p. 146.

²¹⁹ BALIBAR, Etienne. *Ibid*, p.22.

²²⁰ BALIBAR, Etienne. *Ibid*, p.25.

²²¹ SOUZA, Jessé. *Ibid*, p. 36. *Grifos meus*.

²²² SOUZA, Jessé. *Ibid*, p. 28.

²²³ SOUZA, Jessé. *Idem*.

européia e na própria construção e definição do Ocidente, Said observa que “as ideias, as culturas e as histórias não podem ser seriamente compreendidas ou estudadas sem que sua força ou, mais precisamente, suas configurações de poder também sejam estudadas”²²⁴. Assim, a relação de poder entre Ocidente e Oriente apresenta “graus variáveis de uma hegemonia complexa”²²⁵, cuja estrutura é particularmente mais valiosa “como um sinal do poder europeu-atlântico sobre o Oriente do que como um discurso verídico sobre o Oriente (o que, na sua forma acadêmica ou erudita, é o que ele afirma ser)”²²⁶.

Ao longo do último século, o considerável investimento material na elaboração de um corpo teórico e prático que legitima o status quo de uma estrutura excludente e reprodutora de desigualdades também se fez presente nas experiências brasileiras. Assim, tal qual exposto por Said por meio de sua influência gramsciana e foucaultiana, estes são resultantes de uma hegemonia cultural em ação que confere ao Orientalismo sua durabilidade e força²²⁷. Isto porque a persistente impregnação de sistemas hegemônicos culturais deve-se à coerções internas não necessariamente inibidoras, mas, sobretudo, ‘produtivas’²²⁸.

Hegemônica desde a sua criação na década de 1930, a interpretação culturalista brasileira ganhou forma através dos escritos de Gilberto Freyre em *Casa-grande & senzala*. Em sua obra, Freyre forneceu uma interpretação da realidade social brasileira que justificava sua singularidade cultural a partir de um ‘capital social’ de relações sociais pré-modernas. Assim, através de tipificações do senso comum como o ‘jeitinho’, consolidou-se a noção de que as relações influentes de favores/proteção comandariam a hierarquia social brasileira, bem como a vida institucional fundamentada por uma elite patrimonialista, pré-moderna e parasitária. Freyre não oferece uma análise da dimensão institucional

²²⁴ SAID, Edward. *Ibid*, p.32. *Grifos meus*.

²²⁵ SAID, Edward. *Idem*.

²²⁶ SAID, Edward. *Ibid*, p.33.

²²⁷ SAID, Edward. *Ibid*, p.34.

²²⁸ A percepção de coerções internas, não necessariamente inibidoras e sobretudo *produtivas*, tal qual utilizada por Said (*Ibid*, p.343), exprime uma combinação das definições desenvolvidas tanto por Gramsci quanto por Foucault. Em Gramsci, a ideia de dupla perspectiva, presente nas análises da ação política e da vida estatal, pressupõe que estas são resultado da coexistência simultânea e dialética entre o poder de coerção e de criação de consensos, cuja dominação hegemônica abrange os campos político, cultural, moral e linguístico (GRAMSCI, 2000:33). Já em Foucault, a ideia de poder produtivo também é definida não apenas como uma força que coíbe, mas que de fato “permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso”, e que deve ser considerada como “uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir” (FOUCAULT, 1979:8).

“que premia os comportamentos afins e castiga o desvio”²²⁹, na medida em que seu objetivo primário é apenas criar uma solidariedade nacional, tendo como norte a concepção de sociedade perfeita estadunidense, campeã “da democracia e da eficiência econômica por razões meramente ‘culturais’”²³⁰. Conforme elucidado por Balibar, tal movimento tornou-se possível porque a própria ideia de hierarquia presente nestas tipificações é *reconstituída*, por um lado, na aplicação prática de sua doutrina – sem precisar ser declarada ou esmiuçada explicitamente –, e, por outro, no mesmo tipo de critérios aplicados para pensar a diferença entre as culturas²³¹. Apesar de sua existência latente, tais tipificações nunca revelam claramente o que constitui e alimenta a estratificação social, sendo esta sempre fruto de relações e práticas abstratas.

Não obstante, a força e a proporção alcançadas pela obra de Freyre criaram hoje o que Souza compreende como “uma ‘segunda pele’ para todos os brasileiros, intelectuais ou não”²³². Isto porque foi Freyre quem inverteu a concepção ‘racista-científica’ que retirava a possibilidade de futuro do Brasil. Para Souza, foi ao interpretar a miscigenação como ‘virtude e beleza’ que Freyre logrou construir um vínculo afetivo e uma identificação positiva entre os indivíduos e a nação. No entanto, sua disseminação maciça só foi possibilitada quando a ideia se transformou em política de Estado, “a ser ensinada nas escolas e cantada em prosa e verso como fundamento da ‘unidade morena’ da nação brasileira”²³³.

Redutora de diferenças, a narrativa da miscigenação racial associou-se com ideias afetivas (de cordialidade, hospitalidade e sensualidade, dentre outras), para emoldurar as características inerentes ao povo brasileiro. Nas palavras de Freyre,

²²⁹ SOUZA, Jessé. *Ibid*, p. 41.

²³⁰ SOUZA, Jessé. *Ibid*, p. 45.

²³¹ BALIBAR, Etienne. *Ibid*, p.24.

²³² SOUZA, Jessé. *Ibid*, p. 29. O personalismo presente na ideia de que os conflitos sociais no Brasil não são resolvidos baseados em casos judicialmente concretos, mas apenas a partir de relações pessoais informais (ou seja, do ‘jeitinho’), tem sido constantemente atualizado. Para Souza, sua referência principal tem lugar nas produções de Roberto DaMatta, cuja redefinição do personalismo freyreano em uma versão “contemporânea” (“Você sabe com quem está falando?”) corrobora a percepção de que os brasileiros se comportam de modo inverso às instituições fundamentais (como o Estado e o mercado), nas quais “*heranças culturais misteriosas*” prevalecem sem qualquer relação direta com a institucionalização que organiza a vida em sociedade, além de reificar a ideia de que tais práticas seriam uma exclusividade periférica brasileira (p.85).

²³³ SOUZA, Jessé. *Ibid*, p. 30.

entre essas duas místicas – a da Ordem e a da Liberdade, a da Autoridade e a da Democracia – é que se vem equilibrando entre nós a vida política, precocemente saída do regime de senhores e escravos. Na verdade, o equilíbrio continua a ser entre as realidades tradicionais e profundas: sadistas e masoquistas, senhores e escravos, doutores e analfabetos, indivíduos de cultura predominantemente europeia e outros de cultura principalmente africana e ameríndia. E não sem certas vantagens, as de uma dualidade não de todo prejudicial à nossa cultura em formação, enriquecida de um lado pela espontaneidade, pelo frescor de imaginação e emoção do grande número, e, de outro lado, pelo contato, através das elites, com a ciência, com a técnica e com o pensamento adiantado da Europa. Talvez em parte alguma se esteja verificando com igual liberdade o encontro, a intercomunicação e até a fusão harmoniosa de tradições diversas, ou antes, antagônicas, de cultura, como no Brasil. É verdade que o vácuo entre os dois extremos ainda é enorme; e deficiente a muitos respeito a intercomunicação entre duas tradições de cultura. Mas não se pode acusar de rígido, nem de falta de mobilidade vertical – como diria Sorokin – o regime brasileiro, em vários sentidos sociais um dos mais democráticos, flexíveis e práticos²³⁴.

Cria-se assim, no seio do Estado modernizante varguista, o “mito da brasilidade e sua celebração das virtudes ambíguas da pré-modernidade”, que mais tarde se transformaria “em ‘ciência’ conservadora com toda a ‘aparência de ciência crítica’”²³⁵. Souza ressalta ainda como a institucionalização dessas ideias viabilizaram a imaginação e a criação de uma ‘vida própria’, cuja gênese é ocultada, passando a influenciar a pauta da vida diária social e política brasileira. Uma vez institucionalizado, de uma construção intelectual que o mito de origem brasileiro pode servir aos mais diversos interesses.

Foi, portanto, durante a década de 1930 que os intelectuais brasileiros puderam atuar como agentes diretos da modernização e do desenvolvimento de reivindicações ontológicas sobre a identidade da nação²³⁶. Buscando justamente evidenciar o lugar político no qual estes estavam inseridos, Laura Lima (2011) destaca dois processos que permitiram moldar a atividade intelectual brasileira: (1) a vantajosa posição dos intelectuais como autoridades centrais acerca das políticas de modernização promovidas pelo Estado nos séculos XIX e XX; e (2) a consequente defesa da centralização do Estado pelos intelectuais do primeiro quartel do século XX, movimento este em dissidência contra o sistema republicano liberal (1889- 1930) da época²³⁷.

Não obstante, a vinda da corte portuguesa (1808) serviu de estímulo a um inédito desenvolvimento institucional no seio das colônias, promovendo uma série de medidas modernizantes que visavam, na europeização do Rio de Janeiro,

²³⁴ FREYRE, Gilberto. 2006, p.115.

²³⁵ SOUZA, Jessé. *Ibid*, p. 31.

²³⁶ LIMA, Laura. 2011, p. 37.

²³⁷ LIMA, Laura. *Ibid*, p. 36.

acomodar a nova sede do Império Português. Ao mesmo tempo, a chegada ao Brasil viabilizou a aliança da corte com as elites coloniais locais, e, lançada as bases para a consolidação do colonialismo interno, a apresentação do país como “extensão da Europa nos trópicos” contou com o empenho pessoal do Imperador Pedro II. Este, por sua vez pode se dedicar à construção de uma imagem “*that stood shoulder to shoulder with European culture, innovation, and fashion*”, orientando as representações brasileiras pelo mundo a promover o Brasil como uma colônia moderna, industrial e civilizada²³⁸. A tentativa dos intelectuais da corte de retratar o Brasil como o centro de ciência e civilização nos trópicos teve de ser abandonada, no entanto, na medida em que o cientificismo europeu do século XIX vivenciava a adoção de teorias raciais – que atribuíam ao Brasil uma suposta incapacidade de superar problemas, devido aos séculos de miscigenação vividos.

A ausência de perspectiva teria feito com que os intelectuais brasileiros ancorassem seu projeto nacionalista na necessidade da construção social de uma identidade, cuja anseios incluíam também um projeto nacional de modernização – que Lima define como passível de compreensão apenas quando inserido na crise mais ampla do sistema republicano liberal no Brasil²³⁹. Neste contexto, se as sucessivas ondas de modernização implementadas pela realeza no século XIX deram origem a uma classe cuja lealdade estava com o Estado, e não com o Império, quando as oligarquias agroexportadoras tentaram enfraquecer as estruturas do Estado e de sua burocracia, os mais dinâmicos setores da sociedade foram ao seu resgate²⁴⁰.

A geração de dissidentes deste período formou assim, os intelectuais do Estado centralizado, cuja prerrogativa tomou precedência sobre qualquer preocupação com o bem-estar da população. Segundo Lima, isso não significa que

²³⁸ LIMA, Laura. *Idem. Grifos meus.*

²³⁹ A república brasileira (estabelecida por um golpe militar que derrubou o Imperador Pedro II, em 1889) foi fruto de uma reconfiguração política que permitiu o revezamento do controle do poder entre as elites agrárias e um emergente setor industrial localizado nos dois Estados mais poderosos da federação (Rio de Janeiro e São Paulo), até 1930. De acordo com Lima, nos primeiros anos de república o controle central do Estado, alinhado ao corolário liberal, retirou sistematicamente do poder federal a supervisão de setores que antes eram governados pelo Império, tornando constante a descentralização de propriedades e receitas estatais. Tais medidas geraram o descontentamento de setores profissionais ligados à burocracia estatal, que, na forma da burocracia civil, das forças armadas, e dos profissionais liberais, tiveram um importante papel na ligação entre um Estado centralizado e forte e o projeto da modernidade. LIMA, Laura. *Ibid.*, p.40-41.

²⁴⁰ LIMA, Laura. *Ibid.*, p.42.

não havia qualquer preocupação com as classes marginalizadas, mas esta, quando ocorria, tornava-se secundária ao objetivo de recuperar o lugar destes intelectuais nas instituições estatais. Assim, as dissidências contra o liberalismo formaram os contornos do comportamento intelectual nos anos 1930 e 1940, fazendo com que os intelectuais daquela geração, como Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda, se apresentassem como ‘salvadores do Estado’ e ‘guardiões da modernidade’, da qual eram os principais agentes e beneficiários.

O ponto central na discussão proposta por Lima reside no fato de que a grande virada intelectual desta geração de pensadores não residiu em sua pretensão política, nem em seu inerente elitismo. A novidade desta geração foi a conjugação bem sucedida de um discurso acadêmico com o discurso do Estado, fundamentais para forjar a construção da identidade brasileira em um conjunto de ideias que até hoje são internalizados, implícita e explicitamente, na política e pesquisa acadêmica brasileira²⁴¹. Não surpreende, portanto, que, uma década após a intensificação da luta política entre intelectuais e agroexportadores oligárquicos, o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) abrangeria um projeto de modernização ainda sem precedentes. Com Vargas, o quadro institucional do país foi informado por intelectuais que voluntariamente participaram de seu esforço de modernização. Além disso, como agentes e beneficiários neste processo de construção do Estado, os intelectuais lograram recuperar o seu lugar na política, sendo no contexto específico do golpe de 1930 que uma forma particular de teorização tornou-se a forma hegemônica de pensar o Brasil ao longo dos últimos oitenta anos²⁴².

Representantes oficiais do culturalismo conservador e fundadores da sociologia moderna brasileira, Freyre e Buarque foram então, os responsáveis pela construção do senso comum no qual o brasileiro se percebe. Enquanto Freyre produziu o mito, Buarque assentou as bases para a sua “autoridade científica”, atrelando à análise de Freyre a aplicação do conceito weberiano de ‘patrimonialismo estamental’²⁴³. Ao se apropriar da ideia de singularidade

²⁴¹ LIMA, Laura. *Ibid*, p.44.

²⁴² LIMA, Laura. *Idem*.

²⁴³ A definição weberiana de patrimonialismo, na qual Buarque se baseia, exige uma série de fatores socioeconômicos, cuja ‘dominação patrimonial’ pressupõe uma configuração institucional específica. Para Weber, a dominação do quadro administrativo e burocrático estatal ocorre apenas quando da necessidade de delegação do poder devido à uma enorme expansão territorial, “*vinculada simultaneamente à carência dos instrumentos de controle deste mesmo poder fático*”

cultural, Buarque inverteu o diagnóstico “positivo” de Freyre sem necessariamente discutir os pressupostos não científicos que os guiava, alegando ser justamente nossos traços culturais afetivos a fonte de todos os problemas sociais e políticos²⁴⁴.

Ao enfatizar o personalismo como uma característica estritamente institucional e política, e portanto, *patrimonial*, Buarque o direciona apenas de acordo com sua ação no seio do Estado, ainda que este se pressuponha presente em todas as esferas e dimensões da vida pública²⁴⁵. Neste sentido, Buarque afirma que

o Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. (...) Com efeito, onde quer que prospere e assente em bases muito sólidas a idéia de família — e principalmente onde predomina a família de tipo patriarcal — tende a ser precária e a lutar contra fortes restrições a formação e evolução da sociedade segundo conceitos atuais. A crise de adaptação dos indivíduos ao mecanismo social é, assim, especialmente sensível no nosso tempo devido ao decisivo triunfo de certas virtudes antifamiliares por excelência, como o são, sem dúvida, aquelas que repousam no espírito de iniciativa pessoal e na concorrência entre os cidadãos. (...) Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. (...) O funcionalismo patrimonial pode, com a progressiva divisão das funções e com a racionalização, adquirir traços burocráticos. (...) No Brasil, pode dizer-se que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses [de adquirir traços burocráticos]. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre esses círculos, foi sem dúvida o da família aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade. E um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar — a esfera, por excelência dos chamados “contatos

pelo dominador ou líder”, ocasionada ainda pela inexistência de uma economia monetária desenvolvida, pela existência de um direito não formal, e por uma legitimação ‘mágico-religiosa’ do poder político. No caso brasileiro, como bem observado por Souza, a burocracia estatal com meios para atuação em todo território nacional só se constituiu em meados do século XX, “já em um contexto de desenvolvimento capitalista intenso e rápido” (SOUZA, Jessé. *Ibid*, p. 64 - *grifos meus*).

²⁴⁴ Buarque desenvolve o conceito weberiano apenas em sua aplicação nominal, de maneira a-histórica, sem ater-se à especificidade conceitual exigidas por Weber. Não obstante, tal como o personalismo, o patrimonialismo articulado por Buarque tem sofrido atualizações ao longo do tempo. Souza indica a obra de Raymundo Faoro, *Os donos do poder* (1987) como exemplo da aplicação contemporânea de seus princípios basilares. Aqui, o Estado brasileiro responderia pela característica não democrática, particularista e baseada em privilégios que ‘marcam’ seu exercício político. A comprovação de tal hipótese viria justamente das raízes da formação do Estado português, como se todo o processo de modernização brasileiro estivesse fadado à uma herança ibérica indesejada, que se alonga de modo ‘natural’ e imutável através do tempo (SOUZA, Jessé. *Ibid*, p. 53).

²⁴⁵ SOUZA, Jessé. *Ibid*, p.11.

primários”, dos laços de sangue e de coração — está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. Isso ocorre mesmo onde as instituições democráticas, fundadas em princípios neutros e abstratos, pretendem assentar a sociedade em normas antiparticularistas²⁴⁶.

Tal movimento foi crucial para que o mercado deixasse de ser visto como uma instituição ambivalente, na medida em que dele foram separados os interesses econômicos das considerações políticas e morais. O Estado, por sua vez, foi “‘congelado’ ao lado de uma suposta ‘elite privilegiada’, a qual, como ninguém a define, *se refere a todos e a ninguém* e pode ser usada em qualquer contexto a bel-prazer do falante (quase sempre, ele próprio, de alguma ‘elite’)”²⁴⁷.

A contribuição de Jessé Souza para o debate aqui proposto vem justamente da sua concepção acerca das “ideias-forças” que dominam a vida política brasileira contemporânea. Sua tese é a de que a percepção criada a partir do mito da singularidade cultural brasileira reflete uma outra percepção particular da relação entre mercado, Estado e sociedade — que relega ao Estado o comportamento emocional, incompetente e corrompível; ao mesmo tempo em que reifica o mercado como o campo da racionalidade e virtude. A articulação das ideias de personalismo e patrimonialismo permitiu uma velada associação entre mercado e sociedade, representando interesses particulares de maneira universalizante, ao mesmo tempo em que incriminava a ação e intervenção estatal como indício de práticas culturais ineficientes e corruptas.

Esquece-se, portanto, da dimensão social do Estado e da sua própria concepção dialética e co-constitutiva em relação à sua sociedade civil, que, em termos gramscianos, tornaria possível a análise da atuação do Estado brasileiro a partir da perspectiva de um conjunto de organizações privadas que constituem os aparelhos privados de hegemonia, e que por sua vez, influenciam e fazem parte de processos decisórios e políticas empreendidas pelo Estado. Assim, uma vez legitimado e corroborado cientificamente, o mito da singularidade cultural brasileira impede que a sociedade também se veja como parte do Estado.

Isto posto, a personalização do Estado nos conduz e condena à colonização do debate político: se interesses e ideias não são mais apresentadas ou abordadas

²⁴⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. 1995, p.141;143; 144; e 146.

²⁴⁷ SOUZA, Jessé. *Ibid.*, p. 33. *Grifos meus.*

como esferas em conflito, a sua naturalização e homogeneização nos direciona à divisão do mundo político entre “honestos” e “corruptos”²⁴⁹. Nesse sentido,

o tema do patrimonialismo não só oferece a semântica através da qual toda a sociedade compreende a si mesma, mas também coloniza a forma peculiar como o próprio debate político se articula no Brasil e na América Latina. O tema do patrimonialismo, precisamente por sua aparência de “crítica radical”, dramatiza um conflito aparente e falso, entre mercado idealizado e Estado “corrupto”, sob o pretexto de deixar à sombra todas as contradições sociais de uma sociedade – e nela incluindo tanto seu mercado quanto seu Estado –, que naturaliza desigualdades sociais abissais e um cotidiano de carência e exclusão²⁵⁰.

Mais importante do que ressaltá-la, é urgente a retirada da singularidade cultural brasileira, na medida em que compreendemos a modernidade ocidental como “um todo ambíguo e contraditório”²⁵¹ – seja no centro ou na periferia mundial –, cuja hierarquia social tem sido legitimada através da máscara do cientificismo e sua suposta neutralidade racional. Isto posto, apesar da perspicaz análise acerca da dupla colonização à qual o Brasil foi submetido, crucial para a compreensão de sua indecidibilidade e híbrida inserção internacional, Santos, tal qual Freyre e Buarque, deixa-se seduzir pelo mesmo culturalismo mascarado de cientificismo. Assim, sua busca por uma excepcionalidade no colonialismo português, em muito se assemelha à tentativa de Freyre na criação de uma visão folclórica e positiva para o futuro do Brasil, uma vez que ambos posicionam suas argumentações em relação a um tipo ideal, normativo, provinciano e ‘perfeito’ de civilização: a colonização britânica e o capitalismo estadunidense.

Nesse sentido, ainda que a colonização portuguesa esteja situada por sua dupla característica – e ainda que Portugal tenha “*uma participação pioneira na construção desse sistema e, portanto, no jogo de espelhos entre Próspero e Caliban*”²⁵² –, ela assim o é, porque, em sua essência, a prática colonial exige espaços híbridos, *indecidíveis*, no quais o próprio colonizador teme e tenta se diferenciar do colonizado ao mesmo tempo em que necessita desesperadamente de seu reconhecimento (Bhabha, 1994). Tais espaços híbridos, não seriam, portanto, uma exclusividade portuguesa, na medida em que as sociedades coloniais não podem ser “convertidas” em sua totalidade pelo discurso hegemônico da metrópole. Dito isto, a não percepção da real dimensão e ossatura institucional,

²⁴⁹ SOUZA, Jessé. *Ibid*, p. 34.

²⁵⁰ SOUZA, Jessé. *Ibid*, p. 35.

²⁵¹ SOUZA, Jessé. *Ibid*, p. 36.

²⁵² SANTOS, Boaventura de S. *Ibid*, p.P.256. *Grifos meus*.

além de nos direcionar à análises superficiais dos efeitos (e não das causas) dos problemas sociais, suprime diferenças e impossibilita a discussão acerca dos instrumentos básicos de classificação social articulados para a manutenção do status quo hierárquico estabelecido – caso da ideia de raça e identidade racial, que passaram a ser definidas como categoria mental da modernidade, conforme vimos com Aníbal Quijano (2005) no primeiro capítulo.

O Brasil construído por Freyre e por Santos não parte da análise de nossas próprias relações sociais institucionais, mas sim da comparação com um tipo ideal que é, *per se*, fictício e inalcançável. Se somos singulares, é porque nossas ações são afetivas e não racionalizadas, ao contrário do caso norte-americano e britânico. A “fantasia compensatória” freyreana reside na tentativa de transformar uma suposta inferioridade em virtude, justificando porque, apesar das similitudes territoriais e do passado escravista, ambos os países traçaram trajetórias distintas de desenvolvimento²⁵³ – ao que tudo indica, a mesma fantasia parece ter inspirado Santos em sua análise do colonialismo português.

Nesse sentido, Souza considera que Freyre inventa a pré-modernidade como virtude ambígua do orgulho brasileiro. A virtude de tal identidade nacional seria pragmática, na medida em que, desprovida de base científica, serve enquanto “mito nacional”, ou, nas palavras de Souza, como um “conto de fadas para adultos”. O problema central na criação do mito reside, portanto, na pretensão de sua instrumentalização científica, que coloniza o “interesse na procura da verdade pelo interesse pragmático e político que anima o mito nacional”²⁵⁴. A própria defesa do estoque cultural como causa e legitimação da desigualdade transformou o racismo conhecido até então. Se o racismo ‘aberto’, biológico, tornou-se obsoleto e insustentável, sua substituição se dá em dimensões ainda maiores, na forma velada como o conhecimento é manipulado para a explicação da distribuição assimétrica de riqueza, recursos naturais e poder.

A tradição *economicista* do pensamento brasileiro, por sua vez, não necessariamente precisou remeter ao racismo cultural empreendido pelas teorias de estoques culturais, embora por vezes faça uso deste. A “cegueira” inerente à tal tradição perpassa, sobretudo, a imaginação do comportamento humano como algo reduzido a estímulos meramente econômicos, em que a cientificidade se

²⁵³ SOUZA, Jessé. *Ibid*, p. 44.

²⁵⁴ SOUZA, Jessé. *Idem*.

comprova de acordo com a quantificação de determinada ação, sem que a qualidade e sustentação de seus pressupostos sejam sequer observados²⁵⁵. Souza identifica o início desta tradição com Caio Prado Júnior, em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), e sua localização da colonização brasileira na expansão do capitalismo comercial europeu²⁵⁶. No entanto, sua consolidação viria com a forte influência da teoria da dependência nas obras de Raul Prebisch e da CEPAL, nas décadas de 1950 e 1960. Aqui, o debate em voga na produção intelectual brasileira se deu na tentativa de compreender sua subordinação econômica, bem como sua produção e reprodução, levando a diagnósticos que sugeririam a superação da dependência a partir de uma “direção política adequada”²⁵⁷.

Tomando como exemplo as obras de Francisco de Oliveira e Florestan Fernandes, que representariam o ponto alto da tradição economicista de viés marxista, Souza elucida como análises que reificam apenas os eventuais interesses de frações de capital passaram a ser representadas como referência única de análise social. A crítica aqui é a de que a lógica material e econômica é constantemente contraposta a uma lógica simbólica, não econômica. De acordo com Souza, as análises economicistas, apesar da relevância de suas produções, falham ao não perceberem que a lógica econômica também é perpassada por uma dimensão simbólica. Nesse sentido, ao imaginar a existência de realidades materiais não mediadas simbolicamente, negligencia-se o trabalho de dominação social “*que se transforma em ‘convencimento’, em dominação aceita e ‘desejada’ pelo próprio oprimido*”²⁵⁸.

Em *Crítica à razão dualista* (1972), Francisco de Oliveira estabelece o debate acerca do processo de industrialização brasileira no pós-1930, etapa em que a industrialização passa a ser o setor-chave para a dinâmica do sistema econômico do país²⁵⁹. Ao criticar o conceito de subdesenvolvimento enquanto conceito singular, o autor ressalta que o mesmo deveria incutir a ideia de transição, na qual “o ‘subdesenvolvimento’ é precisamente uma ‘produção’ da expansão do capitalismo”²⁶⁰, que se constitui por meio da articulação de um setor moderno e outro atrasado – sendo, portanto, uma “*formação capitalista e não*

²⁵⁵ SOUZA, Jessé. *Ibid*, p.106.

²⁵⁶ SOUZA, Jessé. *Ibid*, p.109.

²⁵⁷ SOUZA, Jessé. *Ibid*, p.110.

²⁵⁸ SOUZA, Jessé. *Ibid*, p.116. *Grifos meus*.

²⁵⁹ OLIVEIRA, Francisco. 1972, p. 5.

²⁶⁰ OLIVEIRA, Francisco. *Ibid*, p. 8.

simplesmente histórica”²⁶¹. Negando a oposição de ambos os setores, Oliveira demonstrou sua simbiose, ao defender que o setor moderno se alimenta e explora o setor atrasado, o que por sua vez explicaria a manutenção de seu dinamismo²⁶². Assim, a partir de Oliveira, a discussão do subdesenvolvimento passou a considerar também as relações internacionais; e a oposição entre as nações, cujo desenvolvimento ou o crescimento seria um problema que diz respeito ao conflito de suas classes sociais internas, além de suas respectivas relações de troca²⁶³.

O ponto crucial apontando por Souza, é que, para Oliveira, o processo de industrialização não poderia ser visto como um problema de consumo, mas sim como um problema de realização do excedente, que consolidou um modelo de desenvolvimento econômico altamente concentrador de renda, de propriedade e de poder – na medida em que a própria regulamentação do trabalho no período populista garantiu o processo de acumulação, em vez de prejudicá-lo. Dessa forma, “a legislação interpretou o salário mínimo rigorosamente como ‘salário de subsistência’, isto é, de reprodução (...) não existe na legislação, nem nos critérios, nenhuma incorporação dos ganhos de produtividade do trabalho”²⁶⁴. Isto posto, a massiva transferência de recursos se deu através da expropriação do excedente da propriedade rural, combinando baixos salários com alta produtividade, visando a importação de tecnologia de ponta para os meios de produção industriais através dos baixos custos dos alimentos e da subsistência urbana²⁶⁵.

Souza afirma que Oliveira estava correto ao afirmar que foi a precária base interna de acumulação e investimentos externos que teria obrigado, por meio da legislação trabalhista e de um salário mínimo defasado, o aumento da exploração da força de trabalho no Brasil²⁶⁶. No entanto, ainda que tais direitos tenham constituído uma classe trabalhadora, esta não pode se realizar institucional ou politicamente – limites estes que, apesar de indicados pelo próprio Francisco de Oliveira, não foram explicados e ultrapassados. Isto posto, Souza afirma que o teórico não percebe “que os atores, individuais ou coletivos, produzem e reproduzem consensos sociais que não são mera decorrência de interesses

²⁶¹ OLIVEIRA, Francisco. *Idem*.

²⁶² SOUZA, Jessé. *Ibid*, p.111.

²⁶³ OLIVEIRA, Francisco. *Ibid*, p. 8.

²⁶⁴ OLIVEIRA, Francisco. *Ibid*, p. 11.

²⁶⁵ SOUZA, Jessé. *Ibid*, p.112-113.

²⁶⁶ SOUZA, Jessé. *Ibid*, p.114.

econômicos”²⁶⁷. Para além de assegurar “a formação de um enorme ‘exército de reserva’ propício à acumulação”²⁶⁸, faltou à análise de Oliveira a compreensão do que Souza chama de “*trabalho da dominação*”, “que possibilita que classes inteiras possam, inclusive, agir de modo contrário aos seus interesses”²⁶⁹.

Ainda que a percepção do Brasil como parte de um esquema global do capitalismo mundial seja alcançada com Oliveira, esta é identificada como um inserção quase que exclusiva da dimensão econômica, baseada nas trocas de mercadorias e fluxos de capitais. Souza alerta, assim, que tal abordagem unidimensional não tematiza a reprodução simbólica do capitalismo, abrindo caminho justamente para as teorias culturais conservadoras, sustentando mitos nacionais que se legitimam interna e externamente²⁷⁰.

Florestan Fernandes, por sua vez, é visto por Souza como o teórico que mais avançou na tentativa de superar as tradições culturalista e economicista, por mais que resquícios destas ainda sejam encontrados nas críticas à sua obra. Em *A Revolução Burguesa no Brasil* (1987), Fernandes concebe a quebra do pacto colonial e a concomitante estruturação do Estado nacional brasileiro como elementos cruciais para a implementação e consolidação do capitalismo no país. Assim, ao contrário das abordagens que reificam o mito nacional brasileiro e a cultura ‘afetuosa’ de seu povo, Fernandes vê justamente na eficácia institucional as bases para a construção de um capitalismo periférico. Isto porque, apesar da associação colonial com o capitalismo comercial internacional, toda a estrutura disponível até então era pensada para o escoamento das riquezas nacionais para a metrópole portuguesa, o que dificultava o dinamismo do mercado interno. Apenas no momento em que se rompe com as estruturas coloniais que novas redes de serviços puderam ser criadas²⁷¹. Sob essa perspectiva,

sem negar a ordem social imperante na sociedade colonial e reforçando-a, ao contrário, as referidas elites atuaram revolucionariamente ao nível das estruturas do poder político, que foram consciente e deliberadamente adaptadas às condições internas de integração e de funcionamento daquela ordem social²⁷².

²⁶⁷ SOUZA, Jessé. *Ibid*, p.115.

²⁶⁸ OLIVEIRA, Francsico. *Ibid*, p. 13.

²⁶⁹ SOUZA, Jessé. *Ibid*, p.120.

²⁷⁰ SOUZA, Jessé. *Ibid*, p.144.

²⁷¹ SOUZA, Jessé. *Ibid*, p.124.

²⁷² FERNANDES, Florestan. 1976, p.32.

Assim, foi justamente por meio da doutrina liberal que se adequaram os interesses da nova sociedade que se formava paulatinamente, conforme apontado por Fernandes. A importância e ambiguidade do ideário liberal são por ele dilucidadas na medida em que a narrativa liberal era empenhada na promoção da expansão de uma ordem social competitiva, travestida de “pregação liberal antiescravista”, que deveria assim, abrir caminho para uma economia de mercado²⁷³ - o que, por sua vez, definiria as possibilidades e os limites para a esfera pública em formação.

Não obstante, a abolição tornou-se uma “*revolução social dos ‘brancos’ e para os ‘brancos’*”²⁷⁴, um compromisso entre elites que institucionalizou o abandono das camadas mais pobres da sociedade para o enfrentamento ‘à própria sorte’ de novas condições socioeconômicas. Ainda que consistisse em um processo “lento e molecular”, caracterizado por uma “endêmica escassez de recursos”, a abolição consistiu na “*mais perfeita expressão de um processo de modernização em que as ‘práticas’ institucionais, como Estado e mercado, e suas consequências sociais e psicossociais se impõem quase como realidade material bruta*”²⁷⁵. Ausente de qualquer preocupação com o ordenamento social estabelecido, a abolição relegava o negro recém liberto ao deslocamento econômico, social e cultural, excluindo-o de qualquer possibilidade no ambiente comercial e concorrencial liberal²⁷⁶.

A falha de Florestan Fernandes, para Souza, residiria justamente na maneira em que este escolhera interpretar o processo modernizador de proporções nacionais. De acordo com Souza, Fernandes se concentrou apenas no rápido processo de modernização paulista no final do século XIX, sem levar em consideração o processo de ‘reeuropeização’ levado a cabo por outros centros urbanos brasileiros desde 1808. Em nota, Fernandes afirma que

os fazendeiros do Oeste paulista, os homens de negócios e os políticos paulistas de origem rural não avançaram sem vacilações e resistências na direção da *racionalização* da produção escrava e na questão da Abolição. Foi só quando já não havia o que defender, que deram os passos finais, mostrando que neles preponderava a condição burguesa sobre o elemento senhorial. Ainda assim, como mostramos acima, tudo isso só foi possível porque eles não chegaram a se identificar tão profundamente com o estilo e os padrões senhoriais

²⁷³ SOUZA, Jessé. *Ibid*, p.125.

²⁷⁴ FERNANDES, Florestan. *Ibid*, p.19. *Grifos meus*.

²⁷⁵ SOUZA, Jessé. *Ibid*, p.127. *Grifos meus*.

²⁷⁶ SOUZA, Jessé. *Ibid*, p.129.

de existência, iniciando, desde os primórdios de seu aparecimento na cena histórica, *a verdadeira transição de um regime a outro*²⁷⁷.

O problema dessa interpretação residiria, precisamente, numa reificação do modelo culturalista patrimonialista, que enfatiza uma excepcionalidade paulista pertencente aos “fazendeiros do Oeste paulista, percebidos como herdeiros dos bandeirantes, e os imigrantes italianos que chegam ao Brasil nas últimas décadas do século XIX” – figuras romantizadas pela ideia de que o processo modernizador brasileiro é “endógeno e se localiza em São Paulo, percebido como uma espécie de ‘Nova Inglaterra Tropical’, que se contraporía ao resto do país atrasado, personalista e corrupto”²⁷⁸. Diante desse quadro, a esperança de rápido progresso nacional permaneceu vinculada aos estereótipos do imigrante italiano; bem como do bandeirante paulista caçador de índios, como o verdadeiro ‘protestante ascético’²⁷⁹. Tal progresso constantemente se via ‘ameaçado’ pelo negro, fadado à classificação fortuita de criminoso e vagabundo, em decorrência da ausência de qualquer classificação social burguesa ou proletária que a ele se aplicasse²⁸⁰.

Apesar de compreender o problema da estratificação desigual da sociedade brasileira como fruto de uma combinação (1) do *abandono secular* do negro e das demais camadas mais carentes da população à própria sorte; e (2) da sua decorrente *inadaptação* ao trabalho livre e sua subsequente incapacidade de agir de acordo com os modelos de comportamento e personalidade impostos por uma sociedade competitiva liberal, Fernandes não percebe, nas palavras de Souza, que a reprodução de um “*habitus* precário” não se dá apenas em decorrência da cor da pele, mas também se refere ao julgamento de um certo tipo de “personalidade” considerada “improdutiva e disruptiva para a sociedade”, e que afeta a população dependente de qualquer cor²⁸¹. Sendo a cor da pele uma “ferida adicional à autoestima do sujeito em questão”²⁸², o preconceito ‘de cor’ não deve, para Souza, ser visto de maneira indolente e separadamente dos outros elementos que o constituem. Caso contrário, tal preconceito torna-se “*uma realidade ‘inercial’ representando ‘resíduos’ do passado que penetram na sociedade competitiva, e que ele [Florestan Fernandes] supõe, a partir do avanço e do desenvolvimento*

²⁷⁷ FERNANDES, Florestan. *Ibid*, p.173. *Grifos meus*.

²⁷⁸ SOUZA, Jessé. *Ibid*, p.128.

²⁷⁹ SOUZA, Jessé. *Ibid*, p.59.

²⁸⁰ SOUZA, Jessé. *Ibid*, p.130.

²⁸¹ SOUZA, Jessé. *Ibid*, p.133-134.

²⁸² SOUZA, Jessé. *Ibid*, p.134.

desta, estejam destinados a desaparecer”²⁸³. Assim, o que se coloca em jogo não é a continuação de um passado atrasado no presente subdesenvolvimento econômico; não é a subjugação do negro em decorrência de sua cor; mas a redefinição moderna do negro como “imprestável” para exercer qualquer atividade considerada relevante e produtiva²⁸⁴.

Vimos até aqui como a atividade intelectual no Brasil foi moldada a partir de processos particulares, ainda nas primeiras décadas do século XX. A particularidade de tais processos remete ao contexto político e social experimentado pelo Brasil, mas não à uma suposta singularidade de sua experiência em relação às experiências de subjugação ao redor do mundo. Neste sentido, a desconstrução da excepcionalidade inerente às tradições conservadoras culturalista e economicista nos permitiu mostrar que, de forma análoga ao preconceito racial, o que parece estar em jogo nas políticas brasileiras de cooperação não é a continuação de um passado colonial no presente subdesenvolvimento econômico; mas a ressignificação do próprio subdesenvolvimento.

3.3

A dupla inscrição do desenvolvimento brasileiro

Ao longo deste capítulo procurei demonstrar como a indecidibilidade das experiências coloniais portuguesa é um processo híbrido, íntimo e psicológico, inerente à característica aproximação e repulsa estabelecidas nas relações entre *qualquer* colonizador e colonizado. Assim, o terreno da cultura contemporânea permanece um espaço de encontros coloniais, onde se erradica ou assimila culturas através dos cortes de uma violência metodológica ou de um movimento duplo – no qual o outro é inferiorizado sob o subterfúgio da autoproteção, e depois resignado à assimilação em prol de um senso de comunidade²⁸⁵. Tal qual defendido por Bhabha (1994), a cultura é feita e enunciada por um hibridismo, uma tradução do encontro com as diferenças, por meio do qual o diálogo torna-se possível.

²⁸³ SOUZA, Jessé. *Idem. Grifos meus.*

²⁸⁴ SOUZA, Jessé. *Ibid.*, p.136.

²⁸⁵ INAYATULLAH, N.; BLANEY, D. L. 2004, p.9.

Nesse contexto, se a inserção internacional do Brasil é dupla e ambivalente, ela não o é apenas porque fomos duplamente colonizados; mas também o é porque a própria experiência colonial abre fissuras para que um mimetismo, uma ambivalência e uma paródia de sua autoridade surjam²⁸⁶. Isto posto, apesar de seu contexto histórico particular, a experiência colonial portuguesa não é singular, uma vez que se assemelha às demais experiências coloniais das metrópoles europeias em tudo o que estas sustentaram de mais cruel.

O movimento intelectual de criação de uma singularidade cultural brasileira, a partir de sua herança ibérica e em relação aos tipos ideias europeu e estadunidense, foi possibilitado pela institucionalização da fantasia lusotropical freyreana, que, contemporaneamente, parece ter sido resgatada de modo a permitir que o Brasil ganhe destaque na sua dupla inserção internacional, na busca pelo seu reconhecimento como importante ator global. Redutora de diferenças, a narrativa da miscigenação como ‘virtude e beleza’ da suposta ‘harmônica democracia racial’, tem sido abandonada pelo discurso diplomático, posto que revela uma face *pré-moderna* brasileira. Entretanto, se o discurso racial é invertido para a promoção de um Brasil negro, as ideias afetivas de cordialidade, sensibilidade, hospitalidade e etc., continuam alimentando o mito da ‘brasilidade’. A ideia de ‘parceria’ proposta pela cooperação brasileira tem promovido, dessa forma, um ‘Brasil do futuro’, cujo passado de relativo sucesso das políticas públicas experimentadas a nível nacional tem viabilizado a tentativa de renegociação do lugar do país na linha do tempo da modernidade.

Não obstante, a exportação de programas de políticas públicas como o Bolsa Família ou o Fome Zero, são exemplos claros de que o Brasil tem sido reconhecido pelas experiências de desenvolvimento social no nível nacional. No entanto, o relativo sucesso nacional de tais experiências é sustentado pelo comprometimento político e financeiro adquirido através de uma construção particular e específica de consensos e coalisões, que não traduzem nem reproduzem as mesmas condições e correlações de forças internas nos países para os quais são exportadas. Isto posto, a CSS brasileira não é sustentada por uma política ou um conjunto de políticas coeso, uniforme. Tais políticas são, na verdade, *fragmentadas*, seja na sua concepção ou entrega²⁸⁷.

²⁸⁶ BHABHA, Homi K. 1994, p.86.

²⁸⁷ MAWDSLEY, Emma. 2012, p.133.

Portanto, tornar-se doador, ou *'parceiro'*, também traz consigo uma simbologia de poder: uma noção e status político/econômico 'mais avançado' e 'dinâmico', com implicações nas balanças de poder regional e até mesmo global²⁸⁸. A fundamentação dessa redefinição, como vimos ao longo deste capítulo, vem da tentativa de reduzir, renegociar e eliminar a própria subalternidade brasileira no sistema internacional. Assim, a aproximação com a África tem se dado através de um jogo de espelhos; de uma incorporação do 'outro' africano no próprio *'self'* brasileiro.

A hipótese lançada aqui, é a de que tal aproximação por assimilação abre espaços para narrativas e práticas autoritárias, que reverberam nas contradições e ambiguidades encontradas em algumas das iniciativas brasileiras de CSS. Neste sentido, o próprio 'rearranjo' proposto visa *'redefinir para não mudar'*: redefine-se o modo e os atores capacitados para o desenvolvimento a nível global, mas se mantém (ou até mesmo se amplia) a exclusão a nível nacional/local.

Dito isto, o capítulo seguinte terá como desafio a análise da narrativa brasileira na cooperação para o desenvolvimento direcionada para a Angola. A intenção será a de expor as estratégias discursivas empreendidas, buscando salientar as lacunas presentes em suas retóricas e as ambivalências perante a produção e naturalização de hierarquias – que tendem a reproduzir institucionalmente a extensão de seu poder e o alcance de sua influência –, apontando o quanto as construções discursivas dizem mais acerca daquele que as constrói do que do próprio objeto de discurso²⁸⁹.

²⁸⁸ MAWDSLEY, Emma. *Ibid*, p.4.

²⁸⁹ KAPOOR, Ilan. 2008.

4

Jogos de espelhos: uma análise da narrativa da cooperação brasileira em Angola

E, um dia, um jornalista brasileiro, não necessariamente muito bem informado, perguntou: “Ministro, por que que o senhor dá tanta atenção à América do Sul?”. Eu só fiquei com pena que não foi ao vivo, então eu tive que repetir a frase depois, porque era na televisão. Eu disse: “Porque eu moro aqui. Se eu morasse noutra lugar, morasse na Europa, talvez eu desse mais atenção à Europa, mas eu moro aqui na América do Sul, eu vivo aqui na América do Sul.” E eu acho que, da África, a gente pode, por fazendo uma troca, dizer: a África mora aqui. Então, a razão principal do Brasil dar atenção à África – há muitas outras: econômicas, estratégicas, políticas – , mas a principal é essa: *a África mora no Brasil*. Ela mora em nós²⁹⁰.

Falar de desenvolvimento é, ao mesmo tempo, nos colocarmos dentro de um discurso no qual durante muito tempo a supremacia do Norte perante o Sul global foi tida como certa; é também estabelecer a sua normatividade, por meio da qual encontros e representações são cada vez mais codificados e inseridos nas dicotomias de ajuda/desenvolvimento, civilizado/bárbaro, pobres/ricos, desenvolvidos/subdesenvolvidos. A narrativa que permeia os projetos de desenvolvimento presentes na CSS, em especial aqueles exportados do Brasil para a África Lusófona, pode ser identificada como uma tentativa de aproximação através da fuga dessas dicotomias, por meio de um compartilhamento de identidades, valores e normas, que, através da criação de um framework institucional, produz uma realidade multicultural alternativa, tornando os países africanos mais próximos do Brasil do que de qualquer outro país do Norte.

Ao conhecermos o discurso e o lócus de enunciação do outro na sociedade, revelamos o processo inacabado de descolonização e sua contínua opressão sob os modos de falar/pensar/agir que nos são ensinados. Isto posto, examinar as éticas e políticas presentes no processo de representação do Terceiro Mundo torna-se

²⁹⁰ AMORIM, Celso. Ex-ministro das Relações Exteriores (2003-2010) e da Defesa (2011-2014), em palestra realizada em São Paulo, no dia 26 de maio de 2015, durante o 5º Seminário “*Conversas sobre África*”. In: MARCONDES, Celso; KHALIL, Suhayla. 2015, p.17. *Grifos meus*.

crucial para nos conscientizarmos de nossa cumplicidade com as narrativas colonialistas e imperialistas, na incansável e ininterrupta tentativa de expurgá-las de nosso dia a dia – ainda que cientes da impossibilidade de sua total eliminação (Spivak, 1988).

Recorrendo à exposição e análise das estratégias discursivas das políticas brasileiras de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), tentarei neste capítulo salientar as lacunas presentes em suas retóricas, bem como as tensões perante a produção e naturalização de hierarquias. Assim, na primeira parte deste capítulo, discutiremos o complexo e multidimensional panorama das políticas de cooperação direcionadas a Angola – país em que a associação de investimentos públicos e privados é notória e data desde a década de 1980 –, na tentativa de identificar o papel desempenhado pelo Brasil nos últimos anos.

Sendo assim, para tratar das ambivalências inerentes ao discurso e às práticas brasileiras, contaremos com as contribuições de Emma Mawdsley (2012), David Mosse (2011), Marta Fernández e Carlos Frederico P. S. Gama (2016), e Ilan Kapoor (2008). Nossa tentativa aqui será a de, através do aporte teórico e intelectual oferecido por tais autores, lançar as bases de uma interpretação factual e realista da cooperação, de maneira a viabilizar a análise da narrativa que permeia as relações brasileiras com estes países de língua portuguesa.

4.1

Reestruturando o natural e o social: a ‘boa’ governança e a cooperação para o desenvolvimento

Evocando a ideia de mercados e economias lucrativas e em arriscado desenvolvimento, os “doadores emergentes”, cujo destaque se tornou maior na última década, têm reforçado a simbologia de poder que permeia as relações internacionais²⁹¹. Alocados fora do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), para Emma Mawdsley (2012) os doadores (re-)emergentes provenientes do Sul Global têm exposto a psicologia dominante e o regime de representação do

²⁹¹ MAWDSLEY, Emma. 2012, p.4.

desenvolvimento no Ocidente²⁹², levantando uma série de questões acerca dos desafios e oportunidades a serem enfrentados na busca pelo desenvolvimento.

Apesar de constituir um elemento ainda modesto na maior parte das agendas globais econômicas e de política externa das potências emergentes, a cooperação para o desenvolvimento tem contribuído para significativas mudanças nas geografias de poder mundial. Isto se refletiria nos debates acalorados sobre a composição do Conselho de Segurança das Nações Unidas, na defesa do equilíbrio entre os direitos de voto no Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, e nos debates sobre comércio e financiamento globais, agora discutidos pelo G20²⁹³. Em geral, muitos dos não doadores do CAD afirmam e promulgam diferentes reivindicações em torno da cooperação para o desenvolvimento, frequentemente posicionado-se como uma ‘via alternativa’ aos doadores *mainstream*.

Isto posto, a historicização dos doadores (re-)emergentes²⁹⁴ e de suas experiências históricas enquanto receptores da ajuda nos auxilia na análise de seus gestos simbólicos e reivindicações discursivas, na tentativa de identificar seu legado – seja ele real ou apenas retórico, expresso em princípios, políticas ou práticas. Para Mawdsley, as reivindicações simbólicas de parcerias alternativas não são um mero verniz discursivo, mas revelam uma profunda aquisição dos imaginários de desenvolvimento de uma diversificada gama de Estados (re)emergentes e suas respectivas sociedades²⁹⁵.

Pela primeira vez no período pós-guerra, os países emergentes vivenciaram um cenário favorável para a defesa de seus interesses, de modo que puderam passar a *exigir* mais do que apenas *pedir* por mudanças²⁹⁶. De acordo com Mawdsley, a própria superação do G8 pelo G20 sinaliza a realidade de um mundo econômico mais multipolar. No entanto, a inclusão das grandes economias emergentes não significa necessariamente que os interesses da maioria dos países mais pobres

²⁹² MAWDSLEY, Emma. *Ibid*, p.9.

²⁹³ MAWDSLEY, Emma. *Ibid*, p.12.

²⁹⁴ Para Mawdsley, os termos ‘novos’, ‘emergentes’ ou mesmo ‘doadores não-tradicionais’ podem ser problemáticos e ahistóricos, tornando a cooperação um fenômeno recente – o que não seria factível, uma vez que muitos dos países do Sul que figuram a lista de doadores nos anos 2000, protagonizaram iniciativas de cooperação desde, pelo menos, a década de 1950. Assim, o termo re-emergente destacaria o legado histórico de ação e agência desses países no sistema internacional. Ver MAWDSLEY, Emma. *Ibid*, p.5.

²⁹⁵ MAWDSLEY, Emma. *Ibid*, p.13.

²⁹⁶ MAWDSLEY, Emma. *Ibid*, p.20.

estarão assegurados. Assim como as potências emergentes raramente compartilham os mesmos interesses e agendas uns com o outros, suas relações com Estados mais pobres não necessariamente se alinham em todas as questões. De qualquer forma, esta não é a primeira vez que as alianças de países subdesenvolvidos tentaram contestar as relações de poder que estruturam o mundo. Como vimos no primeiro capítulo, suas origens remetem à década de 1950, com o Movimento dos Países Não-Alinhados, que procurou criar uma plataforma coletiva a partir da qual o “Terceiro Mundo” e outros países poderiam fazer valer o seu direito à soberania econômica e política. Por sua vez, a chamada para uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) na década de 1970 foi uma tentativa para corrigir a excessiva dominação das nações industrializadas, e em especial, melhorar os termos de troca e o valor dos produtos primários para os países mais pobres²⁹⁷. Ambos os processos refletem, ainda hoje, os anseios por mudanças na forma como a ajuda é governada.

Conforme visto anteriormente, foi durante a dominante produção intelectual acerca das teorias da modernização, entre as décadas de 1950 e 1970, que a ajuda era supostamente destinada a promover as condições ‘adequadas’ para o crescimento econômico, sob a hipótese de que uma vez ajudados a adentrar em um círculo ‘virtuoso’ de crescimento moderno e industrial, os países receptores veriam suas melhorias se difundirem para outros países mais pobres. Não obstante, as ortodoxias neoliberais dominantes entre as décadas de 1980 e 1990, esperavam que a ajuda promovesse a reestruturação das economias em conformidade com os princípios do livre mercado, o que supostamente estimularia o crescimento e, conseqüentemente, o expandiria para os países pobres. Em ambos os casos, a redução da pobreza era um resultado esperado e desejável, mas decorrente do crescimento econômico e da modernização. Na década de 1990, no entanto, a indústria da ajuda começou a se transformar de forma mais abrangente, voltando-se para o debate das ‘necessidades básicas’ das pessoas mais vulneráveis, elevando a redução da pobreza ao núcleo de sua agenda²⁹⁸.

Outra grande mudança apontada por Mawdsley nas teorias tradicionais de ajuda e desenvolvimento tem sido o aumento do uso do conceito de “boa governança”, que concebe o Estado como entidade capaz e eficaz no trabalho em

²⁹⁷ MAWDSLEY, Emma. *Ibid*, p.19.

²⁹⁸ MAWDSLEY, Emma. *Ibid*, p.34.

parcerias ativas com o setor privado e a sociedade civil, por meio do estabelecimento de instituições sólidas e responsáveis. Assim, o conceito associou-se cada vez mais à contestada visão de que a democracia multipartidária é um pilar essencial ao funcionamento do Estado, suas instituições e sociedade. Segundo Mawdsley, a agenda da boa governança marcou duas quebras com o passado: a primeira ao romper com as estratégias imperativas da Guerra Fria, durante a qual a ajuda era alocada apenas para os países aliados, servindo como ferramenta de barganha e pressão internacional; e a segunda ao propor um contraste com a agenda neoliberal ortodoxa, que defendia a redução máxima das ações estatais, e que agora deveria se reorientar de maneira a absorver as mudanças no cenário pós-Guerra Fria, incorporando uma série de questões de segurança (pandemias, cartéis de droga, migração, terrorismo, mudanças climáticas, etc) que não necessariamente se davam no interior da ossatura estatal, mas cujo combate requeriria alguma intervenção, ainda que mínima²⁹⁹.

Ao investigar como o trabalho de profissionais do campo do desenvolvimento é precisamente direcionado ao estabelecimento da noção de que a mudança social e técnica pode ser – e é – provocada por idéias políticas generalizáveis, mesmo que essas se apresentem contra determinada experiência, David Mosse (2011) revela que o ‘conhecimento global’ produzido por organizações internacionais ocupa um reino transcendente, situando-se ‘acima’ de contextos particulares, em um mundo globalizado do ‘presente’ que comprime o seu tempo histórico.

Fruto destas compressões, as tentativas de medir e garantir a efetividade da ajuda originaram uma série de debates e documentos de fóruns de alto nível, como as declarações feitas em Roma (2003), Paris (2005), Accra (2008), Busan (2011) e, recentemente, México (2014). Não obstante, como bem elucidado por Ilan Kapoor (2008), a própria construção cultural/discursiva da boa governança transmite um tom moralista, não implicando apenas que os países em desenvolvimento possuem uma governança “ruim”, mas também de que o Ocidente é o modelo certo para que ela se converta em “boa”, e que os doadores ocidentais é que seriam os verdadeiros juízes do que pode ser considerado bom ou ruim³⁰⁰. Ainda que nas discussões dos fóruns mais recentes a conotação

²⁹⁹ MAWDSLEY, Emma. *Ibid*, p.34-35.

³⁰⁰ KAPOOR, Ilan. *Ibid*, p.30.

maniqueísta do conceito de governança tenha sido retirada, os estigmas de seu discurso ainda permanecem latentes – como em Accra, reunião em que a CSS aparece como modalidade complementar; em Busan, na qual se torna protagonista; e mais recentemente no México, com a Parceria Global, empenhada em reforçar a eficácia da cooperação para o desenvolvimento entre as modalidades N-S e S-S.

Servindo para racionalizar ainda mais a intervenção externa e consolidar o neoliberalismo, o conceito de governança ofereceu uma abordagem específica para questões acerca da falta de eficiência e eficácia dos governos. Frequentemente prevendo um ‘colapso’ da capacidade do setor público – sobretudo na América Latina e África –, o conceito reforçou assim a implementação de um ajustamento estrutural intensivo. Criada em 1992, a agenda da boa governança já contava com os ingredientes necessários para a sua racionalização, uma vez que a função pública e os programas sociais tinha sido brutalmente eviscerados, e a capacidade reguladora do Estado enfraquecia-se consideravelmente. A boa governança foi, portanto, a resposta neoliberal à uma “crise” construída em grande parte pelo próprio neoliberalismo, permitindo assim, que sua causa avançasse numa “missão de resgate”, na qual apenas o ajuste proporcionaria a criação de um “ambiente favorável” para o crescimento liderado pelo setor privado³⁰¹.

No centro da agenda da boa governança reside, nas palavras de Mosse, um ‘casamento’ entre o neoliberalismo ortodoxo e uma nova institucionalidade, sendo esta última a noção de que a pobreza e a violência são o resultado de má governança – tornando necessário, portanto, instituições mais fortes, ou novas instituições responsáveis pela prestação de serviços para os mais pobres. Tal arranjo não significa porém, um retorno à intervenção do Estado, mas viabiliza o direcionamento de recursos dos governos para o mercado, na ilusão de que este trabalhará pela redução da pobreza. Assim, a desagregação e mercantilização do Estado, ou seja, a quebra de sua autoridade – ao assumí-lo como corrupto ou patrimonial, conforme vimos com Souza no capítulo anterior –, tem usado os mercados para substituir e reconstruir as instituições de governança³⁰².

³⁰¹ KAPOOR, Ilan. *Ibid*, p.31.

³⁰² MOSSE, David. 2011, p.4.

Isto posto, a retomada da cooperação sul-sul nos anos 2000 é vista também como uma resposta solidária entre os países subdesenvolvidos, que, na busca por um desenvolvimento mais autônomo e menos condicionado pelas exigências do Norte, destina processos, instituições e mecanismos na promoção de uma cooperação econômica e, principalmente, técnica, baseando-se na transferência de tecnologia e conhecimento das economias emergentes aos demais países subdesenvolvidos. Assim, a linguagem articulada pela CSS gira em torno das ideias de *não-intervenção* e respeito à soberania; do engajamento de múltiplos atores, sobretudo órgãos e entidades públicos, universidades e organizações da sociedade civil; da inclusão e aumento da *participação* dos receptores desde o desenho das ações de cooperação, respeitando o contexto e a realidade local; e da troca entre semelhantes, com benefícios e responsabilidades mútuas, enfatizando a *parceria* entre as nações cooperantes na tentativa de retirar o estigma verticalizante da relação entre doador e receptor.

Por outro lado, no entanto, as circunstâncias e os fatores que moldam as experiências individuais dos doadores emergentes variam amplamente, todas com distintas implicações e impactos sob as economias receptoras, seja política e/ou psicologicamente. Eles têm em comum a rejeição, ainda que parcial, de princípios e práticas verticais percebidas na estrutura da ajuda tradicional (representada no CAD), para além da retórica promotora de um tipo diferente de engajamento com os países com que prestam assistência. Assim, apesar da CSS ser supostamente baseada na solidariedade e horizontalidade, na não ingerência e na promoção de benefícios mútuos, seus atores possuem diferentes prioridades estratégicas, estejam elas relacionadas com um foco mais regional e setorial, ou mesmo em relação aos arranjos institucionais que circundam a cooperação³⁰³.

Ao analisar a atual contribuição brasileira para a construção da paz na África, Fernández & Gama (2016) observam que a mesma é enquadrada como uma alternativa explícita às abordagens tradicionais, associadas aos processos de “paz liberal”. Configurada no pós-Guerra Fria, a ideia de paz liberal apresenta um programa transicional para os países em desenvolvimento e os ex-Estados soviéticos. Nesse contexto, o pressuposto implícito é o de que esses povos seriam incapazes de governar a si mesmos, uma vez que eles são enquadrados como

³⁰³ DE RENZIO, Paolo; SEIFERT, Jurek. 2014.

sociedades tradicionais, não-modernas e não-liberais – ou seja, incapazes da realização de qualquer julgamento político racional³⁰⁴. Como vimos no capítulo anterior, a produção intelectual interna assume um papel crucial na perpetuação de tais pressupostos, legitimando sua lógica arbitrária e hierarquizante.

Um vez que o reconhecimento do “global” no “local” nos impede ainda de traçar uma linha clara entre o doméstico e o internacional, Fernández & Gama afirmam que sua cumplicidade contamina o chamado ‘progresso’ decorrente de configurações internacionais. Assim, *“the international, in the guise of peacebuilding agents, partakes in recent outbreaks of violence in postcolonial societies, contradicting the dominant discourse that emphasizes its endogenous nature”*³⁰⁵. Não obstante, a liberalização proposta através da paz liberal requer uma democratização política, com a realização de eleições livres em uma base regular, estabelecendo limitações constitucionais ao poder governamental e salvaguardando direitos civis básicos, além de, oportunamente, englobar reformas e ajustes estruturantes voltadas para o mercado³⁰⁶.

Aliada à teoria da modernização, as reformas da paz liberal defenderam a ideia de desenvolvimento enquanto processo auto-sustentável: *“once ignited, it would go with a bang ‘naturally’ towards its logical end”*³⁰⁷, voltando-se para a criação de soluções rápidas que favorecessem uma breve transição para o Estado liberal e suas estruturas de mercado. De forma análoga, podemos dizer que a consolidação das estruturas de mercado via cooperação internacional também culminou na imposição de um modelo liberal de sociedade, que constantemente negligencia as tensões políticas locais e seu potencial de agência.

Dito isto, Fernández & Gama defendem que o Brasil tem demonstrado ter como objetivo o fornecimento de uma perspectiva alternativa à construção da paz liberal. Assim, a narrativa brasileira desafiaria suas principais características, supostamente contribuindo para uma verdadeira paz sustentável na África. No entanto, as estratégias discursivas empregadas – apesar de se mostrarem alternativas *vis-à-vis* aquelas empenhadas por agentes tradicionais –, têm destacado suas contradições e tensões, revelando as complexidades enfrentadas

³⁰⁴ FERNÁNDEZ, Marta Regina G. & GAMA, Carlos Frederico P. S. 2016, p.67.

³⁰⁵ FERNÁNDEZ, Marta Regina G. & GAMA, Carlos Frederico P. S. *Idem*. Grifos meus.

³⁰⁶ FERNÁNDEZ, Marta Regina G. & GAMA, Carlos Frederico P. S. P.68.

³⁰⁷ FERNÁNDEZ, Marta Regina G. & GAMA, Carlos Frederico P. S. P.69. Grifos meus.

por potências emergentes do Sul em sua tentativa de estabelecer uma nova normativa³⁰⁸.

Presente em seus esforços no continente africano, o caráter alternativo das políticas propostas pelo Brasil tem apresentado, segundo os autores, quatro elementos principais. Seriam eles: (1) uma quebra com suposições logocêntricas herdadas de processos coloniais, ainda presente nas teorias da modernização; (2) o contestamento das concepções de “Estado falido” e “Estado frágil”, que permeiam a literatura da construção da paz; (3) uma queixa acerca da inviabilidade e inconveniência de processos direcionados a populações locais, que são executados “de cima para baixo” pela comunidade internacional; e (4) uma priorização do contexto e do conhecimento local³⁰⁹.

Ao projetar-se como uma nação inclusiva e multicultural (Cesarino, 2012; Cícalo, 2011), o Brasil tem tentado afirmar uma identidade do Sul por meio do rompimento com um imaginário intervencionista/imperialista. Assim, sua narrativa reforça a ideia de experiências e lições a serem *compartilhadas* (em vez de ensinadas), bem como a *união* (e não a aplicação vertical) de esforços e capacidades. Nesse sentido, “*instead of adopting the colonial strategy of establishing a well-demarcated frontier between a self and an other, Brazil recognize its liminal condition and the presence of internal/African others in its self*”³¹⁰.

Fernández & Gama identificam ainda, na fala do diretor brasileiro do Programa Mundial de Alimentos (PMA), Daniel Balaban, uma caracterização do Brasil nem como uma criança, nem como adulto, mas como um *adolescente*. No relato reproduzido pelos autores o Brasil é constantemente posicionado em uma posição intermediária, ‘*in-between*’. A defesa da CSS realizada por um de seus agentes é feita em termos de oportunidades ‘*soft power*’ em áreas de poder comercial. Assim, Balaban afirma que “abrem suas portas os países que se sentem bem com o Brasil”³¹¹.

A inclusão do outro africano na própria constituição da identidade brasileira permite, portanto, que a África seja vista a partir de uma existência cultural que é

³⁰⁸ FERNÁNDEZ, Marta Regina G. & GAMA, Carlos Frederico P. S. P.70.

³⁰⁹ FERNÁNDEZ, Marta Regina G. & GAMA, Carlos Frederico P. S. *Ibid*, p.71.

³¹⁰ FERNÁNDEZ, Marta Regina G. & GAMA, Carlos Frederico P. S. *Ibid*, p.72.

³¹¹ BALABAN, Daniel *apud* FERNÁNDEZ, Marta Regina G. & GAMA, Carlos Frederico P. S. *Ibid*, p.74.

valorizada e compartilhada. Ao envolver-se em tal estratégia, o Brasil também apresenta ambiguidades próprias, em relação ao seu lugar na grande cadeia de teorias da modernização e à sua própria condição ambivalente como potência emergente do Sul³¹². Não obstante, a cooperação técnica brasileira tem investido fortemente no setor de educação, alocando recursos para a capacitação e fortalecimento administrativo e institucional dos governos com que coopera. Isso reflete, portanto, o quanto a própria lógica da boa governança se insere nos objetivos do desenvolvimento, além de reforçar a posição intermediária do Brasil na linha do tempo evolutiva da modernidade.

Precisamente direcionado ao estabelecimento de noções técnicas generalizáveis e influenciados por uma construção institucional que reproduz as noções de uma escala e temporalidade linear, o trabalho de profissionais do campo do desenvolvimento internacional também reflete práticas que constituem – e estão diretamente expressas –, em suas identidades profissionais³¹³. Tal qual exposto por Mosse, a ênfase na parceria, consulta e participação local definem condições ideológicas para a ajuda de tal forma que os atores já afirmam não fazer intervenções em tudo, mas sim apoiar as condições em que o desenvolvimento pode acontecer. Ao mesmo tempo, a crescente demanda por prestação de contas interna e transnacional para uma maior transparência da ajuda sinaliza uma desconfiança de conhecimentos especializados – especialmente quando estes são provenientes de países subdesenvolvidos e/ou emergentes –, ainda que os instrumentos de *accountability* postos em prática de fato consolidem uma perícia cada vez maior³¹⁴.

Por meio de conceitos-chave ou categorias, relacionamentos profissionais são rotineiramente transformados em documentação, como atas de reuniões, relatórios, declarações políticas ou documentos técnicos. Em uma abordagem antropológica acerca das práticas que produzem o conhecimento, Mosse ressalta como os documentos são, na verdade, veículos através dos quais as ideias que permeiam o campo do desenvolvimento podem viajar. Assim, evidencia ainda como eles ocultam uma bagagem relacional – uma vez que as declarações podem ser melhor entendidas como posições de negociação de disputas em curso, sobre a

³¹² FERNÁNDEZ, Marta Regina G. & GAMA, Carlos Frederico P. S. *Ibid*, p.73.

³¹³ MOSSE, David. *Ibid*, p.3.

³¹⁴ MOSSE, David. *Idem*.

política dentro ou entre equipes profissionais, ou mesmo como posições de negociação para desentendimentos futuros. Os próprios documentos servem também como meios para a agência, como transmissões públicas de opções políticas. Isto posto, estes não devem ser analisados como artefatos mortos, eles ganham vida através dos processos sociais que os produzem, além de possuir uma ‘*qualidade performativa*’ e efeitos sociais – embora as ideias políticas que transmitem pretendam resumir e esconder suas políticas de interação³¹⁵.

Neste contexto, veremos a seguir, por meio da análise de documentos, declarações e relatórios, como a narrativa brasileira tem tentado disciplinar suas ambiguidades por meio da articulação de um posicionamento ‘intermediário’ ou ‘adolescente’, que, como exposto por Fernández & Gama, insere o país em um contexto temporal específico, situado em um meio termo entre a África e os poderes tradicionais europeus e estadunidenses³¹⁶.

4.2

Um breve panorama da cooperação técnica brasileira em Angola

Na linha de frente da cooperação brasileira, os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) corresponderam a 55% do volume de recursos alocados nos projetos de cooperação técnica com a África, no ano de 2010³¹⁷. Dentre as nações alcançadas estão: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial³¹⁸, Moçambique e São Tomé e Príncipe. A aproximação cultural e econômica entre estes países foi intensificada após a criação da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP) em Lisboa, em julho de 1996. Além dos seis países de língua oficial portuguesa supracitados, a CPLP também reúne Timor Leste, Portugal e Brasil em um “*foro multilateral privilegiado para o*

³¹⁵ MOSSE, David. *Ibid*, p.12.

³¹⁶ FERNÁNDEZ, Marta Regina G. & GAMA, Carlos Frederico P. S. *Ibid*, p.74.

³¹⁷ Dados referentes ao período de 2010-2015 ainda não se encontram disponíveis. Ver MRE/ABC. *A Cooperação Técnica do Brasil para a África*. Catálogo ABC de Cooperação Técnica do Brasil para a África. Brasília: Ministério das Relações Exteriores (MRE) e Agência Brasileira de Cooperação (ABC), 2010, p.8.

³¹⁸ Apenas recentemente a Guiné-Equatorial adotou a língua portuguesa como idioma oficial. A entrada na CPLP aconteceu em 2014, mas desde 2010 a Guiné-Equatorial assistia seus encontros na qualidade de observador. EL PAÍS. *A Guiné Equatorial entra na Comunidade de Países de Língua Portuguesa*. 21/07/2014. Disponível em <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/07/20/internacional/1405852956_098717.html>. Acessado em fevereiro de 2016.

aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros”³¹⁹, tendo como objetivos principais: (1) a concertação político-diplomática entre seus estados membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional; (2) a cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social; e (3) a materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa³²⁰.

A ideia de que a narrativa brasileira passou por uma transição tem sido observada não apenas no meio diplomático, mas também entre o meio acadêmico e intelectual – por meio da afirmação de que a primeira década do século XXI observou a redução do discurso culturalista de um “Atlântico Sul romântico”, lusotropical, calcado na colonização portuguesa e no destino civilizatório reservado para a África, em direção a um “atlantismo pragmático” (José Flávio Sombra Saraiva, 2012; Cícalo, 2011). A retomada da aproximação brasileira com a África nos anos 2000 também foi atribuída à inauguração da CPLP pelo o ex-ministro de Relações Exteriores (2003-2010) e da Defesa (2011-2014), Celso Amorim. Nas palavras dele,

de certa maneira, a elite brasileira, que eu acho que resistia muito a uma ideia da África em geral, resistia menos à África de língua portuguesa, *pelos laços culturais* e até por uma certa *antropologia um pouco paternalista* que já existia no Brasil. O fato é que nós, com a CPLP, voltamos a ter uma relação mais próxima com a África”³²¹.

Elevando-se por meio da narrativa de recuperação de uma dívida histórica com a África, o novo discurso haveria consigo direcionado a política externa brasileira para a expansão da cooperação econômica e social com os PALOP e para o perdão e renegociamento das dívidas desses países³²². Isto porque, com a virada do século XXI, o crescimento de economias emergentes tais quais as dos BRICS – especialmente China, Índia e Brasil – também permitiu a emergência de políticas de desenvolvimento alternativas no Sul global. Colocando-se como um novo caminho a seguir, como outra possibilidade de crescimento econômico combinado

³¹⁹ CPLP. Objetivos. Disponível em < <http://www.cplp.org/id-2763.aspx>>. Acessado em fevereiro de 2016. *Grifos meus*.

³²⁰ CPLP. *Idem*.

³²¹ AMORIM, Celso. *Ibid*, p.20. *Grifos Meus*.

³²² SARAIVA, José Flávio Sombra. 2012, p.109.

com empoderamento social, essas novas estratégias foram traçadas de modo a estabelecer condicionalidades menores, concedendo maior grau de autonomia aos países receptores para decidirem suas políticas futuras, orientadas pelo princípio de “ganhos mútuos”. De acordo com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), ainda que o maior número de demandas por cooperação concentre-se em agricultura, saúde, educação e formação profissional, o projetos brasileiros têm se mostrado bastante diversos, contemplando iniciativas em áreas como: administração pública, meio ambiente, tecnologia da informação, empreendedorismo, artesanato, cooperativismo, prevenção de acidentes de trabalho, desenvolvimento urbano, saneamento básico, biocombustíveis, transporte aéreo, turismo, justiça, cultura, comércio exterior, direitos humanos e esportes³²³.

Neste contexto, iniciativas como a política de perdão e revisão de aproximadamente US\$ 900 milhões em dívidas de onze países africanos foram empreendidas, abrindo ao mesmo tempo caminho e mercados para a expansão de empresas brasileiras ditas “campeãs nacionais” - cujas vendas já excederam mais de vinte vezes os montantes perdoados aos países compradores³²⁴. De acordo com o Itamaraty, este não é um gesto de solidariedade, mas uma prática “*concertada internacionalmente, com objetivos claros de permitir que o peso da dívida não se transforme em impedimento do crescimento econômico e da superação da pobreza*”³²⁵. Não obstante, a expansão dos investimentos das empresas brasileiras

³²³ MRE/ABC. *Ibid*, p.7.

³²⁴ Recentemente, o governo brasileiro anunciou o perdão e a reestruturação de aproximadamente US\$ 900 milhões em dívidas de onze países africanos. Dentre os beneficiários dessa política estão: República do Congo (com US\$ 284,2 milhões perdoados), Tanzânia (US\$ 236,9 milhões), Zâmbia (US\$ 113,4 milhões), Sudão (US\$ 39,2 milhões), República Democrática do Congo (US\$ 4,7 milhões), Senegal (US\$ 3 milhões), e Costa do Marfim (US\$1,2 milhão). Além desses, República da Guiné, Mauritânia, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau esperam pela aprovação da revisão de seus débitos no Congresso brasileiro. As dívidas perdoadas foram originadas em transações financeiras que facilitaram as exportações brasileiras nas décadas de 1970 e 1980, e seu perdão segue as diretrizes estabelecidas pelo Clube de Paris – uma instituição informal formada por 19 países desenvolvidos, com o objetivo de assistir financeiramente nações em dificuldades econômicas. Ver THE RIO TIMES, “*Brazil to Cancel US\$900M in African Debt*”. 02/04/2014. Disponível em <<http://riotimesonline.com/brazil-news/rio-politics/brazil-to-cancel-us900m-in-african-debt>>. Acessado em Março, 2015; e SENADO NOTÍCIAS. “*Perdão de dívidas de países africanos enfrenta obstáculos na CAE*”. Disponível em <<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2014/06/25/perdao-de-dividas-de-paises-africanos-enfrenta-obstaculos-na-cae>>. Acessado em Outubro, 2014.

³²⁵ MRE. “*Perdão da dívida de países africanos*”. Nota n.8, para esclarecimentos. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2228&catid=42: notas&Itemid=280&lang=pt-br>. Acessado em Outubro, 2014.

e do comércio mais do que quadruplicou entre 2003 e 2013, saltando de US\$ 6,1 bilhões para US\$ 28,5 bilhões³²⁶.

Conforme visto até aqui, a noção de que o Brasil está progredindo lentamente espelha também a progressão por fases de teorias da modernização³²⁷. Assim, buscando ressaltar as tensões e ambiguidades presentes nesta ‘nova’ narrativa que se pretende alternativa e inclusiva, veremos a seguir os projetos de cooperação engendrados que mais concentram esforços brasileiros em Angola.

Angola

Primeiro país a reconhecer a independência de Angola, o Brasil mantém relações com o país africano desde 1975. O acordo de cooperação econômica, científica e técnica entre os dois países foi firmado em 11 de junho de 1980 e promulgado em 05 de outubro de 1990³²⁸. Com aproximadamente 18 milhões de habitantes, Angola é abundante em recursos naturais como petróleo e minerais, especialmente diamantes e minério de ferro. Suas principais indústrias são as de beneficiamento de oleaginosas, cereais, carnes, algodão e tabaco. O setor de agricultura, silvicultura, pecuária e pesca contribui com 10% do PIB angolano³²⁹. Após 27 anos de guerra civil, o país viu as primeiras intervenções de ajuda concentraram-se em assistências de emergência, como o reassentamento de famílias vulneráveis nas áreas rurais e a provisão de insumos agrícolas. Desde então, Angola tem mudado seus objetivos em prol de metas de desenvolvimento a longo prazo, incluindo a capacitação institucional por meio da reabilitação de instalações de treinamento, pesquisa e extensão.

Figurando como um dos maiores parceiros econômicos do Brasil na África, é crescente a presença de empresas brasileiras nos mais diversos setores angolanos. Não obstante, desde 1980 a Petrobras já operava no país, explorando

³²⁶ Dados fornecidos em nota à imprensa, pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil. Ver MRE. *Nota 96 - Visita do Ministro das Relações Exteriores a Gana, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola*. Brasília, 26 de março de 2015. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8479:visita-do-ministro-das-relacoes-exteriores-a-gana-sao-tome-e-principe-mocambique-e-angola&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280>. Acessado em Fevereiro de 2016.

³²⁷ FERNÁNDEZ, Marta Regina G. & GAMA, Carlos Frederico P. S. *Idem*.

³²⁸ MRE/ABC. *Ibid*, p.15.

³²⁹ EMBRAPA. *Brasil, Angola e FAO assinam acordo de cooperação*. 22/01/2014. Disponível em <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/1577373/brasil-angola-e-fao-assinam-acordo-de-cooperacao>>. Acessado em fevereiro de 2016.

petróleo e biocombustíveis. Em agosto de 1982, a Odebrecht deu o pontapé inicial para a inauguração do mercado brasileiro de obras pesadas na África, ao assinar em Moscou o primeiro contrato de uma construtora brasileira no continente, impulsionada pelo crédito de US\$1,5 bilhão fornecidos pelo Banco do Brasil³³⁰. A hidrelétrica de Capanda, localizada na bacia do Rio Kwanza, ao norte do país, foi construída em consórcio com a até então soviética, Tecnopromexport: enquanto a primeira se encarregava das obras civis, a segunda fornecia projeto, equipamentos e montagem. Em Capanda consolidou-se assim uma política que mais tarde se tornaria característica dos investimentos brasileiros no país: a cooperação mediante parcerias públicas e privadas.

A viabilização dos empreendimentos com o aval e suporte do governo brasileiro desde a sua fase inicial até a sua implementação esteve presente através do trabalho em conjunto entre Odebrecht, Petrobrás e Furnas – não somente em forma de financiamentos, mas também através de *barter trades*³³¹. O mecanismo de *barter trades* e/ou ‘*conta-petróleo*’ é utilizado até hoje para operacionalizar o fornecimento de crédito e a exportação de bens e serviços para Angola. Atualmente, o governo brasileiro conta ainda com o suporte do setor bancário – utilizando os serviços do BNDES (que desde 2003 financia a atuação internacional das empresas brasileiras), da Caixa Econômica Federal (fornecendo créditos para habitação), do Banco do Brasil e do Bradesco (ambos assinaram em 2010, um acordo de holding financeira com o banco português Espírito Santo que conformou para coordenar os investimentos na África e estabelecer operações próprias, privilegiando as atividades de internacionalização de empresas brasileiras e portuguesas)³³².

Sabe-se ainda que a participação de empresas estatais brasileiras em Capanda foi além, participando ainda da própria gestão da usina. De acordo com a matéria publicada na revista *O Empreiteiro* em outubro de 1985,

o envolvimento de Furnas com o Gamek [Gabinete de Aproveitamento do Médio Kwanza, órgão do Ministério de Energia e Petróleos de Angola] cobrirá exclusivamente as chamadas “atividades de proprietário”, ou seja, aquelas atividades próprias do dono do

³³⁰ KRAYCHETE, Elsa Sousa; PESSINA, Maria Elisa Huber; LESSA, Elga Almeida. 2013, p.12.

³³¹ *Barter trade* é uma prática comercial, que consiste na troca de bens e serviços entre duas ou mais partes, sem o envolvimento de trocas monetárias. No caso de Capanda, os serviços brasileiros eram pagos, sobretudo, em barris de petróleo – extremamente necessários ao governo ditatorial brasileiro, que se via constrangido pelos choques do petróleo entre as décadas de 1970 e 1980.

³³² GARCIA, Ana; KATO, Karina; FONTES, Camila. 2013, p.9.

empreendimento, tal como as executadas no Brasil, para suas usinas e instalações de transmissão. Tais serviços exigirão uma provável participação de cerca de cem pessoas, no pico previsto para 1988, e seu valor total, ao longo de todo o período, até a geração de Capanda, em 1990, pode ser estimado em cerca de US\$50 milhões.³³³

Não obstante, a Odebrecht tem figurado como o maior empregador privado em Angola, com atividades que incluem desde o agronegócio e o desenvolvimento de biocombustíveis, até a gestão de uma cadeia de supermercados. De 2006 a 2012, o BNDES ofereceu US\$ 3,2 bilhões em empréstimos a companhias brasileiras em Angola. Neste mesmo período, as linhas de crédito do banco financiaram 65 empreendimentos, dos quais 49% foram ou são executados pela Odebrecht. Presentes também no mercado de construções pesadas angolano, encontramos as empresas Andrade Gutierrez (responsável por 18% dos projetos da lista), Queiroz Galvão (14%) e Camargo Corrêa (9%)³³⁴. Por sua vez, a Petrobras está envolvida ainda na exploração de jazidas *offshore* no país³³⁵, e desde junho de 2013 atua em uma *joint venture* com o BTG Pactual Bank (50%) no valor de US\$ 1,5 milhões para exploração de petróleo e gás em diversas nações africanas, incluindo Angola (ver tabela 1). Recentemente, a atuação das empresas supracitadas tem ganhado destaque também nos noticiários, após denúncias de casos de corrupção envolvendo os dois países, provenientes das investigações realizada pela Polícia Federal brasileira durante a Operação “Lava-Jato”³³⁶.

³³³ Revista *O Empreiteiro*. Ed. Nº215, outubro de 1985, p.42. *Grifos meus*.

³³⁴ BBC BRASIL. *Com BNDES e negócios com políticos, Odebrecht ergue 'império' em Angola*. 18/09/2013. Disponível em <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/09/120917_odebrecht_angola_abre_jf_ac.shtml>. Acessado em fevereiro de 2016.

³³⁵ INFOLATAM. *África: la última frontera de Brasil*. 21/05/2013. Disponível em <<http://www.infolatam.com/2013/05/21/africa-la-ultima-frontera-de-brasil/>>. Acessado em Setembro de 2015.

³³⁶ As operações envolvendo a Petrobras, o BTG Pactual e as empreiteiras brasileiras também têm sido alvo de investigações da “Lava-Jato”. A investigação ganhou notoriedade após a publicização de atividades que caracterizam um envolvimento ilícito e promíscuo entre grandes figuras do governo e do empresariado.

Tabela 1: Companhias transnacionais brasileiras em Angola

Company	Present since	Sector	Activities
Petrobrás	1980	Energy / Oil&Gas	Exploration of petroleum and biofuels. Partner in 6 petroleum blocks and operator in 4. Since June 2013, Petrobras acts in a joint venture with BTG Pactual Bank (50% each) worth US\$1.5 million for oil and gas exploration in several African countries, including Angola.
Vale	2005	Mining	Joint venture with Genius for mineral excavation (primarily nickel and copper) and research.
Andrade Guterres	2005	Construction / Infrastructure	Works in partnership with Zagope Construções e Engenharia, a Portuguese subsidiary, to gain access to EU finances. It has constructed various roads and the express highway between Luanda and Viana to the International Airport of Luanda. Renovation of the International Airport of Lubango. Extended contracts for rehabilitation of Container Terminal in Luanda Port in 2011.
Camargo Corrêa	2005	Construction / Infrastructure	Construction of Uíge-Maquela road. Partners with Escom, a Portuguese firm, and Gema, an Angolan firm, in constructing a cement factory in Benguela.
Odebrecht	1984	Construction / Infrastructure / Agriculture / Energy / Retail / Real State	Holds 25 contracts in the country in real estate, biofuels, minerals, agribusiness, and energy. Highlighted examples: Construction of Capanda Hydroelectric Dam in Malange. Hydroelectric project in Cambambe. Owns 40% of Biocom, Angolan bioenergy firm (ethanol), and 20% of Sonangol. SENAI does training programs for Biocom, for example. Runs Nosso Super supermarket chain in joint venture with Angolan government, with 37 shops in the country. An agribusiness project that may be highlighted is the Farm Pungo a Ndongo (or Pungo Andongo). Odebrecht is responsible for the management of agroindustrial production, construction of factories and capacity building. Embrapa-Africa participated in experiments with varieties of corn, black beans, rice and soy.
Engevix	2005	Energy	Works in partnership with Angolan group Genius. Environmental engineering, electricity generation and distribution, involved in Cambambe hydroelectric project in Cuanza Norte.
Fidens	2009	Construction / Infrastructure	Construction of runways at Catoca airport, Luanda Sul.
Asperbras	2007	Real State / Infrastructure	Involved in Special Economic Zones in Viana, Catete, Huambo, Negage, M'Banza Congo. Construction of real estate and residential condominiums, irrigation systems, and commercial vehicles.
Queiroz Galvão	2005	Real State / Infrastructure	Real estate, roadwork construction and renovation.
Stefanini	2004	ICTs	Technology and information industries

Fonte: FONSECA; ESTEVES; GOMES. 2015, p. 23.

De acordo com o Banco Central, durante o período 2001-2010, Angola investiu US\$ 114 milhões no Brasil. Os investimentos diretos angolanos em 2011 superaram os ingressos realizados nos últimos dez anos, alcançando US\$ 128 milhões. Dentre os principais setores estão os de atividades de apoio e extração de petróleo e gás natural, *holdings* de instituições não-financeiras, pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais e criação de bovinos³³⁷. Neste contexto, o intercâmbio comercial brasileiro com Angola cresceu 35,9%, saindo de US\$ 1,47 bilhão para US\$ 1,99 bilhão apenas entre

³³⁷ Dados fornecidos em nota à imprensa, pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil. Ver MRE. *Nota 104 - Acordo Brasil-Angola de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)*. Luanda, 1º de abril de 2014. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8520:acordo-brasil-angola-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-afi-luanda-1-de-abril-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280>. Acessado em Fevereiro de 2016.

2009 e 2013. Em 2013, o Brasil foi o quarto principal abastecedor do mercado angolano. Segundo a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), as exportações de Angola para o Brasil totalizaram US\$ 726,8 milhões em 2013, sendo em sua quase totalidade provenientes de petróleo e derivados³³⁸. Em abril de 2014, o intercâmbio comercial já somava US\$ 404 milhões³³⁹. A corrente de comércio bilateral entre 2006 e 2014, cresceu mais de 80%, alcançando a marca de US\$ 2,37 bilhões³⁴⁰. Em 2015, foram realizadas quatro visitas ministeriais, duas de cada lado, sem contar as missões de caráter técnico³⁴¹.

Desde a década de 70 o governo brasileiro tem demonstrado uma forte capacidade de diversificar sua atuação neste país, coadunando investimento, financiamento e cooperação. Mas é nos anos 2000 que essa relação se intensifica, por meio de políticas como o “Programa Integração com a África”, que envolveu empréstimos a empresas exportadoras brasileiras de aproximadamente US\$ 265 milhões em 2008 e US\$ 360,5 milhões em 2009³⁴². De acordo com o site do MDIC, o programa tem como objetivo

aprofundar as relações históricas do Brasil com o continente africano. O aumento da corrente de comércio, a presença de grandes empresas brasileiras em vários países africanos e a crescente participação de micro e pequenas empresas no comércio de bens indicam oportunidades de integração de cadeias produtivas, de desenvolvimento de fornecedores africanos e de cooperação técnica para capacitar empresários e trabalhadores da África através de nossas instituições e programas³⁴³.

³³⁸ APEX-BRASIL. *Oportunidade para as Exportações Brasileiras: África do Sul, Angola e Moçambique*. Brasília: Gerência de Inteligência e Estratégia de Negócios, Núcleo África e Oriente Médio. Julho de 2015, p35.

³³⁹ Dados fornecidos em nota à imprensa, pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil. Ver MRE. *Nota 129 - Visita ao Brasil do Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos*. Brasília, 13 de junho de 2014. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5025:visita-ao-brasil-do-presidente-da-republica-de-angola-jose-eduardo-dos-santos-brasilia-16-de-junho-de-2014&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280>. Acessado em Fevereiro de 2016.

³⁴⁰ Dados fornecidos em nota à imprensa, pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil. Ver MRE. *Nota 96. Ibid.*

³⁴¹ Dados fornecidos em discurso proferido pelo Ministro Mauro Vieira, na abertura do Seminário “40 Anos do Reconhecimento da Independência de Angola pelo Brasil” - Brasília, 13 de novembro de 2015. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12415:discurso-do-ministro-mauro-vieira-na&catid=194&Itemid=454&lang=pt-BR>. Acessado em fevereiro de 2016.

³⁴² GARCIA, Ana; *et al. Ibid.* p.10.

³⁴³ MDIC. *Programas para Destaque Estratégicos*. Disponível em <<http://www.mdic.gov.br/pdp/index.php/sitio/conteudo/index/5>>. Acessado em fevereiro de 2016.

Em 2010 foi estabelecida ainda uma “Parceria Estratégica” entre os dois países, cujas iniciativas previstas estabeleceram objetivos comuns nas áreas de (1) cooperação política, diplomática, de segurança pública e defesa; (2) cooperação econômica, financeira, comercial e de desenvolvimento; (3) cooperação técnica, científica e tecnológica, sociocultural e educacional. O próprio texto da declaração conjunta que origina a parceria revela as tensões de uma narrativa lusotropical que reúne e reduz os Estados africanos e suas sociedades à uma única “África” espelho do Brasil, considerando assim

*o patrimônio único de mais de 500 anos de história, cultura e laços de sangue em comum e o forte e sustentado desenvolvimento das relações entre a República Federativa do Brasil (doravante denominada “Brasil”) e a República de Angola (doravante denominada “Angola”)*³⁴⁴.

Conforme elucidado por Garcia *et al.* (2013), o comércio e o investimento associados às ações de cooperação técnica, seriam uma forma de atender às necessidades africanas, ao mesmo tempo em que garante o fortalecimento da economia brasileira no cenário internacional. Nas palavras de Garcia *et al.*, “o *soft power* brasileiro no continente africano se faz acompanhado de seu *hard power* econômico, com aspirações de poder e prestígio político”³⁴⁵.

Recentemente, em Abril de 2015, o governo brasileiro estabeleceu um novo Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) com Angola. O ACFI ainda depende da ratificação pelo legislativo brasileiro, mas visa, de acordo com nota do MDIC “*alavancar a internacionalização das empresas brasileiras ao oferecer maior segurança para o investidor nos países signatários*”, o que “*deverá impulsionar a negociação do modelo de acordo com outros países africanos*”³⁴⁶. Os novos acordos oferecem um modelo baseado em três níveis: governança institucional; agendas temáticas para cooperação e facilitação dos investimentos; e mecanismos para mitigação de riscos e prevenção de

³⁴⁴ Declaração Conjunta sobre o Estabelecimento de Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola. Disponível em <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/declaracao-conjunta-sobre-o-estabelecimento-de-parceria-estrategica-entre-a-republica-federativa-do-brasil-e-a-republica-de-angola>>. Acessada em Fevereiro de 2016. *Grifos meus*.

³⁴⁵ GARCIA, Ana; *et al.* *Idem*.

³⁴⁶ Outros acordos também foram estabelecidos com países como Moçambique, África do Sul, Argélia, Malawi, Marrocos e Tunísia. MDIC. *Brasil e Moçambique assinam Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)*. 30/03/2015. Disponível em <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=1¬icia=13678>>. Acessado em Maio, 2015.

controvérsias. Assim, pela primeira vez as estratégias de CSS seriam legalmente associadas aos investimentos privados.

Mas se mesmo antes dos novos ACFI, já suscitavam questões acerca dos limites da horizontalidade presente nos modelos de CSS, agora elas se tornam ainda mais notórias – visto que nos casos de nacionalização, expropriação e perdas de investimento, deverão negociar a indenização e compensação, junto com o setor privado; e, caso não haja uma solução da disputa, haverá arbitragem internacional entre os dois Estados. Dessa forma, caso ocorram conflitos com empresas multinacionais brasileiras, em vez da ação jurídica da empresa ser respaldada por seu país de origem contra o país receptor do investimento, será o Estado brasileiro que negociará uma solução com o Estado Agolano. Assim, aumenta-se ainda mais o risco da empresa isentar-se por completo de sua responsabilidade, sendo o Estado brasileiro aquele que arcará com o ônus político e econômico da disputa³⁴⁷.

Em nota, o Itamaraty afirmou que o ACFI assinado com Angola representa “um novo modelo de acordo, que busca incentivar o investimento recíproco através de mecanismo de diálogo intergovernamental, apoiando empresas em processo de internacionalização”³⁴⁸. Para Garcia (2015), o acordo consolida a mescla entre interesses públicos e privados, uma vez que “os interesses das multinacionais brasileiras no exterior vêm sendo representados pelo governo brasileiro como o ‘interesse nacional’, universalizando os interesses particulares dessas empresas”, contribuindo então, para mesclar “o papel do país e o das empresas no senso comum da própria sociedade brasileira”³⁴⁹.

Capacitação, Agricultura e Saúde

Em 2008, formalizou-se a criação do Polo Agroindustrial de Capanda (PAC), que tem estimulado a produção de cana-de-açúcar numa área de 42.500 hectares, e que deve resultar em subsequentes projetos de bioenergia e etanol. A

³⁴⁷ GARCIA, Ana E. S. *O novo acordo de cooperação e facilitação do investimento entre Brasil e Moçambique: algumas considerações*. Grupo de Pesquisa sobre Potências Médias (GPPM), Abril de 2015. Disponível em < <https://grupoemergentes.wordpress.com/2015/04/12/o-novo-acordo-de-cooperacao-e-facilitacao-do-investimento-entre-brasil-e-mocambique-algumas-consideracoes/>>. Acessado em Fevereiro de 2016.

³⁴⁸ MRE. *Nota 104. Ibid.*

³⁴⁹ GARCIA, Ana E. S. *Idem.*

Odebrecht conta com um contrato de gestão da empresa pública ‘Sociedade de Desenvolvimento do Polo Agroindustrial de Capanda’ (SODEPAC) e ocupa quatro das suas diretorias, sendo elas: Gestão de Terras, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Agrário e Operação e Manutenção de Áreas Irrigadas³⁵⁰. Seu investimento final está estimado em 750 milhões de dólares, tendo como acionistas as empresas brasileiras Cochlan (40%) e Odebrecht (40%), além da estatal angolana Sonangol (20%)³⁵¹.

Em paralelo, a Embrapa tem atuado ativamente no país através de projetos de cooperação no setor agrícola, sendo requisitada pelo governo angolano diversas vezes, já tendo pleiteado assistência técnica com a implementação de ações conjuntas, estudos de investigação científica e experimentação no ramo da cafeicultura, por exemplo³⁵². A estatal brasileira também atuou no projeto de agronegócio da fazenda Pungo Andongo, com 36.000 hectares, localizada na província de Malanje. O projeto de Andongo é liderado pela Odebrecht na construção e operacionalização de farinha de milho e fábricas de ração, capacitação e gestão da produção agroindustrial. Em 2007, a fazenda recebeu um acordo entre Odebrecht e a Embrapa-África, visando conceder apoio técnico nos experimentos com milho, feijão, arroz e soja.

Na área de segurança alimentar desenvolveu-se ainda, durante o período de 2004-2010, o projeto de ‘Capacitação em Segurança Alimentar no Brasil e Angola’, uma parceria triangular liderada pelo Centro de Estudos de Segurança Alimentar (QCA) da Universidade Ryerson no Canadá, e do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional - Ceresan) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), contando ainda com o apoio da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (CIDA). O projeto englobou atividades de capacitação por meio do desenho de cursos on-line oferecidos, em Português, para

³⁵⁰ ODEBRECHT. *Novos tempos em Malanje*. Disponível em <<http://www.odebrechtonline.com.br/exclusivoonline/2012/10/30/novos-tempos-em-malanje/>>. Acessado em fevereiro de 2016.

³⁵¹ ANGOP. *Angola/Resenha: Apreciação da potenciação da receita fiscal é destaque da semana*. 19/09/2015. Ver <http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/economia/2015/8/38/Angola-Resenha-Apreciacao-potenciacao-receita-fiscal-destaque-semana,ce07bbc1-e0fa-4e1e-ac56-02bb6a41a3fb.html>. Acessado em Setembro de 2015.

³⁵² ANGOP. *Angola solicita apoio do Brasil no ramo do café*. 05/03/2014. Disponível em <<http://www.angonoticias.com/Artigos/item/41770/angola-solicita-apoio-do-brasil-no-ramo-do-cafe>>. Acessado em Setembro de 2015.

alunos no Brasil e Angola, além de workshops e seminários que visavam fomentar a colaboração internacional entre os países de língua portuguesa na educação da segurança alimentar³⁵³.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) implantou ainda, por meio da capacitação e reabilitação da força de trabalho desmobilizada no final da guerra civil angolana, o Centro de Formação Profissional Brasil-Angola, no município de Cazenga, província de Luanda³⁵⁴. Em 2007, o SENAI apoiou também a Odebrecht na criação, em Luanda, do Centro Integrado de Formação Tecnológica (CINFOTEC). Mais de 3 mil angolanos foram capacitados em áreas como mecânica diesel, construção civil, confecções e TI, entre 1999 e 2006, de acordo com dados do Ipea e do Banco Mundial. Posteriormente, a metodologia e o *know-how* empreendidos pelo Senai no centro foram transferidos para o Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional de Angola³⁵⁵.

Dentre os projetos de cooperação em execução, destacam-se ainda projetos de cooperação técnica na área da saúde, como o Projeto-Piloto em Doença Falciforme e a Capacitação do Sistema de Saúde da República de Angola (ver tabela 2), ambos encabeçados pelo Ministério da Saúde brasileiro e pela Fiocruz. Para além destes, também é comum a realização de treinamentos concedidos pela Fiocruz, no Brasil, de profissionais em áreas prioritárias da saúde pública e organização de sessões de planejamento e orientação pedagógica para a preparação local de cursos de pós-graduação na área de saúde pública. Também em 2007, a Fiocruz forneceu apoio à criação da Escola Nacional de Saúde Pública de Angola (ENSPA) e à realização do Curso de Mestrado em Saúde Pública (CMSP). Planejado por grupos da FIOCRUZ e do Ministério da Saúde angolano, o projeto realizou o primeiro Mestrado em Saúde Pública do país, com o deslocamento de professores da FIOCRUZ para Angola, em módulos regulares. O curso foi ainda complementado com estágio de 3 meses na Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) brasileira, localizada no Rio de Janeiro³⁵⁶.

Segundo dados fornecidos pelo site da ABC, seis eram os projetos em execução até o final do ano de 2015:

³⁵³ FONSECA; ESTEVES; GOMES. *Ibid*, p. 31.

³⁵⁴ KRAYCHETE, Elsa Sousa; PESSINA, Maria Elisa Huber; LESSA, Elga Almeida. *Ibid*, p.13.

³⁵⁵ IPEA; BANCO MUNDIAL. *Ponte sobre o Atlântico: Brasil e África Subsaariana – parceria Sul-Sul para o crescimento*. Disponível em <<http://siteresources.worldbank.org/AFRICAEXT/Resources/africa-brazil-bridging-final-PORT.pdf>>. Acessado em fevereiro de 2016, p.66.

³⁵⁶ ABC. *Cooperação Técnica Brasileira em Saúde*. Brasília: ABC/MRE, março de 2007.

Tabela 2: Projetos de cooperação Brasil-Angola, em execução até 2015

Início	Término	Projeto	Tipo	Setor
23/06/2010	30/08/2015	BRA/04/044-S230 - Projeto-Piloto em Doença Falciforme	Cooperação Sul-Sul	Saúde
23/06/2010	30/08/2015	BRA/04/044-S242 - Capacitação do Sistema de Saúde da República de Angola - Fase II	Cooperação Sul-Sul	Saúde
12/04/2011	31/12/2015	BRA/04/044-S325 - Projeto Escola de Todos – Fase II	Cooperação Sul-Sul	Educação
18/12/2014	31/01/2016	BRA/13/008-A046 - Capacitação de Militares de Angola – 2015	Cooperação Sul-Sul	Defesa
18/01/2016	18/02/2017	BRA/13/008-A088 - Capacitação para Diplomatas 2016 – CPLP e MALI.	Cooperação Sul-Sul	Educação
01/06/2009	31/12/2017	OIT - RLA/09/53/BRA - Programa de Parceria Brasil/OIT para a Prevenção e Eliminação do Trabalho Infantil nas Américas - Projeto de Apoio & Iniciativa Regional.	Cooperação Trilateral	Trabalho e Emprego

Fonte: elaboração minha, com dados da ABC.

O reduzido número de acordos ainda em execução que foram publicizados, reflete: (1) a limitação orçamentária do MRE/ABC e das próprias agências implementadoras (Embrapa, Fiocruz, Senai, etc.) em meio à atual crise econômica vivida pelo Brasil e pelos países emergentes, intensificada pela queda nos preços das *commodities*; e (2) a insuficiência administrativa enfrentada pela ABC – que conta com a ajuda de funcionários rotativos do PNUD para a execução de suas tarefas burocráticas –, e cujos dados não são disponibilizados de maneira transparente, visto que o último relatório que se conhece foi divulgado pela ABC em 2010. Além disso, a independência de ação das agências implementadoras brasileiras, cooperantes desde muito antes de 1987, data de criação da ABC, dificulta ainda mais a coleta de dados sobre a cooperação internacional brasileira, exigindo portanto, um maior esforço e colaboração institucional na elaboração de relatórios e pesquisas. A ausência de um livro branco da cooperação brasileira, bem como de um sistema de monitoramento e avaliação, indicam, justamente, a capilaridade do campo e de seus agentes, muito criticada pela ausência de uma *accountability* eficiente.

No entanto, é justamente tal capilaridade e flexibilidade de áreas de alcance e projetos, que permite uma certa ‘organização estratégica’ das políticas de

desenvolvimento engendradas pelo governo brasileiro. Isto porque, através de sua difusão atende-se aos anseios por uma intensificação do processo de internacionalização de parte do capital privado brasileiro, nos mais diversos setores. Mas não apenas: defende-se também uma estratégia particular de desenvolvimento para o Sul global, mais inclusiva e em alguma medida menos condicionalizante. Isso nos indica a própria margem de autonomia detida pelo Estado na escolha por ideais e objetivos a serem perseguidos em seus projetos políticos, ainda que sua condicionalidade se apresente justamente nos projetos viabilizados pelos empréstimos do BNDES e nas “contas-petróleo” – que têm figurado como novo tipo de endividamento no Sul global³⁵⁷. Nesse sentido, ainda que os recursos estejam reduzidos, os novos acordos bilaterais de cooperação e investimento empreendidos pelo governo brasileiro indicam: (1) uma tentativa de não abandono à estratégia da cooperação técnica para o desenvolvimento em meio à crise; ao mesmo tempo em que (2) sinaliza um redesenho e uma predileção por cooperações ditas “financeiras”.

Mesmo apesar do recente agravamento da crise no Brasil, a história econômica do país, acompanhada de seu relativo sucesso em conciliar o controle de indicadores macroeconômicos com distribuição de renda nos últimos treze anos, parece colocar o desenvolvimento brasileiro como o modelo e caminho natural de “progresso” socioeconômico a ser alcançado pelos países africanos – um meio termo entre o subdesenvolvimento periférico e colonial, e o desejado desenvolvimento civilizatório europeu. Assim, além de apresentar o Brasil como par e conhecedor dos percalços e desafios africanos, as políticas de cooperação empreendidas também permitem que o país se mostre como representante dos interesses africanos, contando inclusive com seu apoio em fóruns mundiais.

Tal reconhecimento se reflete na assinatura de acordos trilaterais como o empreendido entre a FAO, o governo brasileiro e o governo angolano em janeiro de 2014, em prol da pesquisa agrária e veterinária para o fortalecimento da segurança alimentar no país africano. À frente da execução do projeto de dois anos de duração está a Embrapa, garantindo o desenvolvimento técnico das atividades e organizando treinamentos de técnicos angolanos no Brasil e em Angola. Enquanto a ABC é responsável pela sua coordenação, a FAO tem se

³⁵⁷ GARCIA, Ana; KATO, Karina; FONTES, Camila. 2013, p.9.

encarregado da execução financeira e da contribuição na condução técnica de algumas atividades³⁵⁸. Com a facilitação da FAO, o projeto conta ainda com financiamentos angolano e brasileiro, com Angola arcando com custos de aproximadamente US\$ 2,2 milhões e o Brasil contribuindo com o valor de US\$ 875 mil para a manutenção/trânsito de especialistas da Embrapa no país africano³⁵⁹. Atualmente, o Brasil figura como o décimo maior doador da organização.

4.3

Uma nova estratégia de inserção internacional

Para Laurent Thomas, Diretor-Geral Adjunto da FAO para a Cooperação Técnica, o Brasil “*tem muito a oferecer em termos de experiência técnica comprovada e este acordo é um marco importante na CSS entre os dois países. Acreditamos que é um modelo que será seguido por outros países do Sul*”³⁶⁰. Na ocasião da assinatura do acordo, o Representante Permanente do Brasil junto à FAO, Antonino Marques Porto e Santos, citou uma mensagem do ex-Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos:

a semelhança entre a savana africana e o cerrado brasileiro apresenta um enorme potencial para a intervenção da Embrapa na África. O Brasil quer ajudar Angola a diversificar e a aproveitar o seu enorme potencial económico e agrícola e a garantir a sua própria soberania alimentar³⁶¹.

Conforme visto no capítulo anterior, a mensagem expõe claramente as estratégias de aproximação e assimilação levantadas por meio de semelhanças topográfica-naturais³⁶², fundamentadas em uma relevante vantagem *vis-à-vis* os demais doadores tradicionais e emergentes. De acordo com o diretor da FAO, José Graziano, a organização enfrenta até mesmo dificuldades para atender à demanda

³⁵⁸ EMBRAPA. *Brasil, Angola e FAO assinam acordo de cooperação*. 22/01/2014. Disponível em <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/1577373/brasil-angola-e-fao-assinam-acordo-de-cooperacao>>. Acessado em fevereiro de 2016.

³⁵⁹ FAO. *Angola e a FAO: parceria para a resiliência e o desenvolvimento rural sustentável*. Disponível em <<http://www.fao.org/3/a-ax749o.pdf>>. Acessado em fevereiro de 2016.

³⁶⁰ FAO. *Angola, Brasil e FAO assinam acordo de Cooperação Sul-Sul*. 24/01/2014. Disponível em <<http://www.fao.org/news/story/pt/item/212953/icode/>>. Acessado em fevereiro de 2016.

³⁶¹ FAO. *Idem*.

³⁶² CESARINO, Leticia. 2012.

que recebe para ajudar a aplicar programas nos moldes do Fome Zero, por exemplo. Em declaração, Graziano afirma que

aprendemos, nos últimos anos, que há um conjunto de políticas relativamente eficiente para combater a fome. E, no topo delas, está o Fome Zero. Hoje, não conseguimos dar conta de atender a demanda de países da África, da Ásia e até da Europa para implantar o Fome Zero³⁶³.

As políticas assistenciais empreendidas nacionalmente durante o governo Lula têm chamado a atenção de diversos países, tendo sido reconhecido em diversos relatórios de organismos internacionais como programas de proteção social efetivos e bem sucedidos. Esse é o caso do Bolsa Família, cuja adoção e orientação para contextos locais é incentivada pelo PNUD³⁶⁴. Além de Angola, por meio da ajuda de organismos multilaterais como Banco Mundial (Bird) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), os governos de Gana, Moçambique, Quênia, Benin, Senegal, Namíbia, Zâmbia, Paraguai, Bolívia, e Equador já assinaram acordos de cooperação com o Brasil para esta finalidade³⁶⁵. Em 2015, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) recebeu 61 delegações de 40 países, cujas missões vieram de países da América Latina (40%) e da África (35%). Dentre os programas sociais procurados, estariam o Bolsa Família, o Plano Brasil Sem Miséria, o Cadastro Único, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e as tecnologias sociais de acesso à água (cisternas)³⁶⁶.

Nesse sentido, a partir das experiências vividas em âmbito nacional, a diplomacia brasileira tem se afirmado como conhecedora dos percalços africanos, como conhecedora do seu estágio ‘inicial’ de maturidade e desenvolvimento. Assim, o discurso da experiência não apenas confere autoridade política e legitimidade ao governo brasileiro, como também permite que este se posicione intermediariamente na linha do tempo da modernidade. Não obstante, sua posição

³⁶³ INSTITUTO LULA. *Para FAO, Fome Zero está 'no topo' das soluções mundiais contra fome e miséria*. 07/10/2015. Disponível em <<http://www.institutolula.org/para-fao-fome-zero-esta-no-topo-das-solucoes-mundiais-contr-fome-e-miseria>>. Acessado em fevereiro de 2016.

³⁶⁴ UNDP. *Human Development Report 2015: Work for Human Development*. New York: 2015, p.19.

³⁶⁵ ÚLTIMO SEGUNDO. “*Brasil exporta Bolsa Família para 11 países*”. 30/09/2010. Disponível em <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/brasil+exporta+bolsa+familia+para+11+países/n1237788315919.html>>. Acessado em fevereiro de 2016.

³⁶⁶ INSTITUTO LULA. “*O ano em que o Brasil inspirou políticas sociais na África e na América Latina*”. 01/02/2016. Disponível em <<http://www.institutolula.org/o-ano-em-que-o-brasil-inspirou-politicas-sociais-na-africa-e-na-america-latina>>. Acessado em fevereiro de 2016.

intermediária, ou ‘adolescente’, é reconhecida por aqueles com que coopera. A ministra angolana do Comércio e Combate à Pobreza, Rosa Pacavira, ao se referir aos programas sociais angolanos dirigindo-se ao ex-presidente Lula, durante o seminário “*Experiências do Combate à Fome e à Pobreza em Angola e no Brasil*”, declarou que

adaptamos os programas a nossas realidades locais. Estamos aqui para ouvir o que o Brasil traz de experiência. Começamos há quatro anos, o senhor começou há mais tempo, e por isso queria ouvir sua experiência³⁶⁷.

Considerando as dimensões psicanalíticas do desenvolvimento, Ilan Kapoor ressalta que, mesmo que um discurso promova o empoderamento do outro, ele depende crucialmente da cumplicidade e do desejo daqueles que visa atingir³⁶⁸. Assim, se o discurso desenvolvimentista brasileiro é bem-sucedido, ele não o é apenas porque consegue subjugar o outro e coagí-lo a seguir sua estratégia ou modelo; mas sim porque permite que um se reconheça no outro. Nesse sentido, podemos enxergar outra face do discurso desenvolvimentista, explorada por Kapoor a partir das considerações de Jacques Derrida. Baseado nas contribuições do filósofo, Kapoor defende o reconhecimento do “presente” e da “doação” como algo contaminado, ainda que involuntariamente, por relações assimétricas onde se estabelece e constrói uma identidade romantizada do doador como altruísta e benevolente, e do receptor como frágil e indefeso – o que contribui, conseqüentemente, para a construção da identidade nacional de ambos.

Assim, uma vez inseparável de suas motivações, o discurso da cooperação requer um exame de sua aporia: ao mesmo tempo em que se pretende um ato de generosidade e ajuda mútua, está intimamente amarrado a condicionalidades – sejam elas ideológicas, econômicas, ou políticas³⁶⁹. Isto porque, o problema inerente às relações de troca reside justamente na transferência de um lugar ao outro de princípios de uma racionalidade – social, cultural, econômica e burocrática – específica, que carrega consigo mitologias institucionais e supostas ‘soluções’ características de um processo histórico interno de tentativas acertadas

³⁶⁷ INSTITUTO LULA. *Lula em Angola: “antes de chegarmos ao governo, 35% da população tinha que ter quase tudo e o resto tinha que ser pobre”*. 07/05/2014. Disponível em <<http://www.institutolula.org/lula-em-angola-e-possivel-para-qualquer-pais-acabar-com-a-fome>>. Acessado em fevereiro de 2016.

³⁶⁸ KAPOOR, I. *Ibid*, p. 60.

³⁶⁹ KAPOOR, I. *Ibid*, p. 78.

e erradas, de lutas políticas impossíveis de serem transferidas na totalidade de suas experiências³⁷⁰.

Em declaração proferida à imprensa, por ocasião do encontro bilateral com o Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, no dia 16 de junho de 2014, a Presidente Dilma Rousseff afirmou que

cooperamos ativamente como parceiros estratégicos e em áreas muito relevantes, de grande importância seja para o desenvolvimento angolano, seja para o desenvolvimento brasileiro. O presidente Santos e eu discutimos hoje como potencializar o comércio e os investimentos entre nossos países. *O Brasil quer continuar apoiando e participando do desenvolvimento industrial angolano.* Coincidimos que a aproximação empresarial em curso já rendeu muitos frutos. Aqui no Brasil, a angolana Sonangol Starfish é a sexta produtora de petróleo. A empresa aérea Taag opera voos diários entre São Paulo, Rio e Luanda. Diversas empresas brasileiras atuam na expansão das infraestruturas, seja infraestrutura viária e energética de Angola. Dentre elas a Odebrecht, maior empregadora privada do país, a Biocon, a Petrobrás, a Camargo Corrêa, a Queiroz Galvão e a Andrade Gutierrez. Ressaltamos o papel da concessão, pelo BNDES, de créditos às exportações de bens e serviços brasileiros para Angola, novamente renovados neste mês. Manifestei ao presidente José Eduardo dos Santos minha satisfação pela assinatura hoje do protocolo sobre facilitação de vistos, que estenderá para 24 meses o prazo de validade de vistos de negócio. Instruímos ainda nossos governos a concluírem acordos bilaterais de facilitação de investimentos recíprocos. Queremos destacar os avanços de nossa cooperação em matéria de defesa. A Força Aérea Nacional de Angola adquiriu, em 2009, seis aeronaves Super Tucanos, hoje já entregues. O Ministério da Defesa colaborou para o levantamento da plataforma continental angolana. Manifestei o interesse brasileiro em explorar novas parcerias na indústria naval, com a produção local e a transferência de tecnologia. Saudamos a continuidade de nossa cooperação educacional, que consideramos de imensa relevância para o Brasil e para Angola³⁷¹.

A narrativa empreendida pela presidente brasileira nos mostra que a diplomacia *demand-drive*³⁷² tem regido de maneira relativamente bem-sucedida o discurso de

³⁷⁰ Mosse, 2011; Mawdsley, 2012; Souza, 2015.

³⁷¹ Declaração à imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião do encontro bilateral com o Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos - Brasília, 16 de junho de 2014. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5901:declaracao-a-imprensa-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-apos-encontro-bilateral-com-o-presidente-da-republica-de-angola-jose-eduardo-dos-santos-brasilia-16-de-junho-de-2014&catid=197&lang=pt-BR&Itemid=448>. Acessado em fevereiro de 2016. *Grifos meus.*

³⁷² A diplomacia demand-drive, presente nos projetos de cooperação, é definida como livre de condicionalidades e construída a partir da manifestação de interesse de parte dos parceiros. Assim,

CSS entre Brasil e Angola, ainda que de maneira contraditória. Ao afirmar que “*o Brasil quer continuar apoiando e participando do desenvolvimento industrial angolano*”, listando inúmeros empreendimentos com parcerias privadas brasileiras, o discurso da presidente revela um interesse próprio, empresarial, que por vezes é travestido de interesse nacional.

No entanto, o sucesso desta narrativa se dá não apenas porque o Brasil supostamente oferece um modelo com menores condicionalidades e consequentemente melhores ganhos materiais, mas também porque a reafirmação de uma aproximação cultural e ideológica entre os dois povos faz com que o Brasil projete seus desejos e aspirações de potência, ao mesmo tempo em que permite que Angola, por sua vez, participe mais do processo de tomada de decisões e sinta-se mais reconhecida e representada por seu discurso. Para além disso, o desenvolvimento capitalista almejado pelo Brasil e expresso no discurso e no interesse de promoção de suas próprias empresas, parece ser também o desenvolvimento almejado pelo governo angolano, na medida em que este constrói suas condições de possibilidade a partir da mesma lógica etapista, linear, evolutiva e desigual que permeia o moderno imaginário desenvolvimentista brasileiro.

Nesse sentido, o reconhecimento angolano no discurso brasileiro também se dá como consequência da influência e transferência de um sistema político liberal e de diferentes teorias e modelos democráticos, do Primeiro para o Terceiro Mundo – vide os modelos de Mouffe e Habermas³⁷³. Estes fazem com que a participação se torne um veículo na tentativa de resolver lacunas reais ou imaginárias das deficiências democráticas, servindo ainda como publicidade e marca institucional da “boa governança”, do “empoderamento comunitário” ou da “democracia” – o que requer uma vigilância ainda maior sob suas práticas³⁷⁴. Assim, na medida em que se torna uma esfera de autoridade “legítima”, o desenvolvimento participatório pode ainda ajudar a manter hegemonias elitistas/institucionais, ao se pressupor um consenso absoluto, quando na verdade garante uma participação seletiva nas políticas engendradas³⁷⁵.

“a demanda externa é condição indispensável para o envolvimento do governo brasileiro” (IPEA; ABC, 2013:25).

³⁷³ KAPOOR, I. *Ibid*, p. 117.

³⁷⁴ KAPOOR, I. *Ibid*, p. 65-67.

³⁷⁵ KAPOOR, I. *Ibid*, p. 71.

Ao se colocar como uma ex-colônia ‘adolescente’, próspera em sua trajetória de desenvolvimento, e um país cujas raízes culturais são provenientes de uma “mãe África”, o Brasil legitima o papel que deseja desempenhar, que é o de forjar um novo consenso entre Norte e Sul, entre o Global e o Local, entre o campo e os escritórios da ONU a partir de um *locus* privilegiado³⁷⁶. Além disso, a boa receptividade dessa narrativa pelos países do Sul permite que o Brasil se afirme como conhecedor *sui generis* dos mais diversos problemas sociais do ‘Terceiro Mundo’, *vis-a-vis* as potências cooperantes do Norte.

A afirmação de um tipo privilegiado de conhecimento sobre a África é viabilizada, portanto, porque enquanto seu conhecedor o Brasil representa seu espelho, sua contraparte totalizante e constitutiva, o que implica numa empatia mútua – ou na “sede de Brasil” que a África detém, de acordo com o ex-ministro brasileiro de Relações Exteriores:

de Moçambique a Namíbia, de Gana a São Tomé e Príncipe, *cada um a seu modo e de acordo com suas características e dimensões, veem no Brasil um modelo a ser seguido*. Lula revelou-se o mais africano dos presidentes. Pediu perdão pelos crimes da escravidão, visitou mais de duas dezenas de países e abriu caminho para ações de cooperação e negócios³⁷⁷.

Tal qual revelado por Fernández & Gama, este tipo de ligação de poder-saber representa precisamente o Orientalismo de Edward Said – uma vez que transporta o “Brasil” para o mesmo lugar simbólico da “Europa”, numa posição de autoridade e superioridade – cujas ambiguidades são frequentemente ocultadas pelo tom romântico dos discursos brasileiros, reforçando a ideia de que o projetos brasileiros partem de um modelo mais viável, possível e palatável³⁷⁸.

Entretanto, ainda que a CSS brasileira se proponha enquanto alternativa ao modelo liberal, ela é informada por um velho *modus operandi* civilizacional, que busca a transição para os estágios ‘finais’ do desenvolvimento e o alcance de um modelo ocidental considerado superior – o que *per se*, limita o real campo de ação (e de agência) brasileira. Assim, concordamos com Fernández & Gama que o Brasil não põe em xeque o modelo liberal *per se*. Pelo contrário, o Brasil se orgulha por ser uma democracia após 21 anos de ditadura, sendo a sua *suposta*

³⁷⁶ FERNÁNDEZ, Marta Regina G. & GAMA, Carlos Frederico P. S. *Idem*.

³⁷⁷ AMORIM, Celso. *A África tem sede de Brasil*. Carta Capital. 28/05/2011. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/a-africa-tem-sede-de-brasil>>. Acessado em fevereiro de 2016. *Grifos meus*.

³⁷⁸ FERNÁNDEZ, Marta Regina G. & GAMA, Carlos Frederico P. S. *Ibid*, p.76.

ruptura com poderes tradicionais a ‘verdadeira’ fórmula de como alcançar o desenvolvimento³⁷⁹. No entanto, ainda hoje, parte das empresas que acompanham o advento desta ‘nova’ narrativa, bem como o crescimento de um ‘novo’ Brasil (ou o ‘desenrolar’ do ‘Brasil do futuro’), ainda são aquelas que vivenciaram a implantação do modelo de acumulação com forte atuação estatal (viabilizado pela infra-estrutura da economia industrial no Estado varguista), e que tiveram, ao longo da ditadura civil-militar brasileira, um momento-chave para a sua formação enquanto grandes grupos monopolistas nacionais, bem como para a sua projeção internacional, como é o caso do setor de construção pesada³⁸⁰.

Conforme visto no capítulo anterior, a própria mescla de interesses públicos e privados pode nos indicar uma tentativa de legitimar a ação do Estado perante a opinião pública, na medida em que este demonstra necessitar do investimento privado – da suposta neutralidade do mercado –, para que suas políticas sejam consideradas racionais, e, sobretudo, possíveis³⁸¹. Nesse ponto, não restam dúvidas de que a construção intelectual acerca da própria identidade nacional tem influenciado as decisões e as políticas engendradas. Não surpreende, portanto, que a diversificada presença empresarial brasileira se coadune com os esforços de cooperação promovidos em Angola, facilitando assim a compra de bens e de serviços em setores estratégicos para a economia brasileira – como os de petróleo, mineração e infraestrutura.

Além disso, a combinação de investimento e cooperação reflete a própria dupla inserção brasileira, que, visando organizar os interesses de suas elites e suas aspirações de poder político, se configura enquanto estratégia para rever a posição brasileira na política mundial – na tentativa de alcançar o prestígio e a suposta superioridade europeia/estadunidense. Por sua vez, tal estratégia mostra-se parte e consequência da intensificação e aumento do poder de forças transnacionais, na medida em que o capital brasileiro atinge um novo estágio avançado de desenvolvimento. As questões que permanecem se dão acerca do preço que estas políticas de desenvolvimento impõem aos países mais pobres e à vida diária de suas sociedades civis, além do quanto estas se dispõem (ou se condicionam) a comprometer, de modo a atender aos interesses de um capital regido pelo

³⁷⁹ FERNÁNDEZ, Marta Regina G. & GAMA, Carlos Frederico P. S. Ibid, p.77.

³⁸⁰ CAMPOS, Pedro Henrique P. 2012, p. 7.

³⁸¹ SOUZA, Jessé. 2015.

imaginário eurocêntrico e colonial – há muito arraigado não apenas nas práticas, como também na vida política, intelectual e emocional dos indivíduos.

5. Conclusão

Ao longo desta pesquisa, procurou-se mostrar como a institucionalização de um saber teleológico, etapista e linear foi produto de um processo intelectual específico, construído desde o encontro colonial. Equacionando a infância humana à selvageria, o saber eurocêntrico possibilitou o ranqueamento racial das sociedades e consolidou a eliminação das diferenças através da formação do Estado-nação.

No entanto, a independência das colônias e a adesão ao sistemas de Estados desafiou a forma como até então o mundo ocidental se distinguia do mundo ‘subalterno’. Ao tratar o desenvolvimento como um processo imanente do capitalismo mundial, o conhecimento foi articulado de modo a estabelecer novas hierarquias de poder, novas dicotomias e novas formas de tentar suprimir as diferenças. A pesquisa procurou ressaltar aqui, como as diversas dimensões do desenvolvimento sempre estiveram coadunadas com o processo intelectual de construção teórica e a sua execução a partir de práticas estatais. Assim, vimos como as leituras hegemônicas atualizaram “culturalmente” um racismo que, no início do século XX, era abertamente racial. Tal atualização tem sido constantemente legitimada de modo que não se conteste a posição privilegiada daqueles que dela se beneficiam.

Isto posto, até mesmo a ascensão de políticas consideradas alternativas não consegue fugir dos dilemas centrais estabelecidos por um modelo neoliberal e excludente de sociedade. No campo da cooperação, ainda que os países do Sul tenham avançado sua agência na elaboração de políticas mais palatáveis, estas não fogem ao ranqueamento e à linearidade imposta pela modernidade por eles habitada. As próprias saídas apresentadas pelas políticas assistencialistas brasileiras se apresentam como uma tentativa de usar as forças do mercado para forçar o seu desenvolvimento, propondo uma saída do neoliberalismo pelo próprio

neoliberalismo³⁸² – o que, em sua essência, não rompe com o ciclo de expropriação imposto pelo capitalismo mundial.

Se, por um lado, a significativa distribuição de renda por meio de programas de assistência social conta a favor da retórica brasileira, esta só é permitida pois se dá de acordo com as próprias bases do sistema econômico e político neoliberal. O problema de sua ‘solução’ para a desigualdade – sempre proposta por meio de políticas de distribuição, em vez de políticas de *redistribuição* –, é achar que apenas o consumo ou o aumento da renda garantirão um aumento da qualidade de vida. Assim, enquanto essas políticas alimentarem apenas o crescimento de um mercado calcado em políticas predatórias de extração de recursos naturais, o mercado continuará sendo beneficiado e tendo sua autoridade “neutralizante” e “racional” favorecida. Isto porque a ascensão de classe e o aumento da qualidade de vida requer disponibilizar aos cidadãos meios de se poupar o tempo gasto em atividades laborais que extrapolam a esfera do mercado; consiste em fornecer tempo livre para que as classes mais pobres possam se dedicar a adquirir um capital social que lhes é negado desde o nascimento³⁸³, seja pelas condições socioeconômicas que enfrentam, pela desigualdade inerente ao seu local de nascimento ou até mesmo pela cor de sua pele.

Apesar da tentativa de desafiar o modelo neoliberal por meio da troca de conhecimentos e tecnologias, o desenvolvimento estimulado pela CSS brasileira ainda opera de acordo com a lógica neoliberal, na medida em que a cooperação técnica também gera oportunidade de negócios, tornando cada vez mais difícil sua desvinculação do capital privado. O respaldo intelectual de ideias como “boa governança”, por exemplo, reforça também o apelo pelo reconhecimento e pela ampliação do espaço brasileiro no cenário internacional, na medida em que mesmo suas cooperações de origem técnica estão centradas na “capacitação” do outro africano, no seu fortalecimento institucional, e portanto, no ensino e na transferência de uma aprendizagem considerada em alguma medida superior. Além disso, a adesão à narrativa da boa governança, ainda que aderida com ressalvas, permite a autopromoção e o reconhecimento brasileiro perante os organismos internacionais e as potências ocidentais. Isto porque a repetição de discursos inseridos na lógica da modernidade também faz parte de sua agência

³⁸² PIETERSE. 2009.

³⁸³ SOUZA, Jessé. 2015.

possível, já que tanto colonizador quanto colonizado sofrem de um processo psíquico ambivalente: ao mesmo tempo em que um tenta se diferenciar do outro, necessitam desesperadamente de seu reconhecimento mútuo³⁸⁴.

O problema, no entanto, não reside necessariamente nos ganhos assimétricos obtidos com a cooperação. Ele se apresenta justamente na dissimulação e ocultação de seus objetivos, na ausência de um debate público que permita que as sociedades discutam o modelo de desenvolvimento que desejam seguir ou até mesmo criar. Nesse sentido, o problema também reside na falta de transparência, de mecanismos de participação popular, de publicização – se não das estratégias, dos efeitos que estas políticas podem causar na sociedade. Tal ocultação, no entanto, é própria do desenvolvimento capitalista estimulado nestes países, sendo a sua dissimulação defendida como ‘necessária’ quando da sobreposição de interesses privados aos interesses públicos – mascarados pela criação de mitos nacionais que supostamente só poderiam ser superados com a reconstrução ou substituição do mercado como única instituição detentora de uma fidedigna governança³⁸⁵.

As narrativas e suas performances representativas são essenciais para compreender as relações sociais ocultas no processo de criação de sua identidade e a de seus parceiros. A complexa estrutura dessas interações por vezes embaralha percepções e interesses. Assim, CNS e CSS não devem ser compreendidas de forma dicotomizada, visto que reconhecer suas ambiguidades é também revelar suas tensões. Afinal, as hierarquias de poder estabelecidas também se apresentam no interior do próprio mundo considerado “subalterno”, e não apenas na dicotômica relação entre Norte e Sul. Nesse sentido, a função do discurso político enquanto tal, é justamente a da retirada das ambiguidades, da universalização dos interesses e desejos da sociedade. Ainda que impactados pelos ambientes externos, a forma como os discursos são empreendidos variam de acordo com a dinâmica da construção intelectual nacional.

Isto posto, preocupada com as implicações éticas-políticas nas representações do Sul global, a presente pesquisa tentou desestabilizar pressupostos indevidamente naturalizados. Vimos aqui que a retirada das singularidades culturais é necessária para a reflexão acerca das inabilidades do

³⁸⁴ BHABHA, Homi. 1994.

³⁸⁵ SOUZA, Jessé. 2015.

Estado, bem como para a desmistificação do mercado como *locus* da virtude e da neutralidade. Nesse sentido, o caso brasileiro serviu como um bom elemento ilustrativo: percebemos que a cultura, quando compreendida como elemento singular das sociedades, comprime diferenças e universaliza interesses. No entanto, quando retirada a sua singularidade, torna-se clara a composição hierárquica que sua narrativa viabiliza, que é aquela imposta por um modelo neoliberal de sociedade.

Em suas políticas de CSS, a linguagem abordada pelo Brasil redistribuiu os problemas dos países do Sul, enfatizando sua dimensão internacional em vez de atribuí-los estritamente a deficiências endógenas³⁸⁶. A diplomacia brasileira reconhece e põe em pauta a distribuição desigual da riqueza mundial no mundo pós-colonial. Entretanto, ainda que a internacionalização de políticas públicas testadas nacionalmente possa contribuir para uma flexibilização das políticas tradicionais de cooperação, como aquelas direcionadas à Angola, ela não se propõe a desestabilizar as assimetrias existentes. Ao contrário, a redefinição da narrativa da cooperação é instrumentalizada pelo governo brasileiro de modo a renegociar uma posição que já é de dependência, o que não elimina a possibilidade de que a mesma seja replicada e/ou intensificada na sua relação com Angola. Dito isto, ainda há um longo caminho a percorrer nas análises que permeiam as relações entre os dois países. A presente pesquisa se ateu, sobretudo, à análise dos conhecimentos que informam e formam a narrativa brasileira. O movimento aqui iniciado, de análise da aplicação de tal narrativa no contexto angolano, continua iminente. Seu estudo, subexplorado neste trabalho, deverá ser aprofundado em posteriores pesquisas empíricas, além de correlacionado a outros casos relevantes em outros países de língua portuguesa, como Moçambique. Assim, uma reflexão mais apurada acerca de suas práticas deverá ser obtida por meio de entrevistas e pesquisa de campo, a serem realizadas junto ao Programa de Doutorado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.

Casos recentes, como os da assinatura de acordos bilaterais de investimento e cooperação (os ACFI) com diversos países para além de Angola (como em Moçambique, África do Sul, Argélia, Malawi, Marrocos e Tunísia), sinalizam a abertura de um amplo campo de investigação acerca da relação estabelecida entre

³⁸⁶ Fernández & Gama, 2016.

o discurso intrínscico aos acordos e as práticas já empreendidas nestas nações. Isto posto, acredita-se que outros estudos acerca do tema seguem sendo importantes para a compreensão das tensões que permeiam a coadunação de investimentos privados com práticas da cooperação internacional para o desenvolvimento, bem como a trajetória de desenvolvimento escolhida (ou imputada) pelos (aos) países no Sul global.

6. Referências Bibliográficas

AYLLÓN, Bruno. O sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento e seu estudo nas Relações Internacionais: a evolução histórica e as dimensões teóricas. *Revista de Economia e Relações Internacionais*, vol. 5, n. 8, 2006.

APEX-BRASIL. *Oportunidade para as Exportações Brasileiras: África do Sul, Angola e Moçambique*. Brasília: Gerência de Inteligência e Estratégia de Negócios, Núcleo África e Oriente Médio. Julho de 2015.

BALIBAR, Etienne. Is there a ‘neo-racism’? *In: BALIBAR, Etienne; WALLERSTEIN, Immanuel. Race, Nation, Class: ambiguous identities*. New York: Verso, 1991.

BLANEY, David; INAYATULLAH, Naeem. *Savage Economics. Wealth, poverty, and the temporal walls of capitalism*. New York, Routledge, 2010.

BHABHA, H. K. *The Location of Culture*. London: Routledge, 1994.

CAMPOS, Pedro Henrique P. *A diplomacia das empreiteiras: as empresas nacionais de construção pesada e a política externa brasileira*. Trabalho publicado em Anais de Congresso. I Seminário Nacional de Pós-Graduação em Relações Internacionais da ABRI. Brasília, julho de 2012.

CESARINO, Leticia Maria C. da N. *Brazilian Postcoloniality and South-South Cooperation: a view from anthropology*. Portuguese Cultural Studies, n. 4, ISSN: 1874-6969, 2012.

CHAKRABARTY, D. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princeton, N.J. Princeton University Press, 2000.

CICALO, André. *Brazil and its African Mirror: discussing ‘black’ approximations in the South Atlantic*. *desiguALdades.net*, Working Paper Series n.º 24, 2012.

COWEN, Michael; SHENTON, Robert. The invention of Development. *In: CRUSH, Jonathan (ed.). Power of Development*. Taylor & Francis e-Library, 2005 (e-edition), cap. 1, p.27.

DE RENZIO, Paolo; SEIFERT, Jurek. ‘South–South cooperation and the future of development assistance: mapping actors and options’, *Third World Quarterly*, 35:10, 2014.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p.32.

FERNANDES, Luis Manuel. O Manifesto Comunista e o “Elo Perdido” do Sistema Internacional. *In: Contexto Internacional*. Vol. 20, Nº 1, 1998.

FERNÁNDEZ, Marta Regina G. & GAMA, Carlos Frederico P. S. Modernization in-between: the ambivalent role of Brazil in contemporary peacebuilding efforts in Africa. In: KENKEL, Kai; CUNLLIFFE, Philip (org.). *Brazil as a Rising Power: intervention norms and the contestation of global order*. New York: Routledge, 2016.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

FRAGOSO, João L. R. As Reformulações na Política Externa Brasileira nos Anos 70. In: *Estudos Afro-asiáticos*. Número 5. Rio de Janeiro: CEAA-UCAM, 1981.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* (1933). 51ª ed. Revisada. São Paulo: Global, 2006.

GARCIA, Ana; KATO, Karina; FONTES, Camila. *A História Contada pela Caça ou pelo Caçador? Perspectivas sobre o Brasil em Angola e Moçambique*. Rio de Janeiro: Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs), 2013.

GILL, Stephen. Constitutionalizing Inequality and the Clash of Globalizations. In: PASHA, M. K.; MURPHY, C. N. (org.) *International Relations and the New Inequality*. Oxford: Blackwell Publishing. International Studies Association, 2002.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto, “Geografia da violência no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 75, 2006

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere. Volume 3: Maquiavel – Notas sobre Estado e a Política*. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HINDESS, Barry. *The Past is Another Culture*. *International Political Sociology*, vol.1, n.4: 325-338, 2007.

HIRST, M.; ANTONINI, B. Pasado y presente de la cooperación Norte-Sur para el desarrollo. In: *Documentos de Trabajo sobre Cooperación Sur-Sur*, Buenos Aires: Ministerio de las Relaciones Internacionales, Comercio Exterior y Culto, 2009.

HOLANDA, Sérgio B. de. *Raízes do Brasil* (1936). 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INAYATULLAH, N.; and BLANEY, D. *International Relations and the Problem of Difference*. New York: Routledge, 2004.

_____. A problem with levels: how to engage a diverse IPE. Rio de Janeiro: *Revista Contexto Internacional*, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Vol. 37 nº 3 – set/dez 2015.

IPEA; ABC. *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2010*. Brasília, 2013.

JAHN, Beate. *IR and the state of nature: the cultural origins of a ruling ideology*. Review of International Studies, 1999.

JR., E. San Juan. Postcolonialism and the problematic of uneven development. In: BARTOLOVICH, Crystal; & LAZARUS, Neil. *Marxism, Modernity, and Postcolonial Studies*. Cambridge: University Press, 2004.

KAPOOR, I. *The Postcolonial Politics of Development*. Routledge, 2008.

KRAYCHETE, Elsa Sousa; PESSINA, Maria Elisa Huber; LESSA, Elga Almeida. *Cooperação Sul-Sul Angola e Brasil: Um primeiro estudo de caso*. Bahia: Processo de Articulação e Diálogo (PAD). 2013.

LEITE, Iara C. *Cooperação Sul-Sul: Conceito, História e Marcos Interpretativos*. Observatório Político Sul-Americano. Observador On-line, v.7, n.03. Março de 2012.

LENIN, V. I. *O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo* (1917). Apresentação; Plínio de Arruda Sampaio Júnior. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2011.

LIMA, Laura. *Worlding Brazil: The Theory of Emotional Action and the Development of Thinking about Security in Brazil 1930 -2010*. Setembro, 2011. 343 p. Tese apresentada em cumprimento dos requisitos para o grau de PhD. Department of International Politics, Aberystwyth University.

LIST, Friederich G. *Sistema Nacional de Economia Política* (1841). São Paulo: Editora Nova Cultural, 1989.

LUMMIS, Douglas. Development Against Democracy. *Alternatives 16*, 1991.

MARCONDES, Celso; KHALIL, Suhayla. *Diálogos Africanos*. São Paulo: Instituto Lula, n.º1 - Jul/Ago/Set de 2015.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política* (1818-1883). Livro 1, tomo 2. - São Paulo: Editora Nova Cultural, coleção “Os economistas”, 1996.

_____. *O Capital: crítica da economia política* (1818-1883). Livro 3, tomo 1. 2. ed. - São Paulo: Editora Nova Cultural, coleção “Os economistas”, 1986.

MARX, K; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista* (1848). 2. ed. - São Paulo: Editora Martin Claret, coleção “A obra-prima de cada autor”, 2000.

MAWDSLEY, E. *From Recipients to Donors*. New York: Zed Books, 2012.

MIGNOLO, W. D. *Histórias Locais/Projetos Globais: Colonialidades, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MORENO, Marta Regina F. Y G. *Uma leitura pós-colonial sobre as “novas” operações de paz da ONU: o caso da Somália* / Marta Regina Fernández y Garcia Moreno ; orientadora: Mônica Herz. – 2011. 455 f. ; 30 cm. Tese (doutorado) –

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2011.

MOSSE, David. *Adventures in Aidland: the anthropology of professionals in international development*. New York: Berghahn Books, 2011.

NANDY, A. *The Intimate Enemy: loss and recovery of Self under colonialism*. India, 1989.

OLIVEIRA, Francisco. *A Economia Brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo: Cebrap, 1972.

PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PIETERSE, Jan N. *Development Theory*. London: SAGE Publications, 2010.

_____. *Globalization or Empire?* New York: Routledge, 2004.

_____. Twenty-first century globalization: sociological perspectives. In: DASGUPTA, Samir; & KIVISTO, Peter (eds.). *Postmodernism in Global Perspective*. London, New Delhi, Sage, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

_____. *Colonialidade, poder, globalização e democracia*. Novos Rumos. Ano 17, n.37, 2002.

RENZIO, Paolo de; GOMES, Geovana Z.; FONSECA, João M. E. M.; NIV, Amir. *O Brasil e a Cooperação Sul-Sul: Como Responder aos Desafios Correntes*. BPC Policy Brief. Maio/2013. Rio de Janeiro. PUC. BRICS Policy Center.

SACHS, Wolfgang. *The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power*. London: Zed Books, 2010.

SAID, E. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, B. de S. *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. *Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade*. Novos Estudos, n.66, Julho de 2003.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *África Parceira do Brasil Atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações. Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas* (1776). Volume I – São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

SOUZA, Jessé. *A Tolice da Inteligência Brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa, 2015.

SOUZA, Washington L. *Ensaio sobre a noção de poder em Michel Foucault*. Revista Múltiplas Leituras, v. 4, 2, 2011, p. 1-2 ISSN 1982-8993.

SPIVAK, Gayatri C. Can the Subaltern Speak? In: NELSON, C. e GROSSBERG, L. (eds.) *Marxismo and the Interpretation of Culture*. Urbana: University of Illinois Press, 1988.

_____. Estudios de la Subalternidad. Deconstruyendo la Historiografía. In: MEZZADRA, Sandro (org.). *Estudios postcoloniales. Ensayos fundamentales*. Madrid: Traficantes de Sueños, 1ª ed., Junho de 2008.

UNDP. *Human Development Report 2015: Work for Human Development*. New York: 2015.